

A RELAÇÃO ENTRE BENS TOMBADOS E OS USUÁRIOS DO CENTRO DE GOIÂNIA

um estudo investigativo e uma proposta de aproximação



Maria Eduarda Prado Santos - 17104407

Orientadora: Profª Drª Marina Toneli Siqueira

Universidade Federal de Santa Catarina

Arquitetura e Urbanismo - Centro Tecnológico

Trabalho de Conclusão de Curso | 2023.1

A RELAÇÃO ENTRE BENS TOMBADOS E OS USUÁRIOS DO CENTRO DE GOIÂNIA
estudo investigativo em Goiânia e uma proposta de aproximação

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dr^a Marina Toneli Siqueira

Agradecimentos

À minha mãe Marinês, pelo zelo, amor atento, colo reconfortante e ao lado de quem primeiro descobri outras nuances da nossa cidade natal. Ao meu pai Marcos Antônio, por ter sido o primeiro abraço a me receber nas inúmeras idas e vindas, pelo suporte e por sempre ter colocado a educação como prioridade. À minha irmã Maria Clara, por apostar nas minhas escolhas e ser leal em todas elas, pelas incontáveis paixões e frustrações que dividimos nesse processo enquanto família, amigas e futuras parceiras de profissão. À minha amiga Luísa, pelo respeito, pela escuta e por chegarmos juntas no fim de mais um momento especial.

Aos amigos com quem tive o prazer de aprender e conviver dentro e fora da academia. Em especial agradeço ao Bruno Carvalho, Ethieny Rossato, Leticia Barrionuevo, Maria Eduarda Zanella, Mariana Bueno, Matheus Curi, Rolando Garcia e Valdete Frata pelo cuidado, carinho, acolhimento e tudo mais que compartilhamos.

Extendo meus cumprimentos aos técnicos e docentes que enriqueceram algumas das muitas manhãs, tardes e noites. Em especial agradeço aos professores Samuel Steiner, Dalmo Vieira e Fábio Mosener pela ética e compromisso com a profissão, além da professora Marina Toneli, cujas provocações me encantaram outrora e por quem nesse último momento fui orientada.

Por último e não menos importante, meu respeito e sincero agradecimento à instituição de ensino Universidade Federal de Santa Catarina, local onde realizei um sonho e pude ter acesso a uma educação superior de qualidade mesmo diante de um longo período de sufocamento no orçamento.

Sumário

Introdução	6
Objetivo e Metodologia	7
Capítulo 1: debates acerca do patrimônio cultural	9
1.1. patrimônio cultural e as transformações de seu conceito	10
1.2. a relação do sujeito com o bem tombado	13
Capítulo 2: o patrimônio de Goiânia	17
2.1 o nascimento da capital	18
2.2 o setor central e o eixo de estudo	22
2.3 análise urbanística.....	24
2.4 bens preservados	34
2.4.1 instrumentos legais	40
2.5 o que prevê o plano diretor para a área ?	42
2.6 propostas existentes	45
Capítulo 3: as distâncias entre o patrimônio tombado e as práticas sociais no Setor Central de Goiânia	49
3.1. entendendo o usuário e sua relação com os bens tombados.....	50
3.2 leitura de urbanidades	54
Capítulo 4. proposições de aproximação entre usuários e patrimônio tombado	63
4.1 diretrizes e ações	64.
4.1.1 proposta cicloviária	74.
4.1.2 proposta de fortalecimento entre os pontos de interesse.....	76.
4.1.3 proposta padronização letreiros	78.
4.1.4 proposta urbanidades	80.
4.2 sugestão de mobiliário e equipamento urbano.....	98.
Considerações Finais	108
Referências	109
Anexos	112

Introdução

Ao recorrer às memórias enquanto moradora da cidade de Goiânia, me vieram inquietações quanto a história do centro fundacional. A recordação que vem em mente é composta por camadas, cheiros, tradições e uma afeição que foi sendo construída ao longo dos anos, além das razões para ocupar mais ou menos certo ponto desse espaço. Para entender um pouco da dinâmica que se dá hoje é necessário voltar para entender o que se deu em outros momentos, qual a história, quem a contou e sinalizar a partir daí outras possíveis narrativas que contam a realidade urbana dessa parte da cidade.

A capital goiana foi idealizada, planejada e executada segundo intenções modernistas, embora estivesse inserida em um contexto rural. Seu centro fundacional, seu traçado viário e o grande acervo patrimonial tombado anos mais tarde são elementos que narram nuances dessa história. Contudo, não se faz de forma isolada e nem estática, uma vez que as práticas sociais cotidianas dos usuários, sobretudo da população local, entremeiam essa narração, além das dinâmicas políticas, econômicas e culturais que passam constantemente por transformações, impactando consequentemente o espaço e as relações.

No presente trabalho foi escolhido um recorte específico dentro do Setor Central para a realização do estudo investigativo. Essa escolha se deu por sua relevância enquanto eixo articulador do bairro, sua importante urbanidade e pelo patrimônio tombado disposto por toda sua extensão. A mesma área passa por um processo de falta de efetividade das políticas públicas, bem como esvaziamento e não aproveitamento do seu potencial urbano enquanto parte fundamental para o fortalecimento dos vínculos com a história local. Por compreender que as práticas sociais que se dão sobre essa área afetam e são afetadas pelas condições da mesma, a fruição não qualitativa da população, utilizando a região de forma pontual e transitória reflete também na qualidade da relação desses sujeitos com o patrimônio tombado.

A produção do levantamento é ponto de partida para a elaboração de leituras urbanas somadas às percepções dos usuários, subsidiando enfim a elaboração de diretrizes e ações que são dadas como uma tentativa de aproximação entre usuário e bem tombado, considerando o entorno como parte fundamental dessa proposição.

Objetivo e Metodologia

O objetivo geral do trabalho aqui elaborado é investigar a relação do sujeito com o bem institucionalmente tombado, propondo ao final diretrizes capazes de reduzir a distância entre as práticas sociais desenvolvidas pelo usuário local e o patrimônio existente no eixo da Avenida Goiás, situada no Setor Central do município de Goiânia.

Para melhor compreensão do que hoje está salientado no recorte de estudo, foi necessário reunir informações acerca da fundação da cidade, desde seu plano urbanístico, intenções, até a consolidação da área de estudo e sua relevância nos dias atuais.

Diante da dificuldade em encontrar dados oficiais atualizados do recorte estudado, propôs-se a realização de um levantamento investigativo através de fotografias somada a elaboração de cartografias de análise urbanística, ambas produzidas pela autora com levantamento feito no local. Além disso, buscou reunir dados esparsos até então em documentações dos órgãos competentes no município de Goiânia, estado de Goiás e união federativa do Brasil, compilando o que hoje está vigente no que diz respeito ao patrimônio preservado.

Identificadas as circunstâncias em que se encontra a área e identificados os processos que legislam sobre o patrimônio tombado, propôs-se então a coleta de relatos de usuários locais de diferentes idades, através de questionário aplicado no local e online, a fim de compreender quais são as práticas sociais que hoje se dão, qual a relação dessas com os patrimônios do entorno, o quão reconhecidos e relevantes são, além da exposição do que pela visão do usuário carece aquele espaço urbano.

Após leitura documental, urbanística e de relatos dos usuários, faz-se uma leitura do eixo estudado, buscando identificar suas subjetividades e findando o trabalho aqui proposto com a elaboração de diretrizes capazes de qualificar a relação do usuário com o patrimônio e seu entorno a partir da interpretação feita.



debates acerca do patrimônio cultural

1.1 patrimônio cultural e as transformações de seu conceito.

1.2 a relação do sujeito com o bem tombado.

1.1 Patrimônio cultural e as transformações de seu conceito.

Patrimônio cultural pode ser compreendido, segundo Lemos, como a junção de três categorias, sendo a primeira composta por elementos intrínsecos ao meio ambiente e à natureza, a segunda pelo conhecimento que permite o saber e as técnicas do saber fazer, além da terceira que envolve o resultado obtido a partir dos elementos da natureza e das técnicas do saber (LEMOS, 2010). Sendo assim, pode ser interpretado como o conjunto desses bens, de natureza tangível e intangível, que são produtos do processo cultural em que estão imbricados, carregando consigo significados e valores que dizem respeito à identidade do grupo social que o cria, dele usufrui e se apropria.

Uma breve contextualização acerca do campo do patrimônio cultural torna-se relevante para o desdobramento deste trabalho, uma vez que o estudo investigativo que será feito no capítulo seguinte se dá sobre uma região que concentra um grande acervo patrimonial arquitetônico reconhecido e protegido institucionalmente. Paralelo a isso, sobre esse recorte também operam dinâmicas urbanas consolidadas a partir das práticas sociais de seus usuários ao longo do tempo, estando essas viesadas às questões culturais, econômicas e políticas.

Conforme afirma Lemos, compreendemos a cidade enquanto “artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação” (LEMOS, 2010, p. 47). Admitindo que os bens arquitetônicos estão inseridos nessa urbanidade, seu entendimento não está dissociado dessas relações e desses sujeitos, sendo um fragmento do todo.

Assumindo então a interseção desses assuntos, para levar adiante o trabalho é importante salientar alguns momentos importantes na evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Buscando recordar brevemente o trajeto percorrido até aqui. Funari e Pelegrini conceituam:

“Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familiaris*, pai de família. [...] A família compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem exceção, portanto, as próprias pessoas. Senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, tudo que podia ser legado por testamento, sem exceção, portanto, as próprias pessoas [...] O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana [...] O patrimônio em patrimonial, individual e privativo da aristocracia.” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 11).

Essa primeira ideia está relacionada de forma intrínseca com o poder da elite, reforçando a exclusividade desse acesso. A preocupação com o patrimônio consegue ser expandida para além dos interesses particulares a partir do surgimento dos Estados nacionais (Funari, Pelegrini, 2006). A ideia de nação enquanto povo que compartilha de referenciais semelhantes é a força motriz para o início da atribuição a seus símbolos materiais mais imponentes, como grandes construções, sentimentos identitários, de representatividade e passíveis de defesa. Seria então o entendimento do patrimônio de um povo como referencial histórico, comum e de valor inestimável, porém ainda sendo escolhido a partir da designação de poucos.

Resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), foi redigido em 1933 o documento que viria a ser conhecido como primeira carta patrimonial. A Carta de Atenas é fruto das considerações de um grupo internacional de arquitetos e urbanistas que, além de elaborar discussões sobre as questões modernas da urbanização e propor revisão de alguns aspectos, discutem sobre o patrimônio histórico das cidades, alertando sobre a necessidade de sua preservação, salvo situações em que sua existência prejudique o funcionamento da cidade, propondo aí a manutenção do que corresponda a um interesse geral e que de fato tenha um valor real coletivo (CIAM, 1933). Outras cartas patrimoniais farão anos depois leituras mais específicas sobre o assunto, como por exemplo a Carta de Veneza, que veio a público em 1964 como resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnico dos Monumentos Históricos e é mais categórica ao falar sobre a conservação e restauro, adentrando mais nas técnicas e métodos para suas aplicações (ICOMOS, 1964). Contudo, a importância da primeira carta foi o de dar o pontapé inicial, orientando discussões quando não se tinha algo consolidado.

Com as ideias em efervescente processo de discussão pelo mundo inteiro, no Brasil as discussões mais formais acerca do patrimônio ganham palco já na fase republicana do país, início do século XX, enquanto buscava-se consolidar elementos que imprimissem forte identidade nacional. O primeiro órgão federal foi criado durante o Estado Novo, sob gestão do presidente Getúlio Vargas. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), promulgado pela Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937, dispõe sobretudo das questões referentes ao tombamento, conservação e conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Para Lima Filho (2006), o SPHAN pode ser entendido com posturas distintas em dois momentos, sendo o primeiro de 1930 até 1960 e o segundo de 1960 até 1980. Ainda no primeiro momento, o Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que além de definir o que viria a ser considerado patrimônio perante a lei também organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através do tombamento e suas consequentes divisões em quatro livros. Segundo artigo 4:

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes,

as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, 1937)

O tombamento é por sua vez um ato de caráter administrativo sobre bens culturais móveis e imóveis, se dando a partir dos órgãos competentes na escala municipal, estadual e federal. Os bens protegidos por esse instrumento ficam sob tutela do órgão responsável.

Em um segundo momento do órgão federal, a ampliação do diálogo com outras secretarias e profissionais, tratou o assunto com a multidisciplinaridade que lhe era necessário, ampliando a discussão do significado de patrimônio e inaugurando compreensões mais abrangentes sobre patrimônio cultural imaterial.

Por cerca de anos depois é aqui que se avança na compreensão mais abrangente do patrimônio nacional. Consequência do fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização, o símbolo máximo desse período é a promulgação em 1988 da Constituição da República Federativa do Brasil. Nela o patrimônio antes histórico e artístico reconhecido por lei passa a ser configurado como cultural. Fica posta a nova abrangência segundo o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

A partir daí o Estado passa a reconhecer também os bens de natureza imaterial, como por exemplo modos de fazer, conhecimentos populares e festividades, que juntamente aos de natureza material passam a ser cerne de importantes discussões, tais como a interseccionalidade entre suas naturezas. A inerente interdependência de ambos dispensa a separação entre os termos. Para Ulpiano de Meneses "o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se" (MENESES, 2009, p. 31). Porém, para a legislação, os vetores tangíveis e intangíveis são protegidos por instrumentos de preservação diferentes.

A salvaguarda do patrimônio imaterial está amparada legalmente pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 e se dá por meio do registro, podendo esse ser requerido tanto pela sociedade como um todo, desde que apresentada documentação necessária. Se assim homologado pelos técnicos responsáveis após o estudo necessário para compreensão da validade dessa, é então inscrito em algum dos quatro livros de registros. A fim de ilustrar os tipos divididos, podemos tomar como exemplos a Festa

do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e o Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe registrados no livro das celebrações, a Roda de Capoeira e a Literatura de Cordel registrados no livro das formas de expressão, o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas e o Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira registrados no livro dos saberes, a Feira de Caruaru e a Feira de Campina Grande registradas no livro de lugares. Com isso, as representações referentes a essas dimensões passam a ser de ciência de todos os que assim quiserem acessá-las.

A dimensão do patrimônio imaterial, como também representação da cultura popular, reconhece sua amplitude e legitima a existência de outras formas de conhecimento que extrapolam o acadêmico, sendo importante para registrar a história da população não "oficial", a memória dos esquecidos e a validação de narrativas e visões marginalizadas que outrora não foram legitimadas, tendo em vista que o valor foi por muito tempo atribuído verticalmente de cima para baixo, privilegiando aspectos de interesse restritos a determinado núcleo social.

1.2 A relação do sujeito com o bem tombado.

A relação entre sujeito e patrimônio se tornou mais ampla à medida que o conceito do que abarca esse campo foi alterado e expandido. Uma vez que outras narrativas vão ganhando eloquência e sendo reconhecidas em maior escala, fica mais evidente o entrelaçamento do patrimônio cultural com aqueles que lhe atribuem valor (MENESES, 2012). Para Meneses (2012), essa atribuição engloba componentes cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos, sempre correlacionados uns aos outros.

Posto que não há aproximação da relação entre o sujeito e o patrimônio sem uma certa identificação e reconhecimento, é relevante que haja um maior esclarecimento e acesso às informações que tangenciam e também adentram esse assunto, para que constantemente sejam levantadas discussões e questionamentos que contestem ou não a atribuição de valores. Afinal, no campo cultural nada é estático, uma vez que se altera com o decorrer do tempo.

Grande parte da produção literária e científica segue uma linguagem técnica e acadêmica por circular amplamente dentro desse meio. Assim como em outros campos do conhecimento, desenvolvidos na academia, observa-se que as informações referentes ao Patrimônio cultural, enfrentam uma mesma dificuldade em disseminar tais informações entre a população em geral com uma linguagem mais acessível. Contudo, fora desse espaço a discussão é mais escassa e a complexidade dessas linguagens pode ser observada como um fator relevante que pode dificultar o processo de atribuição de valor feito pelos indivíduos, bem como sua identificação com esse e o desejo de preservá-lo para a posterioridade. É importante sublinhar o princípio fundamental da UNESCO segundo o qual o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos (UNESCO, 1994, apud IPHAN). Logo, a responsabilidade para com o patrimônio pertence, primeiramente, à comunidade que o gerou e posteriormente a aquele que cuida.

Na contramão do que se observa, a internet tem se mostrado um veículo que propiciou a

circulação dessas informações de forma mais ampla, atingindo um público mais diverso. É geralmente dentro desse universo que pessoas acessam conteúdos muitas vezes fragmentados e ampliam a noção do patrimônio tangível e intangível existentes em seu próprio ambiente de fruição urbana cotidiano, que por falta de educação patrimonial muitas vezes não são percebidos. É também nesse ambiente virtual que pessoas são sensibilizadas com notícias de protestos envolvendo questões contemporâneas como a contestação de símbolos que prestam homenagens a figuras e narrativas envolvendo exploração e racismo, como por exemplo o bandeirante Borba Gato, cuja estátua foi incendiada em São Paulo no ano de 2021 por ativistas, além da onda de derrubada de monumentos em diversas cidades da América Latina (MERCIER, 2021). Sendo assim, a importância dos materiais produzidos no universo acadêmico e pelas organizações cujo fim de estudo seja o campo do patrimônio ganha corpo quando extravasa esses meios e dialoga também com a sociedade organizada. Em relação ao recorte de estudo escolhido para este trabalho, serão posteriormente expostos os arranjos institucionais que sobre eles dispõem, assim como a investigação da relação dos usuários com o patrimônio e seu entorno.



o patrimônio de Goiânia

2.1 o nascimento da capital

2.2 o setor central e o eixo de estudo

2.3 análise urbanística

2.4 bens preservados

2.4.1 instrumentos legais

2.5 o que prevê o plano diretor para a área ?

2.6 propostas existentes

2.1 O nascimento da capital

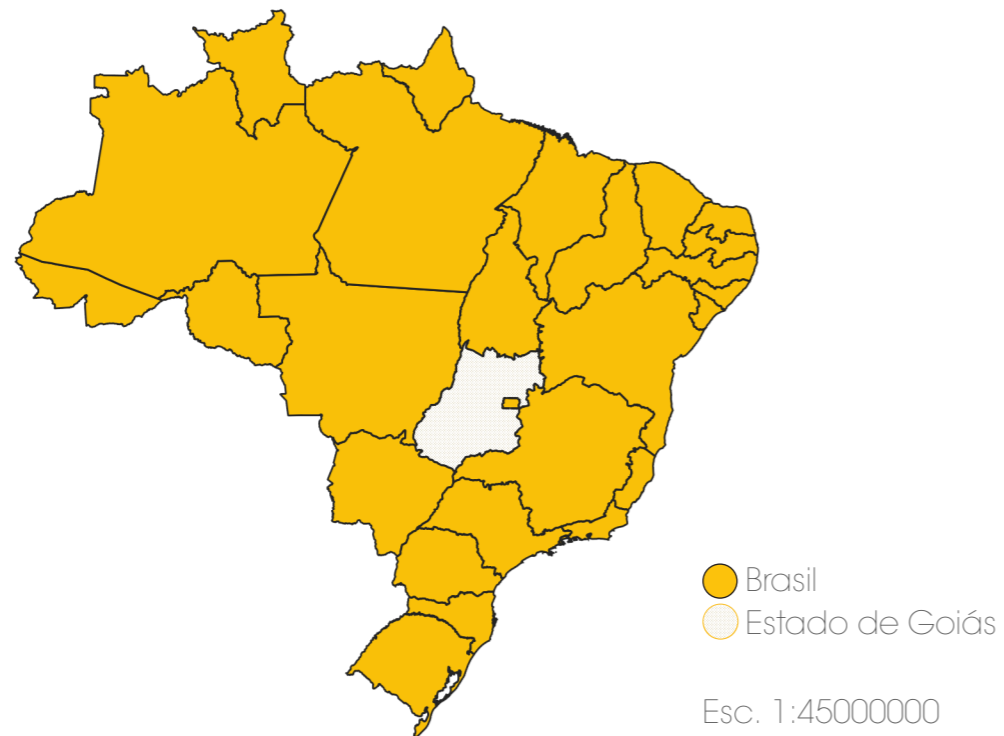


Figura 1: mapa divisão estadual do Brasil.

Fonte: elaborado pela autora a partir de banco de dados IBGE.

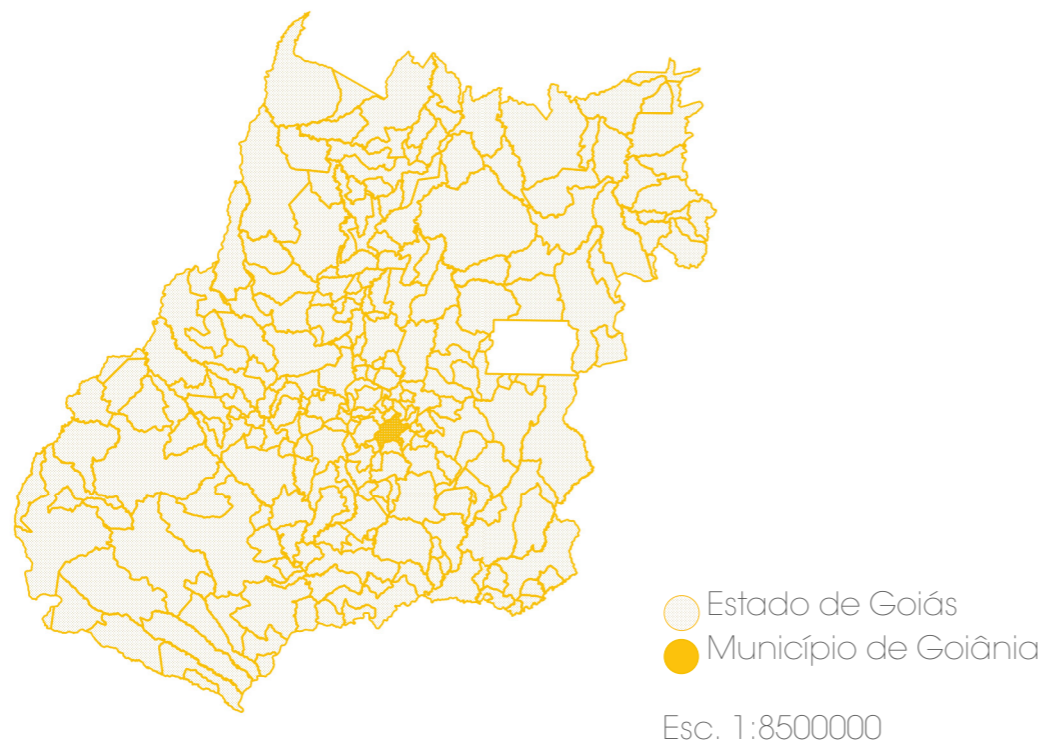


Figura 2: mapa divisão municipal do Estado de Goiás.

Fonte: elaborado pela autora a partir de banco de dados IBGE.

Situada no Centro-Oeste brasileiro, o município de Goiânia teve sua idealização concomitante à decadência e ao esvaziamento do potencial aurífero na até então capital do estado, a atual cidade de Goiás. Essa especulação passou pelas discussões de outros governantes e ficou incubada por anos, até a nomeação do médico Pedro Ludovico Teixeira como interventor estadual por Getúlio Vargas, o então presidente do Brasil. Visando um local com condições de oferecer e suportar a demanda inicial necessária de energia elétrica, abastecimento hídrico, recebimento de cargas através da linha férrea e potencial para criação de linhas viárias de interligação, foi escolhida a localização na nova capital (MANSO; NUNES, 2010)

Movido pela Revolução de 1930 e se apoiando no discurso progressista, o recém nomeado interventor de Goiás contrata em 1932 o urbanista Attilio Corrêa Lima, que já familiarizado com planejamento urbano e cujas referências modernas chamaram atenção, desenha o novo traçado pioneiro de Goiânia e seu plano urbanístico. Mais do que a sede administrativa e política do estado disposta na Praça Cívica, projetava-se um modelo de cidade moderna em uma área que, acima de tudo, ainda era ruralizada.

O projeto original (figura 3) setoriza a cidade em cinco partes: o Setor Central, reunindo as atividades administrativas e comerciais; o Setor Norte, reunindo as atividades industriais; o Setor Sul, cujo uso seria residencial; e Setor Leste e Oeste, que no plano do urbanista aparecem apenas esboçados (MANSO 2001). Partindo do ponto onde ocorreriam as solenidades políticas, o formato radiocêntrico se estrutura por meio de vias convergentes que ligam as zonas propostas.

Devido discordâncias de cunho político e financeiro, Attilio passa a não responder mais pelo projeto e execução da cidade, sendo essa função então designada aos engenheiros da empresa Coimbra Bueno, sob assessoria do engenheiro Armando de Godoy. Juntos alteraram tanto o rumo de construções já iniciadas quanto às diretrizes do plano anterior, o que resultou em supressão de alguns espaços, como por exemplo os anéis viários que passariam originalmente por dentro da Praça Cívica, além de alterar certas lógicas espaciais urbanas, como por exemplo o afastamento do fluxo de veículos próximo das áreas de caráter residencial no Setor Sul (figura 4) (MANSO; NUNES, 2010).

Oficializada como capital do estado de Goiás em 1937, Goiânia em um primeiro momento teve seu parcelamento urbano contido e controlado, mas já no ano de 1951 o poder público sinaliza para que os novos loteamentos fossem viabilizados mediante apenas locação e abertura das vias, sem a infraestrutura urbana mínima necessária, levando a uma expansão urbana de maior proporção do que havia sido experimentado até então (RIBEIRO, 2004). Outras razões que se somaram a essa crescente foram a inauguração da ferrovia, as políticas de incentivo à ocupação dos interiores pela gestão do presidente Getúlio Vargas, a construção de Brasília e a criação dos centros universitários de ensino federal e particular. De 1933 até meados de 1961 estava sob poder estadual o cadastro imobiliário do Setor Central e da Zona Norte. A consolidação de Goiânia como importante centro se deu a partir de 1964, seguida da verticalização e também das ocupações informais devido ao encarecimento das terras mais centrais e localizadas na parte legal da cidade.

Hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade possui uma área territorial de 729,296 km² e no último censo realizado em 2023, sua população somava em torno de 1.437.237 habitantes (GOIÂNIA, 2023). Nas últimas décadas a metrópole lida com a acentuação de conflitos como segregação sócioespacial, ocupações informais e infraestrutura urbana distribuída de forma desigual.

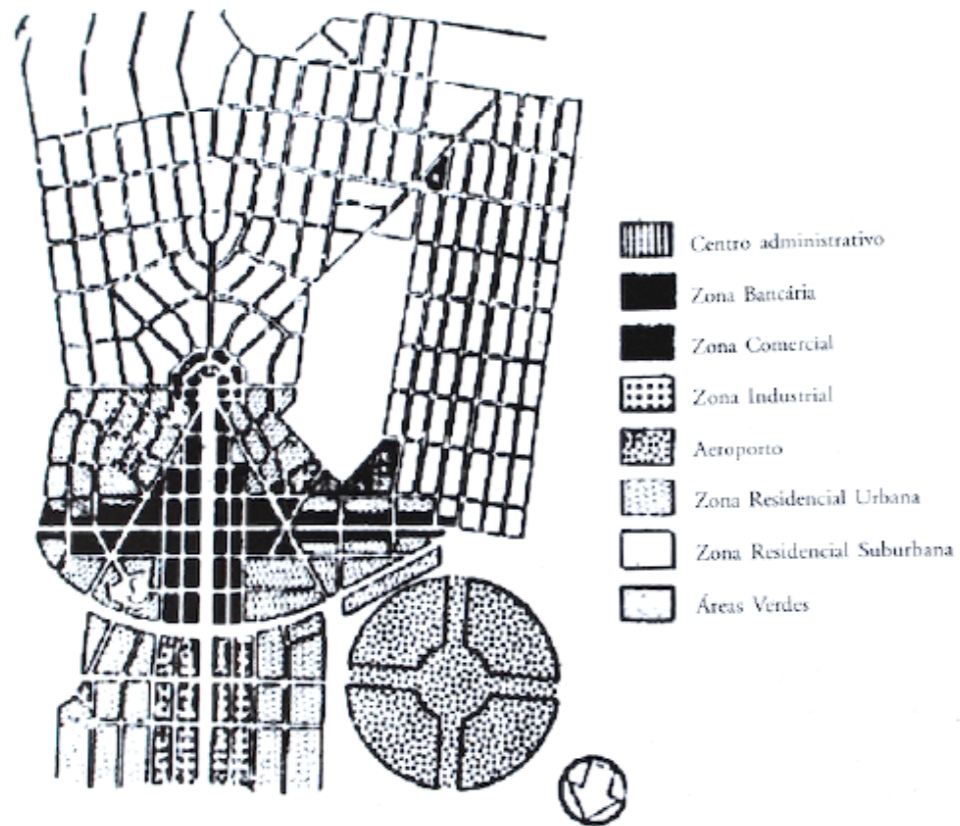


Figura 3: plano urbanístico original projeto por Attilio Corrêa Lima.
 Fonte: IPHAN.

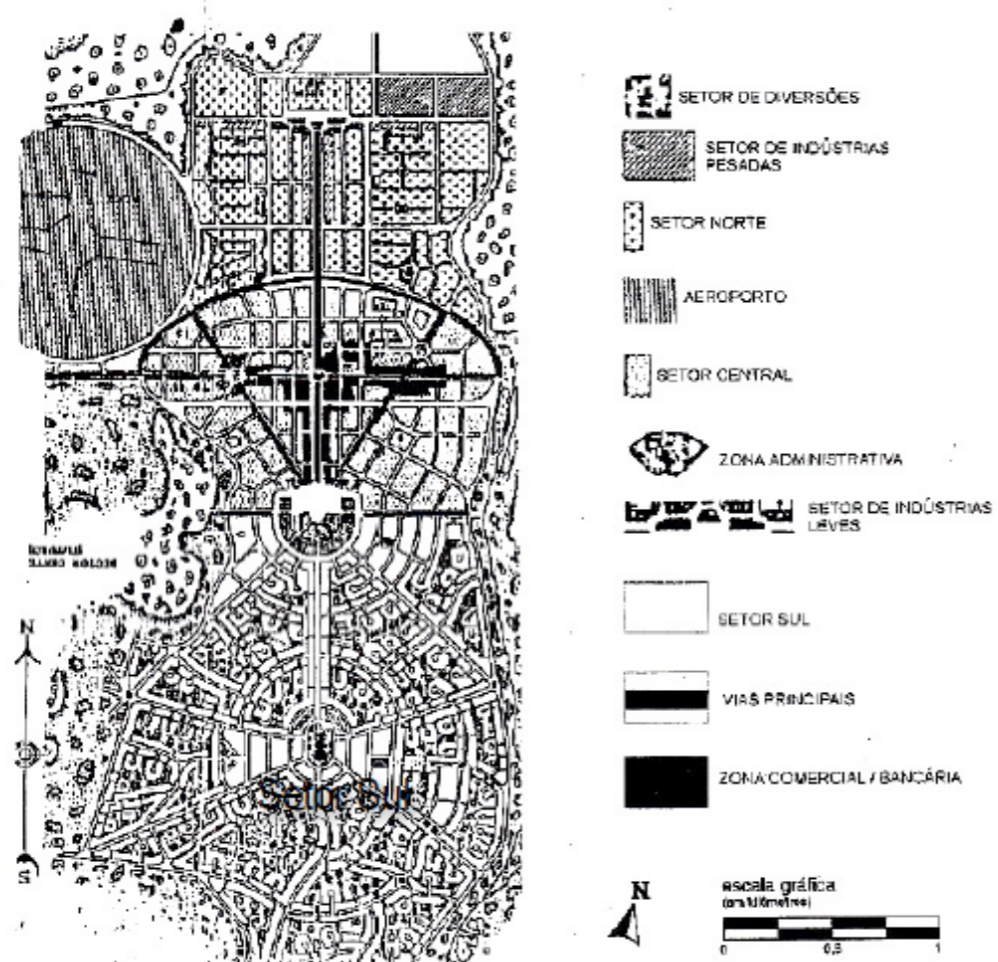


Figura 4: plano urbanístico executado com as alterações de Armando de Godoy.
 Fonte: IPHAN.



Figura 5: vista Avenida Goiás em 1937.
 Fonte: IMS.



Figura 6: vista Avenida Goiás em 1970.
 Fonte: IMS.



Figura 7: vista Avenida Goiás em 2014.
 Fonte: Fernando Leite.

2.2 O setor central e o eixo de estudo

O recorte territorial deste trabalho é a Avenida Goiás e suas quadras adjacentes, estando esse situado no Setor Central. O bairro enquanto centro fundacional e urbano que concentra em sua conformação uma importante referência histórica da cidade de Goiânia, seus conflitos, mudanças e permanências. Na década de 1970, o adensamento do Setor Central o consolida como principal núcleo de concentração de instituições públicas, oferta de serviços e lazer. Na década de 1980, o adensamento começa a ser um problema e o poder público mediante lei tenta frear a expansão. Com isso, as atividades centrais começam a acontecer também em outros centros de menor porte, mas com crescimento em potencial. Na década de 1990 os reflexos dessa mudança acarretaram na alteração da dinâmica do Setor Central como centro econômico principal, uma vez que as demais localidades foram se desenvolvendo e racionando. Já nos anos 2000 começam a ser discutidas ações organizadas tanto no âmbito político público como privado, visando requalificar o bairro pioneiro da cidade (ALARCÓN; HOLANDA, 2005).

Projetadas como as primeiras grandes vias, as avenidas Tocantins, Goiás, Araguaia, Anhanguera e Paranaíba estruturam em suas extensões atividades múltiplas como residências, comércios e serviços. Considerada a principal das vias quanto ao desenho e intenção de Atílio Corrêa Lima, a Avenida Goiás interliga o eixo norte e sul, sustentando o fluxo de pedestres e veículos ao longo de aproximadamente 1,7km, seja como via de passagem ou parada específica. Dado seu protagonismo, não passou ilesa às mudanças. Sua composição sofreu alterações na busca por atender novas demandas, em especial aquelas relacionadas ao transporte motorizado. Exemplo mais recente são as obras para implantação do BRT, que reduzirá na Avenida Goiás a faixa de veículos motorizados particulares e dará maior espaço para o transporte coletivo. Porém, se não incentivado seu maior uso, causará congestionamentos ainda maiores dos que atualmente acontecem em horários de alto fluxo, além de se tornar um espaço desagradável para pedestres e ciclistas.

O centro da cidade de Goiânia vive um constante processo de degradação dos espaços, ainda que algumas políticas públicas e propostas tentem conter a deterioração da vitalidade. Escolhido como eixo de estudo devido a sua importância histórica e funcional, o recorte que irá delimitar as futuras análises compreende desde a Rua 82 até a Avenida Independência, anexando em seus dois extremos a praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira e a antiga estação ferroviária. Para melhor compreensão, foram feitos levantamentos e análises urbanísticas com intuito de melhor caracterizar a situação atual.

Figura 8: mapa Setor Central .

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local e imagem de satélite do Google Earth.



2.3 Análise Urbanística

Uso do Solo

O levantamento de uso do solo foi feito nas quadras adjacentes ao eixo da Avenida Goiás e foram classificados em: área verde, comercial, cultura/lazer, estacionamento, institucional/público, religioso, residencial, sem uso e uso misto (comercial e residencial).

Por meio dos dados levantados no local, identificou-se que ao longo do eixo de estudo, o uso predominante é o exclusivamente comercial, seguido do uso misto residencial mais comercial. Chamou atenção também a quantidade de lotes destinados a oferta de estacionamento para veículos, que não deixa de ser uma demanda, mas sua quantidade e distribuição refletem a inflexibilidade à caminhabilidade, mesmo em um espaço onde os usos se dão de forma pontual e efêmera, como será relatado mais adiante neste trabalho. Já o uso institucional é mais concentrado perto da Praça Cívica, onde foi lançada a pedra fundamental da capital e a partir daí erguidas edificações para abrigar essas funções, no entanto também aparece em menor quantidade ao longo de todo o eixo da Avenida Goiás.

A oferta de usos diversificados são responsáveis por atrair fluxo de pessoas e veículos para a região. Contudo, tendo em vista que o comércio, uso mais abundante no recorte, funciona dentro de um intervalo diurno, tem-se aqui uma das possíveis justificativas para o esvaziamento no período noturno e durante boa parte dos fins de semana. A não existência de atividades frequentes fora do horário comercial coloca a infraestrutura existente em espera, até que se dê a movimentação habitual do dia-a-dia.

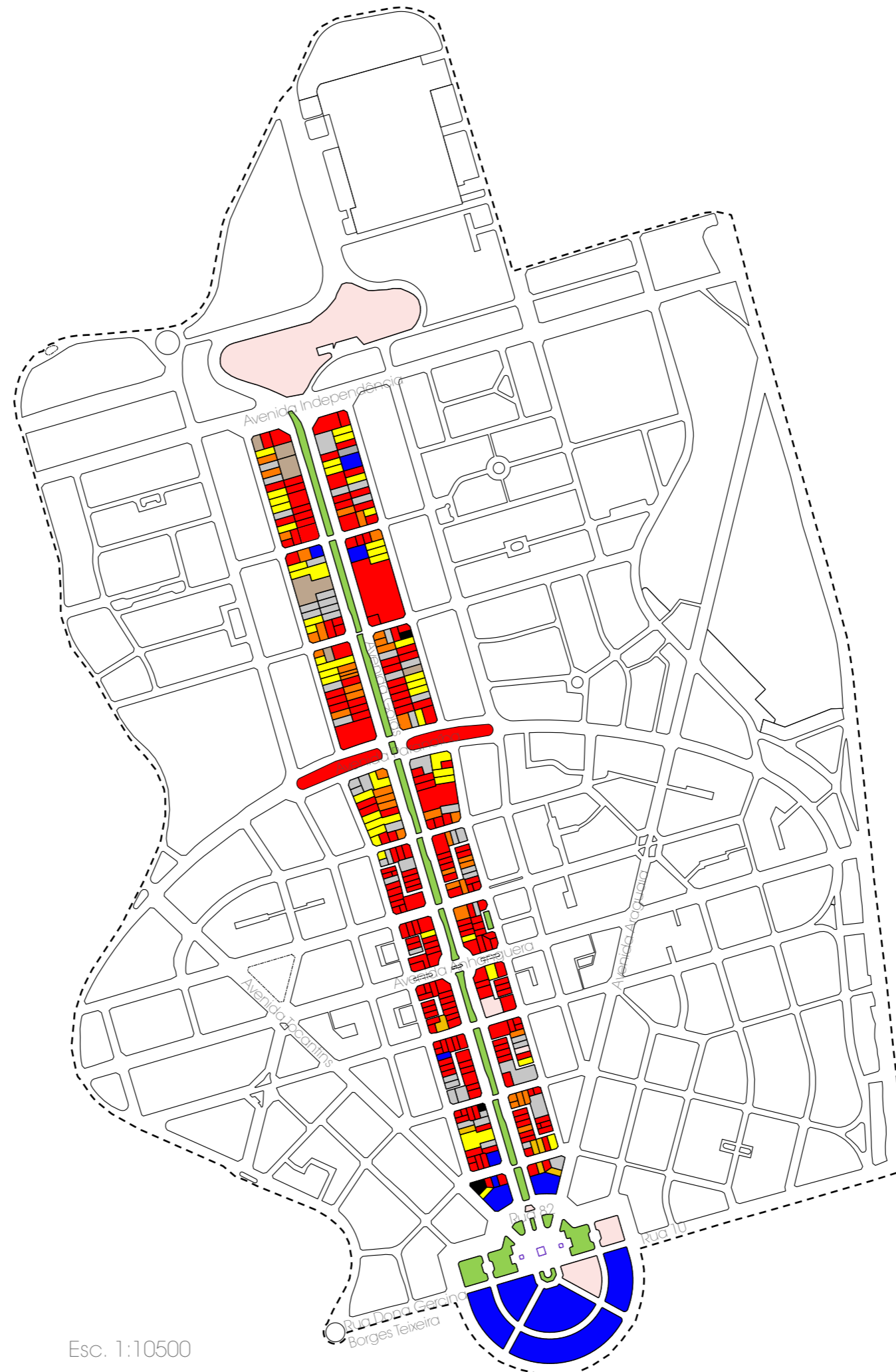


Figura 9: mapa de uso do solo.

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.

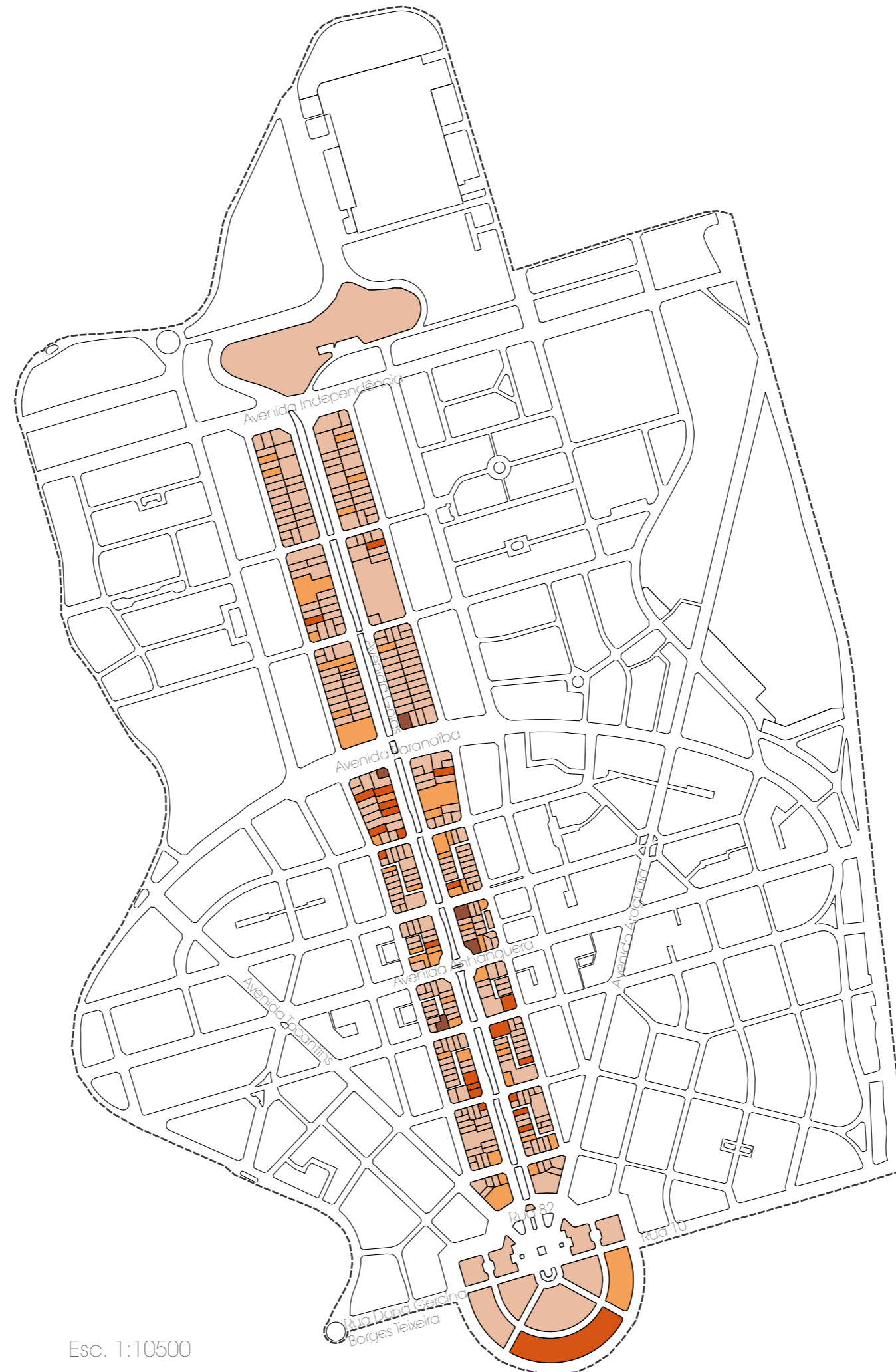
- Setor Central
- Quadras
- Área Verde
- Comercial
- Cultura | Lazer
- Estacionamento
- Institucional | Público
- Religioso
- Residencial
- Sem Uso
- Uso Misto (comercial + residencial)

Gabaritos

A partir do levantamento feito no local pela autora, foi produzido o mapa de gabaritos da área de estudo com a graficação subdividida em 4 intervalos de pavimentos. A leitura deste evidencia que as quadras adjacentes à Avenida Goiás caracterizam na paisagem urbana uma diferença de níveis discrepante e variável por toda sua extensão.

Dentre as inúmeras configurações, as quadras com gabaritos mais baixos e similares, de 0 a 4 pavimentos, permitem uma visão mais horizontalizada da região, enquanto as quadras com gabaritos mais altos e distoantes, variando entre 0 e 24 pavimentos, permitem uma visão mais limitada aos olhos do pedestre que circula pela via, além de concentrar uma maior densidade de usuários pelo aporte oferecido.

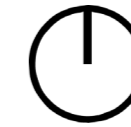
A partir da sobreposição de análises dos gabaritos e usos do solo atuais, pôde-se perceber que as maiores alturas se dão em edifícios de uso misto, indicando um maior adensamento em edifícios cujo térreo é ativado nos horários comerciais e a função residencial garante utilização durante todo o tempo.



Esc. 1:10500

Figura 10: mapa de gabaritos.

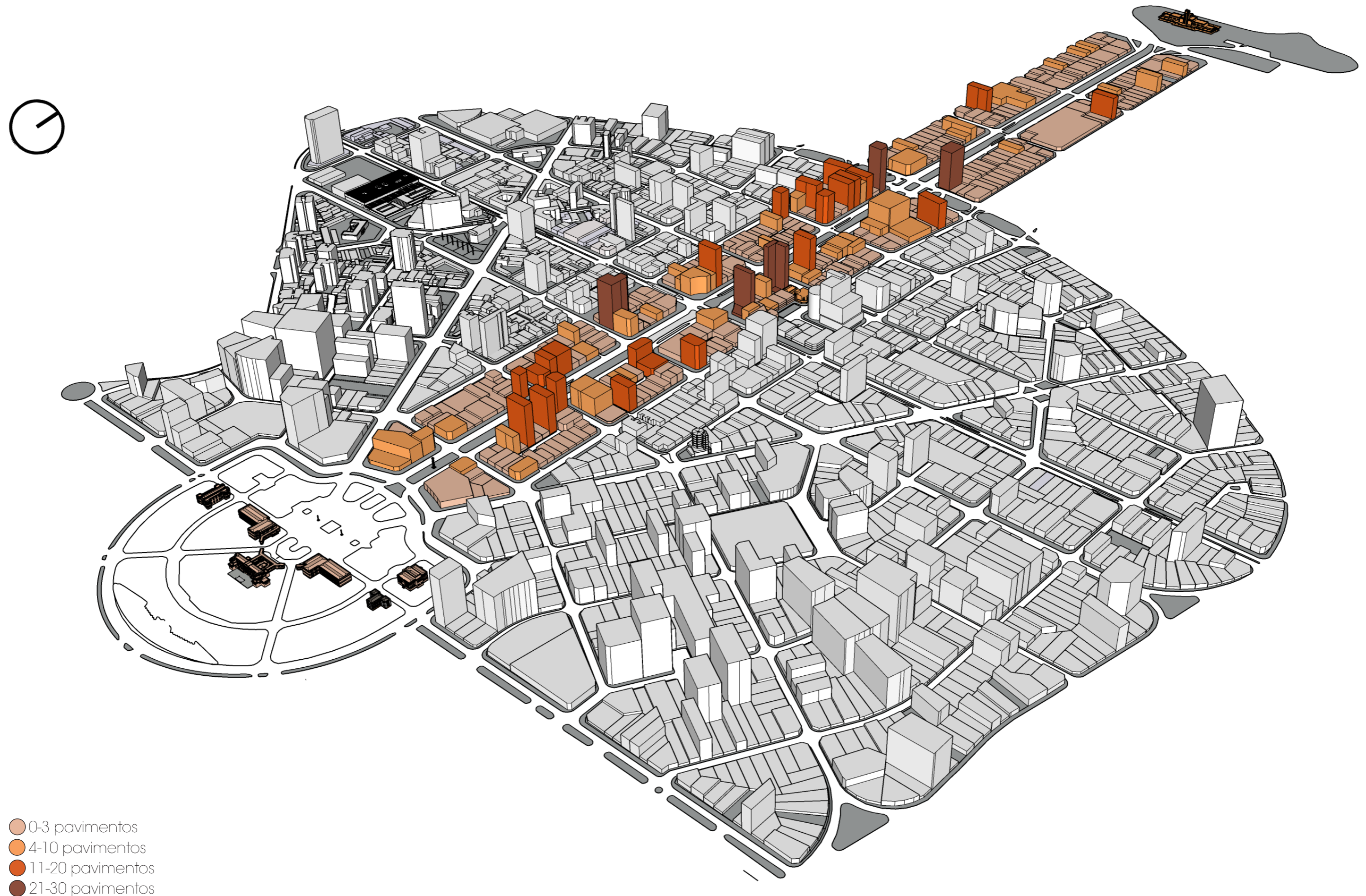
Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.



- Setor Central
- Quadras
- 0-3 pavimentos
- 4-10 pavimentos
- 11-20 pavimentos
- 21-30 pavimentos

Figura 11: perspectiva gabaritos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.



Corredores Viários

Os corredores viários elencados no mapa a seguir são aqueles considerados de maior destaque quanto às atividades dispostas em seu entorno, além de seu traçado ter grande relevância para a dinâmica de conexão com outras áreas. Foram destacadas hierarquicamente como vias arteriais (Avenidas Anhanguera, Araguaia, Independência, Goiás e Tocantins, Ruas 3, 10, 55, 82 e Dona Gercina Borges Teixeira), coletoras (1, 2, 4 e 61) e locais (7, 8, 70 e 72).

A região central como um todo é pouco desenvolvida no que tange à infraestrutura para ciclistas. As ciclovias já existentes dentro do setor estão localizadas nos canteiros centrais da Rua 10 e da Rua Dona Gercina Borges Teixeira. Dentro da Praça Cívica não há circulação de veículos atualmente, podendo ser um facilitador para interligar essas duas vias sem compartilhar o espaço com o carro, além de poder articular uma futura ciclofaixa no canteiro central da Avenida Goiás.

Por se tratar de uma centralidade importante e consolidada, a oferta de transporte público no Setor Central é maior do que em outras regiões da cidade, distribuindo bem os embarques e desembarques dentro desse bairro, mas não garantindo tamanho aporte e conexão bem racionada nos demais. Isso pode ser um fator que desmotiva o usuário a escolher o transporte público coletivo para transitar pela região e favorecendo a preferência pelo transporte particular. Contudo, essa lógica entra em conflito quanto a inexistência de espaço para todos esses veículos particulares. O que foi analisado no mapa de uso do solo mostra ainda que essa deferência ao automóvel culminou na abertura de inúmeros estacionamentos, que além de não provocarem nenhuma relação mais ativa com o espaço, são ainda insuficientes.

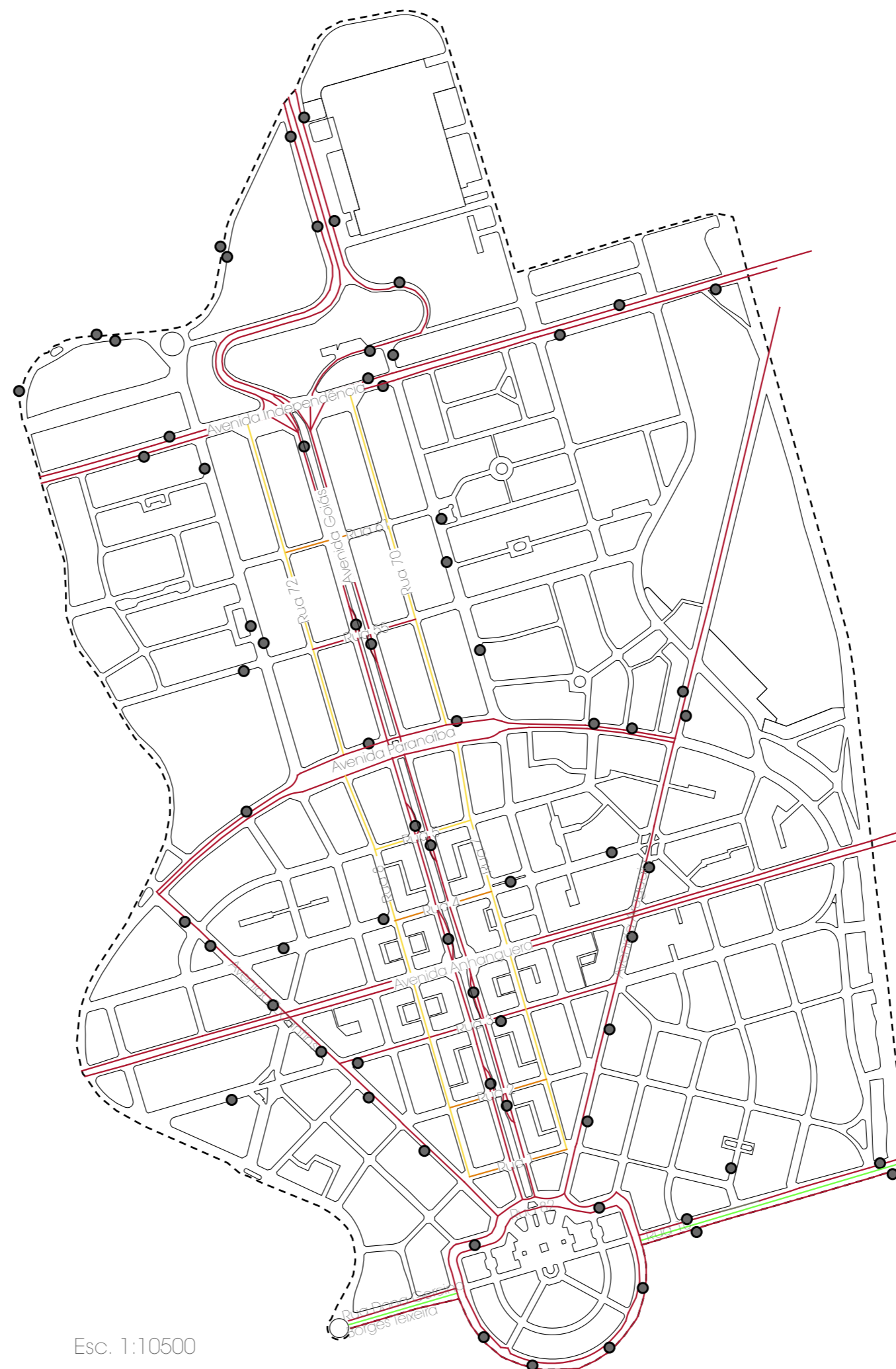


Figura 12: mapa de corredores viários.

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento da Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP).



2.4 Bens preservados

No mapa a seguir, restringiu-se o levantamento para o eixo de estudo, sendo então os patrimônios expostos não totalizantes do conjunto edificado tombado em escala municipal, estadual e federal no Setor Central e em outros setores de Goiânia. Os bens tombados foram identificados pelo seu nome original quando elaborados e aprovados os instrumentos legais de sua proteção. A partir de registros documentais disponibilizados em bibliografias da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN-GO) e da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), estão inseridos dentro do recorte os seguintes bens: Palácio do Governo, Secretaria Geral, Fórum e Tribunal de Justiça, Delegacia Fiscal, Tribunal Regional Eleitoral, Coreto, Obeliscos com luminária, Monumento às Três Raças, Fontes Luminosas, Departamento Estadual de Informação, Chefatura de Polícia, Tribunal de Contas, Grande Hotel, Torre do Relógio, Estação Ferroviária, Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia, Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva. No anexo I deste trabalho encontra-se uma breve descrição de cada um dos que foram mencionados acima e destacados no mapa ao lado, acompanhados do levantamento fotográfico atualizado feito pela autora.

Ao observar a Avenida Goiás em toda sua extensão é notável a presença das construções na linguagem Art Déco que não estão preservadas, com pichações e patologias da edificação, além das fachadas escondidas por letreiros e placas com propagandas. Logo, o que se percebe é que a proteção implicada por leis e decretos é ainda o que garante um esforço mínimo de preservação (ARRAIS, 2015).

Sendo uma cidade planejada, a linguagem arquitetônica foi escolhida para ir ao encontro da ideia de modernidade, ideia norteadora dos idealizadores da cidade, como já foi abordado no contexto de criação e planejamento da capital. Uma escolha que aliena as referências da população, uma vez que não havia construções desse mesmo estilo em uma região de caráter mais rural, fazendo sentido apenas mais tarde e suscitando narrativas de maior sentimento de identidade e interesse de preservação após tombamento federal pelo órgão competente, o IPHAN. Atualmente Goiânia concentra o maior acervo de bens arquitetônicos com linguagem art déco do Brasil. Contudo, o que se mostra como referência nacional não caminha paralelamente ao imaginário da população local, como será reforçado mais adiante quando questionados sobre as percepções do usuário em relação a esses patrimônios.

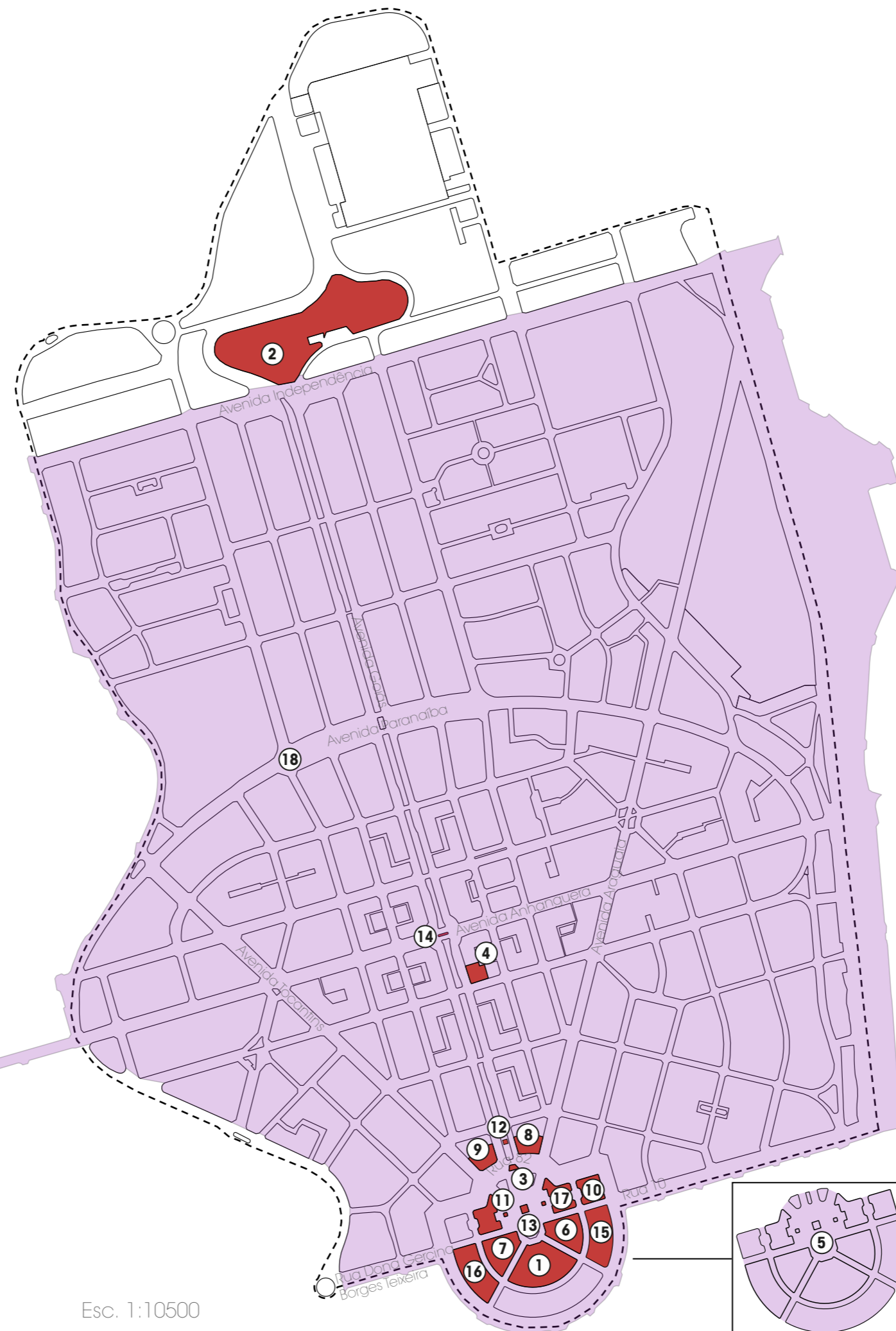
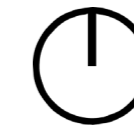


Figura 16: mapa de bens preservados.

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local e dados da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN).



- Setor Central
- Quadras
- Edifício/Monumento
- Traçado Urbano
- ① Palácio do Governo
- ② Estação Ferroviária
- ③ Coreto
- ④ Grande Hotel
- ⑤ Praça Cívica
- ⑥ Secretaria Geral
- ⑦ Fórum e Tribunal de Justiça
- ⑧ Delegacia Fiscal
- ⑨ Tribunal Regional Eleitoral
- ⑩ Departamento Estadual de Informação
- ⑪ Obeliscos com Luminárias
- ⑫ Torre do Relógio
- ⑬ Monumento às Três Raças
- ⑭ Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva
- ⑮ Tribunal de Contas
- ⑯ Chefatura de Polícia
- ⑰ Fontes Luminosas
- ⑱ Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia



Figura 17: Palácio do Governo (1).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 18: Estação Ferroviária (2).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 19: Coreto (3).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 20: Grande Hotel (4).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 21: Praça Cívica (5).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 22: Secretaria Geral (6).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 23: Fórum e Tribunal de Justiça (7).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 24: Delegacia Fiscal (8).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 25: Tribunal Regional Eleitoral (9).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 26: Departamento Estadual de Informação (10).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 27: Obeliscos com Luminárias (11).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 28: Torre do Relógio (12).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 29: Monumento às Três Raças (13).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 30: Estátua Bartolomeu Bueno da Silva (14).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 31: Tribunal de Contas (15).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 32: Chefaturn de Polícia (16).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 33: Fontes Luminosas (17).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 34: Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia (18).
Fonte: portal mapa Goiânia, 2022.

2.4.1 Instrumentos legais

Diante da dificuldade em encontrar uma base de dados atualizada e unificada, dedica-se à elaboração de uma tabela que cumpra essa função, sendo possível a partir do levantamento feito no local e catalogação por meio de revisões bibliográficas e consultas presenciais junto a algumas instituições listadas a seguir. A relação conta com informações referentes aos bens protegidos que foram mapeados anteriormente e suas respectivas legislações e especificidades, usando o critério de que esses encontram-se dentro da área de estudo escolhida para este trabalho. A Lei n.º 6.962/1991 (D.O. n.º 960/1991) é legislação do município de Goiânia, o Despacho n.º 1.096/1982 (Processo CEC 302/81) e Decreto n.º 4.943/1998 (Processo 16204654) são legislações do Estado de Goiás e o Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003) é legislação federal do Brasil. Já a Portaria n.º 507, de 18 de novembro de 2003, processo 1.500 T/2002 que determinou com base no Decreto-Lei n.º 25/1937 a proteção dos bens enumerados na tabela, não foi encontrada para consulta.

Estão incluídos na tabela dados do patrimônio cultural em Goiânia (SEPLAM, 2009), de documentações da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia, Agência Estadual Pedro Ludovico (AGEPEL), Conselho Estadual de Cultura (CEC) e Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás

(IPHAN-GO). Vale ressaltar que apesar de apenas uma esfera do poder público ser legalmente incumbido de proteger o bem patrimonial, alguns desses acumulam mais de uma legislação vigorando sobre.

Como Praça Cívica compreende-se no caso do tombamento federal o conjunto que de inclui edifícios institucionais (Palácio do Governo (1), Secretaria Geral (6), Delegacia Fiscal (8), Tribunal Regional Eleitoral (9), Departamento Estadual de Informação (10), Torre do Relógio (12), Chefatura de Polícia (16), Fórum e Tribunal de Justiça (17)), além do mobiliário urbano (Coreto (3), Obeliscos com Luminárias (11), Fontes Luminosas (17)). No caso do tombamento estadual, compreende o conjunto de edifícios, obeliscos, passeio público, traçado e malha viária (Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia (18)).

Finalmente, os instrumentos legais aqui citados dispõem de diretrizes muito abrangentes, dando pouco detalhe quanto ao nível de salvaguarda dos bens. Das disposições gerais, algo comum entre as legislações é a preservação das características arquitetônicas originais e a obrigatoriedade do cuidado por parte de quem é o responsável legal. Contudo, o levantamento fotográfico realizado pela autora evidencia as descaracterizações sofridas a partir das ações humanas, além das patologias advindas da exposição ao tempo e idade das construções. Esses problemas se dão seja por falta de investimento na recuperação e manutenção, por fazê-las tardiamente, pela fiscalização ineficaz que não assegura as disposições das legislações ou por falta de identificação e apreço da população com o patrimônio.

	BEM TOMBADO	USO		USO ATUAL	PROPRIETÁRIO			INSTRUMENTO LEGAL	PRESERVAÇÃO			LIVRO TOMBO		
		SIM	NÃO		M	E ¹	F		M	E	F	M	E	F
1	Palácio do Governo	X		Palácio das Esmeraldas		X		Despacho n.º 1.096/1982 (Processo CEC 302/81)	X	X	X		X	X
2	Estação Ferroviária	X		Museu Frei Confaloni		X		Decreto n.º 4.943/1998 (Processo 16204654)	X	X	X		X	X
3	Coreto	X		Coreto	X			Lei n.º 6.962/1991 (D.O. n.º 960/1991)	X	X	X		X	X
4	Grande Hotel	X		INSS / Biblioteca			X	Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003)	X	X	X		X	X
5	Praça Cívica ²	X		Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira	X			Despacho n.º 1.096/1982 (Processo CEC 302/81) Decreto n.º 4.943/1998 (Processo 16204654) Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003)		X	X		X	X
6	Secretaria Geral	X		Centro Cultural Marieta Telles Machado		X				X	X		X	X
7	Fórum e Tribunal de Justiça		X	-		X				X	X		X	X
8	Delegacia Fiscal	X		Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico			X			X	X		X	X
9	Tribunal Regional Eleitoral	X		Memorial da Justiça Eleitoral			X			X	X		X	X
10	Departamento Estadual de Informação	X		Museu Zoroastro Artiaga			X			X	X		X	X
11	Obeliscos com Luminárias	X		Obeliscos	X					X	X		X	X
12	Torre do Relógio	X		Relógio da Avenida Goiás	X					X	X		X	X
13	Monumento às Três Raças	X		Monumento às Três Raças	X				Lei n.º 6.962/1991 (D.O. n.º 960/1991)	X	X			
14	Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva	X		Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva	X					X				
15	Tribunal de Contas	X		Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás		X		Despacho n.º 1.096/1982 (Processo CEC 302/81) Decreto n.º 4.943/1998 (Processo 16204654)	X	X		X	X	X
16	Chefatura de Polícia	X		HUB de Inovação		X		Decreto n.º 4.943/1998 (Processo 16204654) Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003)	X			X	X	X
17	Fontes Luminosas	X		Fontes Luminosas	X			Despacho n.º 1.096/1982 (Processo CEC 302/81) Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003)		X			X	X
18	Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia	X		Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia			X	Decreto-Lei n.º 25/1937 (Portaria n.º 507/2003)		X				X

Tabela 1: relação de bens tombados e suas respectivas legislações.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos do relatório diagnóstico preliminar do patrimônio cultural de bens tombados e/ou protegidos no município de Goiânia e na coletânea de leis sobre preservação do patrimônio disponibilizado pelo IPHAN.

¹ Para fins de abreviação foi utilizada a letra M para se referir à esfera de poder municipal, E para estadual e F para federal.

² A Praça Cívica foi considerada nas legislações como elemento orientador do traçado pioneiro de Goiânia e por isso articulador de alguns dos bens tombados listados na tabela 1. Sendo assim, esses foram considerados como partes constituintes desse conjunto. A Residência de Pedro Ludovico faz parte do conjunto da Praça Cívica e não será listada na tabela 1 por estar fora do recorte de análise inicial, mas encontra-se mapeada na figura 65 para fins de complementação do estudo e da proposta.

2.5 O que prevê o plano diretor para a área?

O Plano Diretor é o principal instrumento segundo a Constituição Brasileira que dispõe sobre o processo de planejamento e desenvolvimento de um município, orientando tomadas de decisões tanto no meio público como no privado. Para a análise do que interessa a este trabalho, foi utilizada a Lei Complementar N°349, de 04 de março de 2022, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Goiânia e dá outras providências.

No que diz respeito à identificação da área territorial estudada, o Art. 159 da Lei Complementar n° 349, de 04 de março de 2022 informa que:

“Integrarão a unidade territorial identificada como Área Adensável (AA): I - os Eixos de Desenvolvimento, compostos pelas faixas bilaterais contíguas aos corredores exclusivos e preferenciais, numa extensão aproximada de 350 m (trezentos e cinquenta metros), a partir da via pública estruturadora do eixo, desde que ambientalmente aptas à ocupação e com morfologia urbana compatível com a densificação prevista, conforme delimitações constantes do Anexo XIV desta Lei Complementar; II - os vazios urbanos, situados dentro ou fora dos Eixos de Desenvolvimento, integrantes ou contíguas aos loteamentos pertencentes aos Grupos I e II do Anexo XXIII desta Lei Complementar, bem como aqueles pertencentes ao Grupo III, nos termos da Lei n° 9.123, de 2011, ou sucedânea, localizados na Macrozona Construída, desde que suas ocupações ocorram por meio da implantação de Projeto Diferenciado de Urbanização³ (PDU) ou de Conjunto Residencial, conforme lei específica. § 2º Para o vazio urbano situado na Área de Entorno ao Bem Tombado, não será permitida sua ocupação no modelo de PDU, bem como de Conjunto Residencial na tipologia de habitação coletiva de alta densidade, devendo atender aos parâmetros urbanísticos descritos no Anexo XXII desta Lei Complementar.” (GOIÂNIA, 2022)

Toda a área estudada neste trabalho e seu entorno próximo se classifica, portanto, como área adensável (anexo 3), sendo passível de verticalização. Como já analisado anteriormente, os gabaritos da área de estudo incorporam essa verticalização, embora distribuída desigualmente pelo espaço. Ao cruzar os dados levantados no local pela autora, os maiores gabaritos abrigam usos comerciais ou de serviços e residenciais, sendo na maioria das vezes uso misto.

Quanto às normas especiais de uso e ocupação do solo, o Art. 213 da lei mencionada informa que:

“As Áreas de Programas Especiais de Interesse Urbanístico compreendem trechos do tecido urbano sujeitos às ações de requalificação urbanística, objetivando a valorização de suas peculiaridades e de sua paisagem urbana, a dinamização da economia local e a reabilitação do meio ambiente, por meio da implantação de projetos públicos, privados ou de parcerias público-privadas, com ou sem o prévio parcelamento do solo, quais sejam.” (GOIÂNIA, 2022)

Toda a extensão da área de estudo está situada dentro de uma Área de Programas Especiais (anexo 4), configurando trechos aos quais serão dirigidos programas de ação de interesse estratégico. No caso da Avenida Goiás, a classificação atribuída é de Área de Programas Especiais de Interesse Urbanístico. Contudo, não foram obtidos registros com planos para os vazios urbanos encontrados na Avenida Goiás.

O Setor Central é uma área bem desenvolvida e consolidada como importante centralidade histórica e econômica. Sendo assim, as tentativas estratégicas previstas no Plano Diretor têm como objetivo fortalecer e melhorar sua dinâmica atual. Embora o Plano preveja esse incentivo e o local demande o cumprimento do artigo, não se dá de maneira efetiva quando observado na prática. Ao caminhar pela área de estudo, nota-se muitos comércios fechados, placas de “aluga-se”, poucos atrativos para além do uso comercial e muitas áreas deterioradas que poderiam receber novos usos para aproveitarem da infraestrutura oferecida pela área. Pode-se dizer, portanto, que o plano dá diretrizes que não têm sido eficientes pra cumprir os seus objetivos. Mais adiante serão expostos alguns programas especiais previstos para a área de estudo e serão avaliados seu cumprimento ou não.

Quanto à hierarquia viária, as vias arteriais são consideradas estruturadoras do tráfego urbano, atendendo a circulação geral e contando com pista dupla. A depender da intensidade do fluxo de passagem, subdividem-se em via arterial de 1ª categoria, sendo

“redistribui o tráfego das vias expressas para os seus destinos, até o nível das arteriais secundárias e que possui capacidade e velocidade menor que a via expressa, com traçado sensivelmente contínuo e interseções predominantemente em nível, atendendo principalmente à mobilidade do tráfego, podendo, contudo, ser permitido o acesso a propriedades adjacentes.” (GOIÂNIA, 2022)

³ Projeto Diferenciado de Urbanização (PDU): modelo de ocupação do território, com ou sem prévia ocorrência de parcelamento do solo, caracterizado pelo ordenamento e ocupação dos vazios urbanos, a fim de dotá-los de função social, com uso habitacional, de atividade econômica ou misto, observadas as potencialidades e localização de cada área.

Além disso, compreende via arterial de 2ª categoria com sendo aquela que complementa e interconecta as vias do sistema arterial principal, com menor nível de mobilidade que as vias arteriais de 1ª categoria.”

A Avenida Goiás é considerada uma via arterial de 1ª categoria e cumpre sua função de articular o fluxo de veículos dentro do Setor Central, assim como os fluxos que chegam nele e partem dele. Das três vias principais projetadas no planejamento urbano inicial da capital (Av. Goiás, Av. Tocantins e Av. Araguaia), a Avenida Goiás é a que, ainda hoje, exerce o papel de via articuladora prevalecente, uma vez que as demais se classificam como arteriais de 2ª categoria, justificando sua importância para receber a passagem do BRT. Contudo, se não for instigado o maior uso do transporte público e conseqüentemente desse equipamento urbano aliado a mudanças que qualifiquem e convidem o usuário ao uso menos efêmero, principalmente os pedestres, será apenas mais componente da paisagem urbana cujos transtornos para instalação não valerão tamanho esforço.

ÁREA ENVOLTÓRIA AO BEM TOMBADO	ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO	AFASTAMENTO		
		FRONTAL	LATERAL	FUNDO
Praça Cívica	7,5 m	5 m	-	-
Coreto	7,5 m	5 m	-	-
Obeliscos	7,5 m	5 m	-	-
Monumento às Três Raças	7,5 m	5 m	-	-
Relógio da Avenida Goiás	7,5 m	5 m	-	-
Fontes Luminosas	7,5 m	5 m	-	-
Palácio do Governo	7,5 m	5 m	-	-
Secretaria Geral do Estado	7,5 m	5 m	-	-
Fórum e Tribunal de Justiça	7,5 m	5 m	-	-
Delegacia Fiscal	7,5 m	5 m	-	-
Tribunal Regional Eleitoral	7,5 m	5 m	-	-
Departamento Estadual de Informação	7,5 m	5 m	-	-
Chefatura de Polícia	7,5 m	5 m	-	-
Tribunal de Contas	7,5 m	5 m	-	-
Grande Hotel	11 m	0 m	-	-
Estação Ferroviária / Praça do Trabalhador	11 m	5 m	2 m	2 m
Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva	-	0 m	0 m	-

Tabela 2: Parâmetros urbanísticos da área de entorno do bem tombado.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do anexo XXII da Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022.

2.6 Propostas existentes

O Setor Central não é uma área carente de propostas de intervenção urbana, sendo o eixo da Avenida Goiás um dos grandes protagonistas dessas ideias. A seguir foram destacadas algumas dessas e analisadas quanto a sua aplicação.

O projeto “Goiânia 21: Operação Centro” foi uma iniciativa da prefeitura do município que, no ano de 1998, encomendou ao escritório do GRUPOQUATRO, soluções efetivas para a centralidade de Goiânia que pudessem reaver a memória da centralidade da capital e recuperar o apreço pela região. Esse projeto foi pensado para ser desenvolvido em duas etapas, sendo elas, respectivamente, “Projeto Goiânia 21, Operação Centro” e “Projeto Goiânia 21: Operação Centro - Etapa 2”. A primeira etapa foi realizada em 1997 e se deu de forma ampla, limitando-se a levantar as problemáticas da área e suas possíveis soluções. A posteriori, na segunda etapa, foi proposto o apontamento de soluções mais eficazes e tangíveis à realidade da atual cidade na época (SILVA, 2000, p.88) Para colocar as soluções almejadas em prática, o escritório estabeleceu vinte e um projetos estruturantes, dividindo o Centro em variadas porções. Dentre todos esses, apenas seis foram levados adiante e realizados, sendo que um desses envolve o trecho estudado no presente trabalho: Projeto Avenida Goiás. Esse trecho teve seu canteiro central revitalizado, seu passeio revestido, além de ganhar um novo paisagismo, uma nova iluminação, novos mobiliários urbanos e a reforma do Relógio e da Estátua do Bandeirante, se transformando em um espaço agradável. Embora o pouco que tenha sido realizado seja avaliado como positivo, a grande problemática observada nesse projeto se dá na fragmentação das propostas e em sua incompletude. Isso porque a região foi subdividida em áreas de análise, o que facilitou a compreensão das problemáticas e demandas de cada uma delas, mas uma vez que apenas parte das propostas foram colocadas em prática e não foram feitas as devidas manutenções, não foram capazes de sustentar a longo prazo e nem ter relação com outras centralidades do bairro, perdendo sua eficácia a longo prazo.

O “Vem pro Centro” é um documento que data do ano de 2018, elaborado a partir da iniciativa estadual da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) junto aos órgãos públicos e sociedade. Nele constam cinquenta e cinco propostas visando a revitalização do Setor Central em Goiânia a partir de iniciativas nos âmbitos econômico, institucional, de segurança pública, infraestrutura básica e valorização do patrimônio histórico através de medidas como extensão do horário de segurança pública, nivelamento das calçadas com piso adaptável ao pedestre, isenção de IPTU a imóveis de valor arquitetônico restaurados e eventos culturais, entre outros. Após a apresentação do documento para o então prefeito da época, faria parte da próxima etapa a discussão das ações necessárias para torná-lo factível. Sobre o eixo de estudo pouco se viu mudanças, sendo mais uma vez problemático na implantação.

O programa “ReViva Goiânia” também apresentado no ano de 2018, foi uma iniciativa da Prefeitura de Goiânia e dispõe de medidas para revitalização do Setor Campinas e Setor Central. É interessante salientar que esse programa incorpora algumas iniciativas dispostas no “Vem pro Centro”, sendo mais relevantes para contextualização deste trabalho destacar a redução de duas dessas problemáticas: os recursos publicitários

nas fachadas e a questão dos prédios abandonados ou subutilizados. A primeira problemática teve certo avanço desde então, enquanto a segunda não.

No ano de 2020 foi sancionada pelo prefeito Iris Rezende a Lei Complementar nº 326/2020, que dispõe sobre o Programa de Ordenação dos Engenheiros Publicitários nos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia e dá outras providências. (BRASIL, 2020) Com o objetivo de organizar e padronizar as placas e letreiros de propaganda ao longo do traçado histórico de Goiânia, foram estabelecidos parâmetros como proporção entre área do engenho e comprimento da testada do lote (0,15 m² para cada metro linear) e altura mínima de instalação (2,1 m, salvo algumas exceções). O prazo para adequação da lei seria de 12 meses e durante esse ano os proprietários que já tivessem suas fachadas adequadas teriam benefícios como a isenção do IPTU. Passado os 12 meses de limite de adequação, a lei passaria a ser obrigatória e os proprietários sujeitos a multas. Levando em consideração que a pandemia da COVID-19 foi declarada também no ano de 2020 e essa ocasionou a interrupção temporária do funcionamento do comércio e conseqüente queda no faturamento, foi solicitado pelos envolvidos a prorrogação da data limite para cumprimento da lei. A extensão até o vigésimo ano de 2023 foi concedida, no entanto o levantamento fotográfico da autora evidencia que medidas não foram tomadas, denunciando a falta de compromisso e também fiscalização.

Na espera da execução bem sucedida de algum projeto e de sua manutenção, o bairro estampa hoje aspectos negativos que o limita a usos pontuais, sem que a população desfrute da sua urbanidade de forma qualitativa.



Figura 35: fachada oculta por tapume em edifício subutilizado.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 36: edifício subutilizado.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 37: edifício art decó com fachada oculta por letreiro.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 39: edificação com fachada oculta por letreiro.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 41: edificação com fachada oculta por letreiros.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 38: edifício com fachada oculta por letreiro.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 40: prolongamento de marquises e letreiros.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 42: edificações com fachada oculta por letreiro.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

3

**as distâncias entre o patrimônio tombado
e as práticas sociais no Setor Central de
Goiânia**

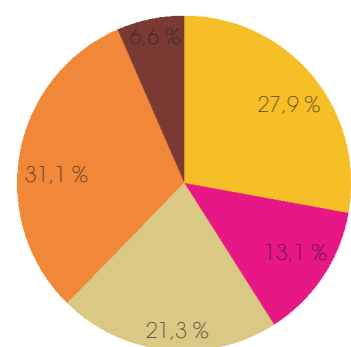
3.1 entendendo o usuário e sua relação
com os bens tombados

3.2 leitura de urbanidades

3.1 Entendendo o usuário e sua relação com os bens tombados

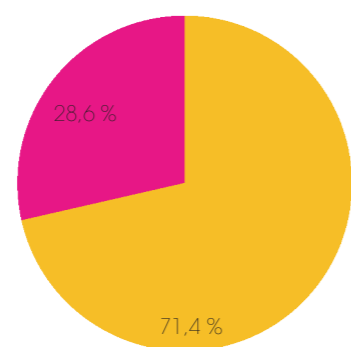
A compreensão do espaço é subjetiva, individual, ainda que não se faça isolada de outros agentes que intervêm no espaço. Fatores como gênero, idade, horário de uso, tempo de permanência, condições de mobilidade, objetivo do uso e grau de reconhecimento da área são alguns dos balizadores que dão contorno às sensações e percepções ao frequentar determinadas regiões. Após levantamento teórico e análise urbanística feita in loco, foi utilizado como ferramenta de contribuição para posteriores proposições a elaboração de um questionário. Aplicado na área de estudo e virtualmente, para uma amostra de 63 pessoas, esse foi estruturado em 3 etapas de perguntas objetivas e discursivas, além do apoio de recursos imagéticos. Buscou-se compreender melhor as considerações pessoais acerca dos bens patrimoniais institucionalizados e práticas socioespaciais ao longo da Avenida Goiás.

A primeira etapa consiste no entendimento básico do perfil dos usuários da área de estudo, através da coleta de idade, gênero, ocupação profissional e tempo em que residiam na capital. A partir das respostas coletadas, foram gerados os gráficos abaixo, nos quais é possível perceber que 45 (71,4%) dos questionados disseram se identificar com o gênero feminino e 18 (28,6%) com o gênero masculino. A faixa etária variou de 21 a 63 anos, sendo que desses apenas 4 (6,3%) moram na capital há menos de 20 anos. Com isso, pode-se afirmar que a grande maioria já era residente quando ocorreu o processo de tombamento dos bens dispostos sobre o recorte de estudo.



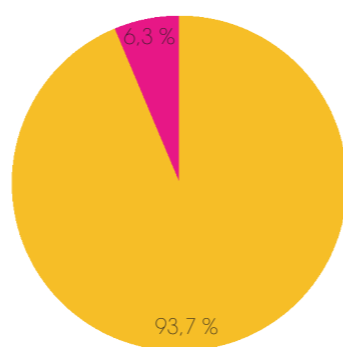
- entre 20 e 30 anos
- entre 30 e 40 anos
- entre 40 e 50 anos
- entre 50 e 60 anos
- acima de 60 anos

Gráfico 1: "Qual a sua idade?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.



- feminino
- masculino

Gráfico 2: "Com qual gênero se identifica?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.



- mais de 20 anos
- menos de 20 anos

Gráfico 3: "Mora em Goiânia há quanto tempo?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

A segunda etapa procurou entender como se dava o uso e quais eram as atividades executadas no Setor Central, mais especificamente ao longo da Avenida Goiás (desde a Praça Cívica até a antiga Estação Ferroviária). Os gráficos abaixo ilustram uma

sessão mais objetiva dessa etapa, sendo possível perceber a partir deles que dentre as atividades usuais, foram recorrentes os usos para fins comerciais, de serviços (bancários e médicos) e como rota de transitoriedade. Em menor frequência, mas ainda assim citados, foram os usos para fins de lazer e atividades culturais. Surpreende o número baixo de pessoas que utilizam a área com essa finalidade, considerando o número de edificações tombadas, o histórico da área e sua importância para a cidade como um todo. A área em questão é acessada majoritariamente com veículo próprio, seguido do transporte público. Os usuários em questão frequentam a área preferencialmente nos turnos da manhã e tarde, tendo apenas 5% das afirmativas de uso do espaço no período noturno. As evasões se dão no horário de pico, devido ao trânsito intenso, e no período da noite, devido a falta de atividades operantes, escassa circulação de pessoas e consequente insegurança e falta de policiamento.

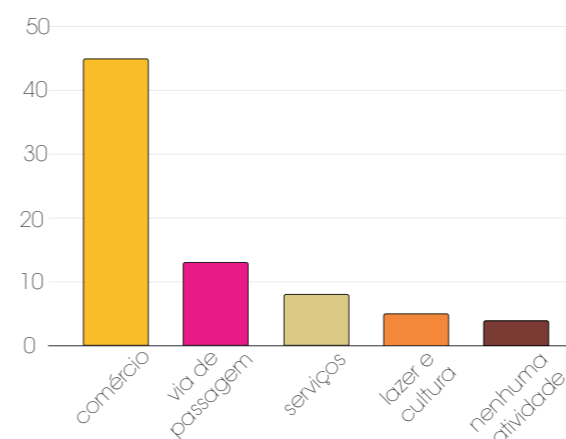


Gráfico 4: "Quais suas atividades usuais na Avenida Goiás?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

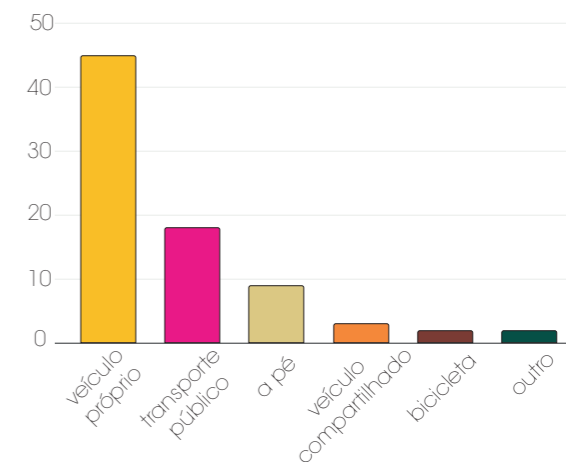


Gráfico 5: "Através de qual meio de transporte você acessa o Setor Central e a Avenida Goiás?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

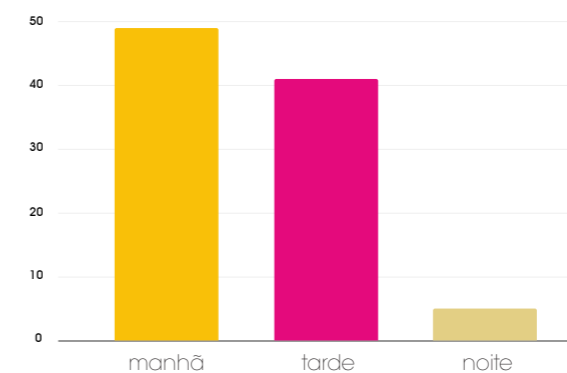


Gráfico 6: "Em qual turno você costuma frequentar a Avenida Goiás?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

Ainda na segunda etapa, as perguntas seguintes têm caráter mais subjetivo, uma vez que estão relacionadas à experiência individual. Quando questionados sobre a sensação que a avenida lhes causava, foram relatadas sensações negativas como abandono, aflição, ansiedade, antiguidade, atraso, calor, caos, decepção, descaso, estresse, insegurança e medo, além de sensações positivas como diversidade, relevância, liberdade, nostalgia, oportunidade, referência, saudosismo e tranquilidade. A partir das respostas, foram classificadas em 37 (58,7%) positivas e 26 (41,3%) negativas no gráfico a seguir. Em relação aos atrativos da Avenida Goiás, os entrevistados citam o

acervo arquitetônico, a amplitude da via, o fato de ser um ambiente de socialização, a presença de um canteiro central, ser uma centralidade com fluxo constante de pessoas e alta variedade comercial. Por fim, as sugestões de melhorias para o local estão relacionadas a cuidados e obras de infraestrutura, como a necessidade de manutenção e criação de canteiros e paisagismo, revitalização de fachadas, finalização das obras do BRT, melhorias na mobilidade relacionadas ao trânsito e a estacionamentos, maior segurança e incentivo de usos no período noturno.

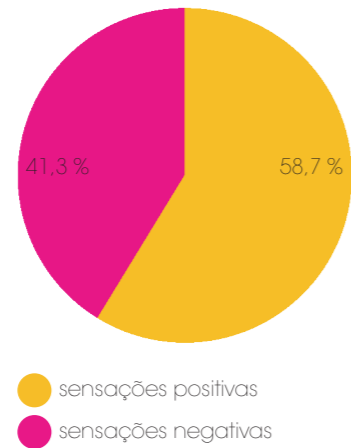


Gráfico 7: "Quais sensações a Avenida Goiás lhe passa?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

A terceira etapa adentrou na questão patrimonial, tentando capturar o grau de reconhecimento e pertencimento por parte dos usuários em relação aos patrimônios preservados e tombados ao longo do recorte investigado. O primeiro gráfico dessa parte ilustra a importância da Avenida Goiás pela perspectiva dos usuários, resultando na escolha de práticas e locais de maior relevância que a envolvem: bancas de revistas, bancos, churrasco, lanchonetes, patrimônio art déco, livrarias e sebos. Já ao fazer referência direta aos bens institucionalizados, em um primeiro momento, cerca de 50% responderam não ter conhecimento sobre quais edifícios e monumentos são protegidos como patrimônio cultural.

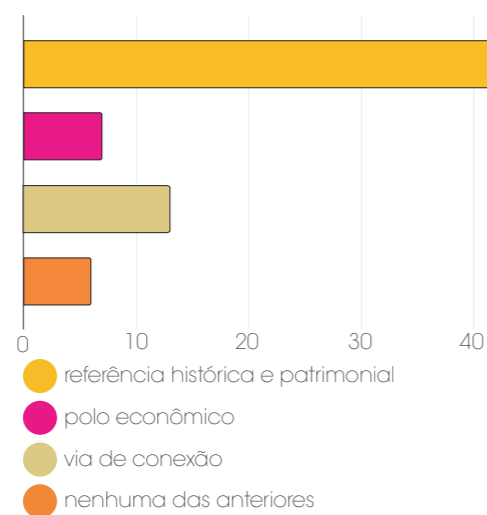


Gráfico 8: "Qual a importância da Avenida Goiás para você?"
Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.

Em um segundo momento foi utilizado como recurso o uso de fotografias dos elementos associadas aos seus nomes originais e pedido que selecionassem os bens reconhecidos por ambos. De forma unânime, a única selecionada foi a Praça Cívica enquanto conjunto, dado que após separar todos os bens alocados sobre ela os números diminuem, e os únicos bens reconhecidos por menos da metade dos usuários foram o Departamento Estadual de Informação e o Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia. Esses números mostram que embora a maioria afirme ter conhecimento sobre quais bens estão catalogados, não os reconhecem em sua totalidade.

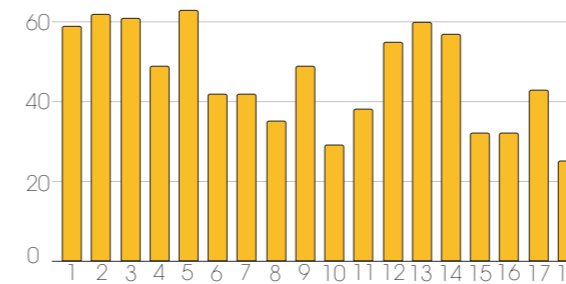


Gráfico 9: "Selecione os bens que você reconhece pelo nome e pela imagem, considerando: 1. Palácio do Governo, 2. Estação Ferroviária, 3. Coreto, 4. Grande Hotel, 5. Praça Cívica, 6. Secretaria Geral, 7. Fórum/Secretaria do Estado do Trabalho, 8. Delegacia Fiscal, 9. Tribunal Regional Eleitoral, 10. Departamento Estadual de Informação, 11. Obeliscos com Luminárias, 12. Torre do Relógio, 13. Monumento às Três Raças, 14. Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, 15. Tribunal de Contas, 16. Chefatura da Polícia, 17. Fontes Luminosas e 18. Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia." Fonte: elaborado a partir do questionário feito pela autora.



Figura 43: imagem feita por drone da praça cívica e seu conjunto arquitetônico.
Fonte: Michel de Medeiros, 2021.



Figura 44: Departamento Estadual de Informação (atual Museu Zoroastro Artiaga).
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Dentro da amostra de 63 usuários, apenas 9 (15%) dizem não conhecer ou ter frequentado os bens apresentados, e atribuem isso ao fato de terem ido enquanto esses estavam fechados ou interditados, por falta de divulgação com apelo turístico, pela sujeira dos edifícios e até mesmo por falta de interesse em conhecer. Com o objetivo de tornar os espaços históricos mais atrativos, as sugestões elencadas pelos usuários compreendem atividades culturais e de lazer instaladas nas partes internas e externas das edificações, como museus, exposições, shows e feiras, além de projetos de cunho social, uso educacional e turístico e, ainda, maior instalação de restaurantes e bares.

Urbanidade 1

O primeiro trecho é caracterizado por concentrar a maioria dos prédios institucionais que foram projetados durante a construção da capital e mais tarde tombados como bens patrimoniais. O conjunto de edificações que compõem a histórica Praça Cívica (atual Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira), hoje abrigam outros usos. Nesse recorte estão treze dos bens elencados como de maior relevância a esse estudo. Ao relacionar essa leitura com os resultados do questionário, todos os usuários reconhecem a Praça como local sobre o qual estão grande parte dos bens, mas não os reconhecem isoladamente quando associados com seus nomes originais e imagens. Além disso, os que não demonstraram interesse em conhecer apontam dentre outros fatores a sujeira dos edifícios que apresentam pichações e patologias, além da falta de divulgação do funcionamento das atividades que ocorrem na área, ainda que essa tenha grande potencial para receber atividades culturais e de lazer que conectem o exterior com o interior dessas edificações.

Tomando a Rua 82 como ponto de partida e avançando rumo a Rua 3, foi possível relatar um movimento moderado de pedestres nas calçadas, tendo em vista que os serviços dispostos nas quadras acontecem da porta para dentro. Em contrapartida, o movimento intenso de veículos chamou atenção. São predominantes os usos institucionais/públicos, de serviços e estacionamentos. Nesse recorte os gabaritos apresentam heterogeneidade.



Figura 48: vista Praça Cívica para Coreto na Rua 82 (vista 1).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 47: vista anel interno Praça Cívica (vista 2).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



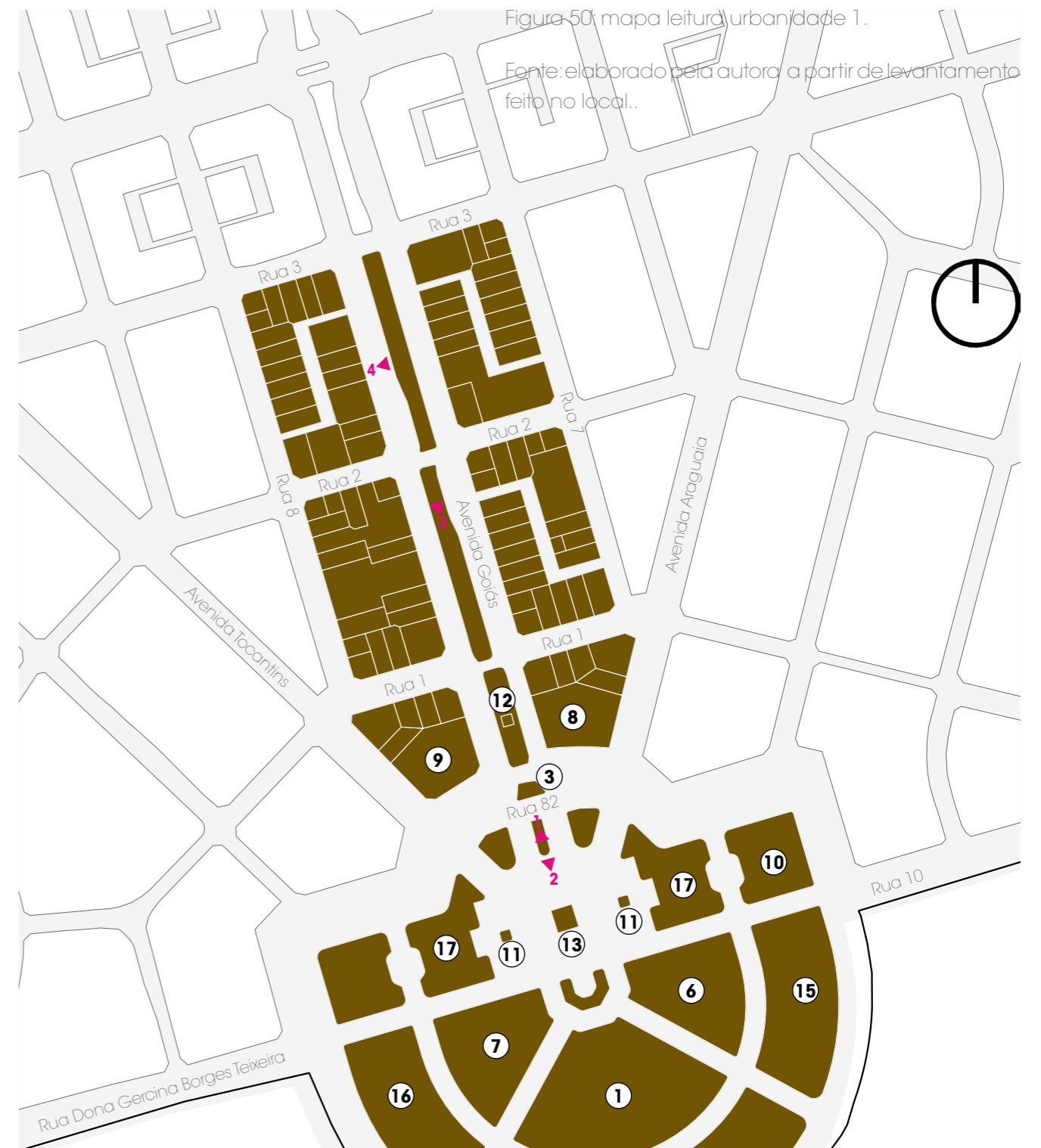
Figura 48: vista Rua 2 para Avenida Goiás (vista 3).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 49: vista Avenida Goiás para fachada Art Decó (vista 4).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



Esc. 1:4000

- Setor Central
- Quadras
- ▲ Vista Registros
- ① Palácio do Governo
- ③ Coreto
- ⑥ Secretaria Geral
- ⑦ Fórum e Tribunal de Justiça
- ⑧ Delegacia Fiscal
- ⑨ Tribunal Regional Eleitoral
- ⑩ Departamento Estadual de Informação
- ⑪ Obeliscos com Luminárias
- ⑫ Torre do Relógio
- ⑬ Monumento às Três Raças
- ⑮ Tribunal de Contas
- ⑯ Chefatura de Polícia
- ⑰ Fontes Luminosas

Urbanidade 2

O segundo trecho é caracterizado por concentrar um comércio mais pujante. Nesse recorte estão dois dos bens elencados como de maior relevância a esse estudo, sendo eles o Grande Hotel e a Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, além de conter em um dos seus cruzamentos a Avenida Anhanguera, importante via arterial ao longo da qual existe um corredor exclusivo de ônibus e se desenvolve um forte comércio. Tomando a Rua 3 como ponto de partida e avançando rumo a Avenida Paranaíba, foi possível relatar um movimento intenso de pedestres e veículos, as calçadas com passagens reduzidas devido à presença de quiosques, uso para o comércio informal e também disposição dos produtos das lojas em sua extensão. A intensidade advinda da coexistência dessas atividades somado ao movimento de veículos se destacam e confirma o uso principal atribuído pelos usuários às suas idas ao Setor. São predominantes os usos de serviço, comércio e misto (residencial + comercial). Nesse recorte os gabaritos apresentam maior heterogeneidade se comparado aos demais. É importante destacar também o Mercado Aberto alocado em duas ilhas na Avenida Paranaíba. Essa foi uma iniciativa da prefeitura de Goiânia, cujo objetivo era retirar vendedores irregulares das calçadas da Avenida Goiás e concentrá-los em outro espaço. Foi inaugurado no ano de 2003 e segue ativo até os dias atuais, ainda que não cumpra suficientemente sua intenção primária.



Figura 51: fachadas obstruídas por letreiros (vista 1).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



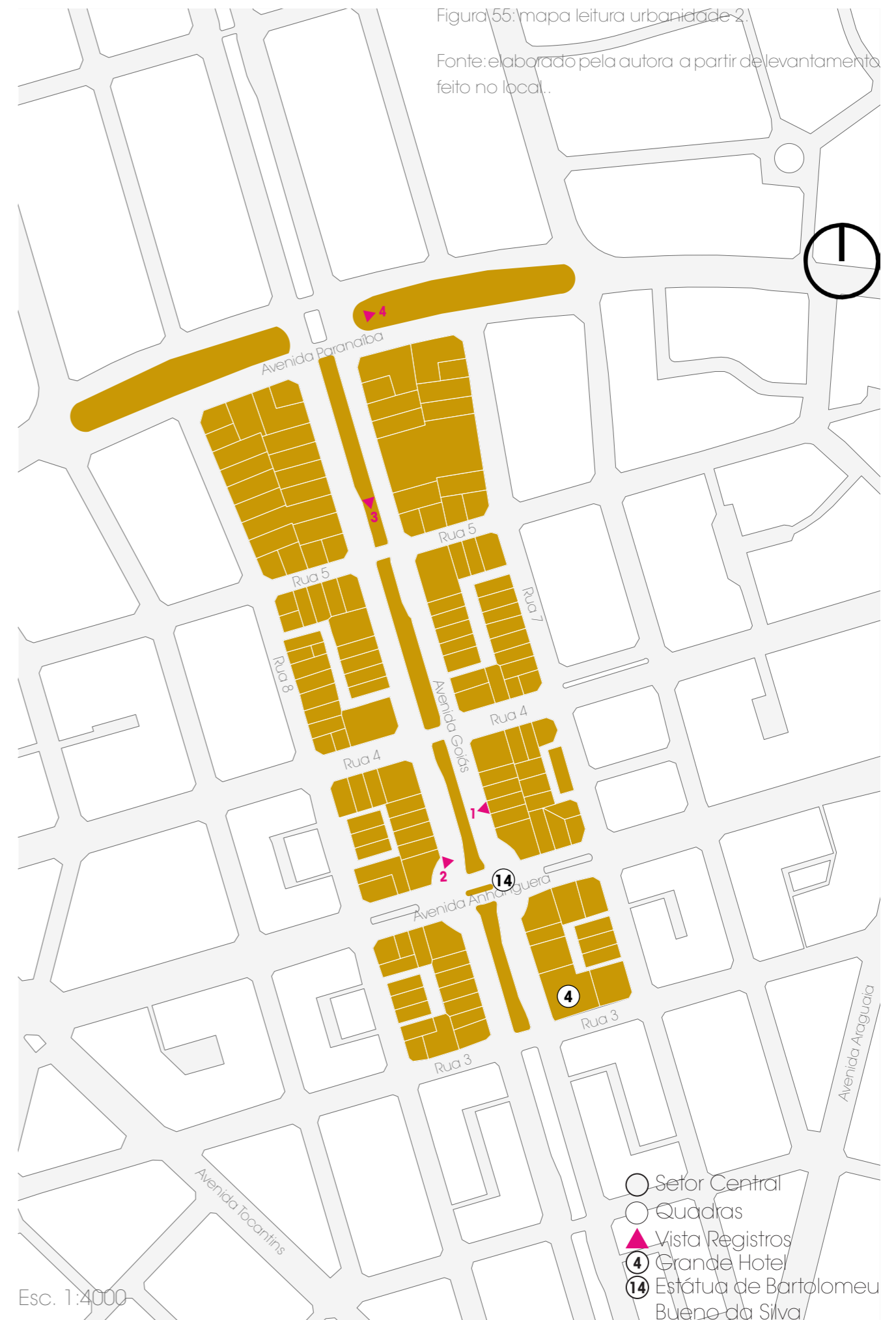
Figura 52: comércio informal na calçada (vista 2).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 53: canteiro central Av. Goiás (vista 3).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 54: disposição interna Mercado Aberto (vista 4).
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Urbanidade 3

O terceiro trecho é caracterizado por sua movimentação mais amena. Nesse recorte está um dos bens elencados como de maior relevância a esse estudo, sendo ele a Estação Ferroviária. Tomando a Avenida Paranaíba como ponto de partida e avançando rumo a Avenida Independência, foi possível relatar um movimento de pedestres mais contido nas calçadas, maior presença de usuários no canteiro central, um comércio que ocorre mais no interior do estabelecimento e um tráfego de veículos mais atenuado. São predominantes os usos comercial, residencial e para estacionamentos. Nesse recorte os gabaritos voltam a ser mais homogêneos, de menor porte, porém com algumas poucas edificações mais altas. É importante destacar também a presença de uma das unidades do Restaurante do Bem nessa área, promovido pela entidade de fins não econômicos OVG, que atende prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social (ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS, 2022).



Figura 56: estacionamento improvisado Rua 61 (vista 1).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 57: Restaurante do Bem (vista 2).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



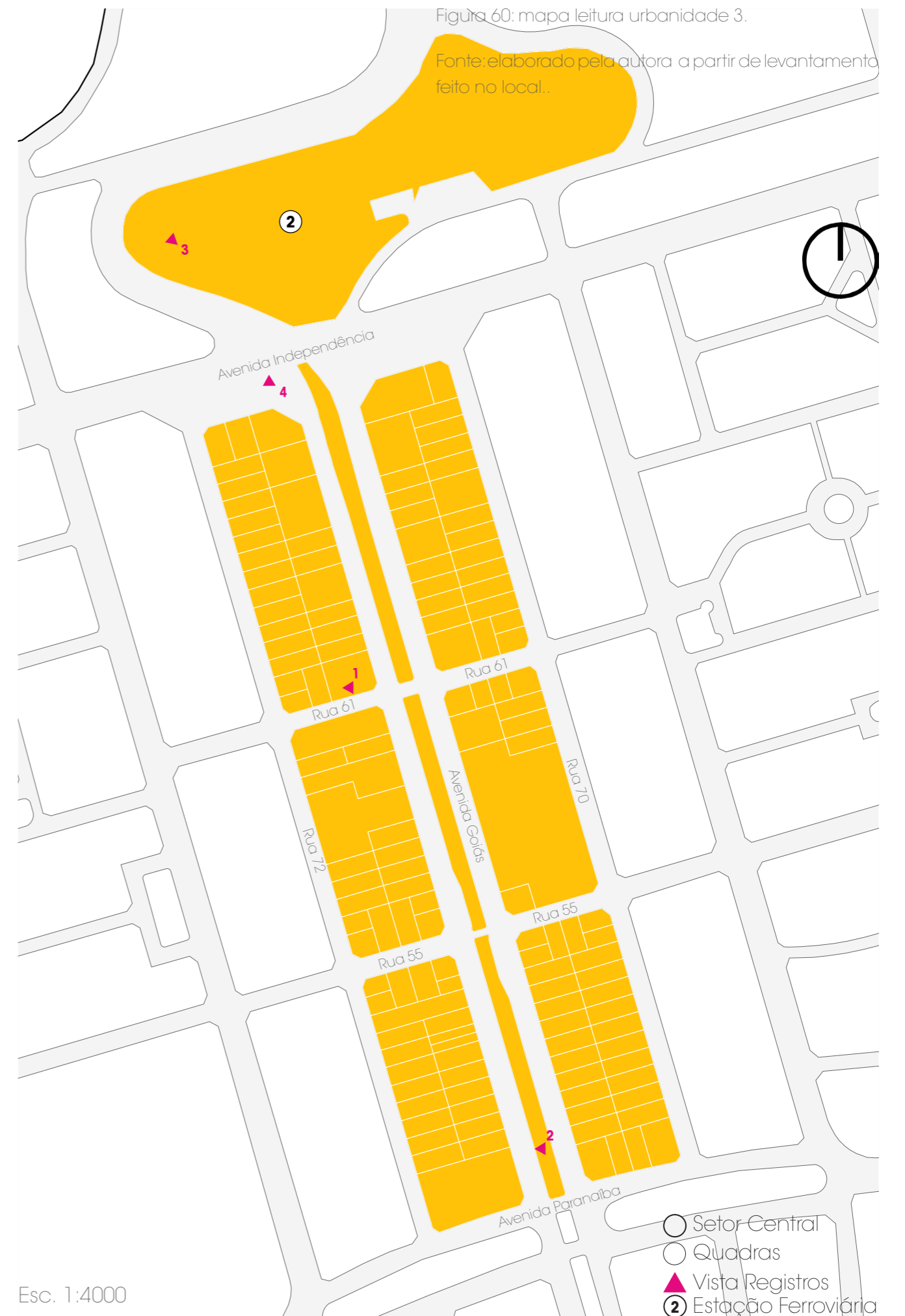
Figura 58: antiga Estação Ferroviária e sua praça (vista 3).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 59: canteiro central Avenida Goiás visto pela Avenida Independência (vista 4).

Fonte: acervo pessoal, 2022.



4

proposições de aproximação entre usuários e patrimônio tombado

4.1 diretrizes e ações

4.1.1 proposta cicloviária

4.1.2 proposta de fortalecimento entre os pontos de interesse

4.1.3 proposta padronização letreiros

4.1.4 proposta urbanidades

4.2 sugestão de mobiliário e equipamento urbano

4.1 Diretrizes e ações

O Setor Central é um perímetro que há anos é servido de propostas e projetos. Com enfoque no eixo da Avenida Goiás e suas adjacências imediatas, seja pela não execução total das propostas, pela falta de emparelhamento com as demandas contemporâneas do usuário ou pela falta de empenho político para fazer acontecer, a área de estudo segue sendo caracterizada, como visto no questionário, como majoritariamente abandonado, deteriorado, desatualizado e não atrativo para usos outros que não os de comércio e serviços durante o período diurno.

A necessidade de preservação do patrimônio já preservado e tombado se viabiliza perante a lei, mas a forma como estampa a cidade hoje remonta sua não consolidação no imaginário popular. Sua desfiguração e perda de valor para a população que nem

sempre o identifica e não o considera como algo relevante. se não houver essa relação entre seu significado, funcionalidade, vitalidade dentro do espaço e proximidade com um ambiente urbano de qualidade.

Através do estudo investigativo da área, de levantamentos feitos através de fotografias, da confecção de cartografias, aliado às informações coletadas por meio de uma amostra de usuários, propõe-se a seguir algumas diretrizes com abrangência primeiramente no Setor Central e outras que se estendam pelo eixo da Avenida Goiás. Essas, têm a intenção de somar esforços às propostas antecedentes e aproximar o sujeito e suas práticas sociais do bem tombado, qualificando o espaço público e o conectando com sua arquitetura.

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Setor Central	Gestão e Governança	Promoção da participação popular na elaboração e tomadas de decisões.	Propõe-se um diálogo menos restrito aos técnicos e estudiosos do planejamento urbano e dos patrimônios, ampliando a troca de conhecimento entre todos com maior horizontalidade e diversificação de opiniões. Tais discussões podem alcançar a população que maior será impactada pela viabilização das decisões e serem mais compatíveis com seus anseios e necessidades. Além disso, essas trocas permitem que a população em geral esteja apta a discutir, propor e discordar tendo em vista o lado técnico que tanto explora a importância de determinadas decisões, como por exemplo a escolha dos bens que serão preservados.	O Plano Diretor de Goiânia prevê a participação popular nas decisões que elaboram sobre a cidade. Maior divulgação de reuniões, maior articulação da Associação de Moradores do Setor Central para com outras associações, promoção de diálogos frequentes com mediação de profissionais de diversas áreas como por exemplo arquitetura e urbanismo, direito e geografia. Algumas estratégias de educação patrimonial também pode ser desenvolvidas nessa relação, lembrando que a manutenção desse vínculo deve partir tanto da esfera política quanto da sociedade civil.	Curto
Setor Central	Gestão e Governança	Ampliação da rede de acolhimento às pessoas em situação de rua.	O Setor Central concentra em seu espaço público uma grande quantidade de moradores em situação de rua, denunciando a insuficiência da oferta dos programas assistenciais existentes. Compreendendo que as nuances que compõem o espaço são múltiplas e vão além da relação com o patrimônio nessa área, propõe-se uma qualificação mais abrangente aos que por ali circulam diariamente.	Ampliação da rede física de assistência oferecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS), aumentando as unidades da Casa da Acolhida Cidadã e do Restaurante do Bem dentro do bairro. Além disso, a disponibilização de maior recurso econômico repassado à iniciativas como essas, poderiam viabilizar a extensão por mais de 30 dias da assistência à moradia e alimentação oferecida hoje, além de subsidiar a devida manutenção das atividades de capacitação oferecida pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Dentre os programas de capacitação e reinserção social no mercado de trabalho, podem ser adicionadas atividades preparatórias para mão de obra especializada em atividades que envolvam restauração ou manutenção dos patrimônios locais, acionando a colaboração de empresas do ramo de construção civil e técnicos do IPHAN.	Médio

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Setor Central	Gestão e Governança	Fortalecimento da relação entre os pontos de interesse econômico, cultural e espaços públicos.	Utilização do potencial do bairro de concentrar serviços institucionais, comerciais, culturais e de lazer, fortalecendo a interseção dos eixos de interesse e direcionando a melhoria de sua infraestrutura (mobiliário urbano, padrão das vias, manutenção adequada), além da oferta de atividades que incentivem esses trajetos e usos das edificações e do espaço público, fomentando uma fruição com maior unidade dentro do bairro.	O levantamento prévio desses pontos foi realizado pela autora com base nas atividades mais populares, podendo com a participação popular somar novos pontos de interesse. Esse trabalho pode ser desenvolvido com participação popular, comerciantes locais, Secretaria Municipal de Cultura e Agência Municipal de Turismo, Eventos e Lazer. Em conjunto, esses agentes podem planejar e executar as intervenções cabíveis na promoção de um espaço mais eficiente e acolhedor para todas as idades e usos, indo ao encontro das práticas sociais da população. Além disso, a medida pode potencializar os usos dos patrimônios institucionalmente reconhecidos, uma vez que fazem parte do espaço.	Médio
Setor Central	Sistemas e Equipamentos Urbanos	Ampliação da malha cicloviária.	Propõe-se novos trajetos pelo bairro, buscando conexão com a ciclovia já existente, a fim de incentivar o transporte não motorizado e o uso da área tanto para melhorar a mobilidade, quanto para a fruição e lazer	A revisão das rotas propostas deverá passar por aprovação de profissionais da Secretaria Municipal de Mobilidade de Goiânia, assim como a responsabilidade de seguir ampliando essas linhas e assegurando a infraestrutura que seu uso demanda.	Médio
Setor Central	Sistemas e Equipamentos Urbanos	Melhoria na estrutura do mercado aberto da Avenida Paranaíba.	Apesar de cumprir bem sua função inicial de alojar a maioria dos comerciantes informais que ficavam na Avenida Goiás, sua estrutura é precária diante da proporção de uso. A intervenção de melhoria pode trazer melhor diálogo com o entorno, além de maior conforto para uso das pessoas.	Viabilizado a partir da promoção de concurso público de projetos aberto a profissionais da área da arquitetura e urbanismo. Como responsáveis pela escolha do melhor projeto e acompanhamento do processo de execução das novas instalações, seriam designadas a Associação dos Feirantes do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba (AMA), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia (Sedetec).	Longo
Setor Central	Conservação do Patrimônio e Memória Urbana	Recuperação das fachadas que compõem o conjunto arquitetônico da Avenida Goiás.	Propõe-se padronizar os letreiros que recobrem as linguagens arquitetônicas das fachadas das edificações, bem como tratá-las para que não percam sua caracterização.	Parceria entre governo municipal, IPHAN e construtoras que realizam restauro patrimonial a fim de catalogar e direcionar tecnicamente essas intervenções de tratamento das fachadas. Quanto aos letreiros, seus critérios deverão basear-se no que está proposto pela Lei Complementar nº 326/2020, sujeito a aplicação de suspensão temporária do alvará de funcionamento após não cumprimento dentro do prazo limite. O governo municipal pode incentivar a aceleração das mudanças beneficiando com isenção temporária do IPTU aquele estabelecimento que cumprir antes do prazo as alterações.	Longo

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Setor Central	Conservação do Patrimônio e Memória Urbana	Promoção de políticas educacionais patrimoniais.	A educação é o pontapé inicial para ampliar a discussão do tema estudado, permitindo maior autonomia nos debates. A intenção ao promover políticas educacionais é fazer com que os habitantes se sintam mais pertencentes e reconheçam a relevância do patrimônio para a construção da história da cidade onde vivem, ampliando o imaginário goianiense por meio de símbolos culturais para o público em geral, não apenas para aqueles que pesquisam e atuam especificamente nessa área.	Parceria entre profissionais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO), do IPHAN e de pesquisadores acadêmicos dialogando com a comunidade de diversas faixas etárias. Pode ser utilizado como suporte as cartilhas didáticas elaboradas pelo IPHAN, disponíveis gratuitamente, além da promoção de eventos como palestras e rodas de conversa que ampliem a noção das dimensões abarcadas pelo patrimônio, salientando também os patrimônios não reconhecidos institucionalmente, mas que fazem sentido para a identidade da população local.	Curto
Setor Central	Conservação do Patrimônio e Memória Urbana	Valorização do Art Decó.	O tombamento do patrimônio art decó na capital goiana não é reconhecido pela maioria pela sua linguagem arquitetônica, demonstrando certo desconhecimento acerca da relevância do acervo protegido institucionalmente.	Aliar aos programas de políticas educacionais acerca do patrimônio goianiense a relevância dessa linguagem arquitetônica escolhida para a construção da capital, a partir do fortalecimento de programas culturais que incentivem o estudo sobre o assunto e que promovam roteiros públicos de valorização do art decó no conjunto urbano de Goiânia.	Curto

Tabela 3: Diretrizes e ações para o Setor Central.

Fonte: elaborado pela autora.

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Avenida Goiás	Gestão e Governança	Promoção mais frequente de eventos culturais públicos e particulares.	Os eventos culturais que já acontecem com financiamento da prefeitura, como o Chorinho, poderão a partir da qualificação da infraestrutura proposta pelas demais diretrizes da região ter uma maior atratividade. Os eventos culturais particulares, como o Bananada e Grito do Rock, poderiam deslocar para o centro algum dia da sua realização, expandindo os encontros culturais para uma região que já concentra a usos de lazer cultural. Os edifícios patrimoniais podem fazer parte desse circuito, abrindo suas portas e aproximando as práticas sociais exteriores às atividades interiores.	Criar parcerias entre Secretaria de Cultura e Lazer e organizadores de grandes eventos, a fim de ampliar a variedade de eventos que acontecem no local. Esses organizadores podem criar um fundo de investimento conjunto, com apoio de patrocinadores. Os eventos particulares podem fazer um dos dias aberto ao público ou com entrada de valor simbólico.	Médio
Avenida Goiás	Planejamento e Política de Uso do Solo	Incentivo à ocupação noturna para atividades como bares, restaurantes e programações culturais.	Ampliação do tradicional horário de uso da região, buscando ativá-la no turno noturno, visto que atualmente esse período é marcado pelo esvaziamento de pessoas que relatam sensações como falta de segurança e falta de oferta de atividades. A partir desse incentivo, os usos poderão se diversificar e o espaço se tornar convidativo para novas dinâmicas, com a ativação das fachadas e a disposição das atividades sobre as calçadas.	Criação de incentivos para ampliação do horário de funcionamento do comércio já operante, bem como a instalação de outros novos negócios feito a partir de isenção tributária para os estabelecimentos que funcionarem nesse turno.	Curto

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Avenida Goiás	Planejamento e Política de Uso do Solo	Incentivo à empreendimentos habitacionais destinados ao uso residencial transitório.	Se tratando de um bairro com usos diversificados já consolidados e levando em conta a intenção de torná-lo ativo no período noturno e aos fins de semana, o funcionamento desse tipo de empreendimentos como hotéis e pousadas, direciona o turista para essa parte da cidade, o inserindo na área de estudo e fomentando outro uso diferente dos que hoje são preponderantes.	Promoção de incentivos fiscais e construtivos pela Prefeitura de Goiânia.	Médio
Avenida Goiás	Planejamento e Política de Uso do Solo	Promoção de habitação de interesse social de uso misto.	Propõe-se a utilização dos imóveis subutilizados para inserção de uso misto para habitação de interesse social e terreno comercial com funcionamento nos três turnos do dia. Essa seria uma maneira de enfrentar tanto o esvaziamento do eixo de estudo fora do horário comercial quanto auxiliar no enfrentamento da questão de moradia em uma área com preços elevados e certa evasão de moradores.	O Estatuto da Cidade dispõe de três instrumentos legais para assegurar a utilização da terra de forma apropriada, sendo aplicados sucessivamente. São eles o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), o IPTU Progressivo no Tempo e a Desapropriação com pagamento em títulos. O não cumprimento do determinado pela legislação vigente, seguido do não cumprimento das taxas de IPTU deixam sujeito à desapropriação do imóvel pelo poder público municipal.	Médio
Avenida Goiás	Planejamento e Política de Uso do Solo	Realocação dos estacionamentos.	O novo perfil proposto para a Avenida Goiás (figura 63) a torna uma via sem faixa de estacionamento em toda sua extensão, permitindo maior visibilidade das edificações, sobretudo dos patrimônios edificados, por quem transita pela área. Compreendendo que o acesso se dá majoritariamente através do transporte particular e que são necessárias áreas para estacionar esses veículos, propõe-se sua realocação e alteração do caráter dos lotes utilizados somente para esse fim.	Dada a grande quantidade de lotes utilizados como estacionamento e que após seu fechamento em horário comercial perde o valor social dentro desse recorte urbano, a proposta de realocação desses estacionamentos propõe que a Prefeitura de Goiânia incentive a substituição do uso dos lotes que hoje cumprem apenas a função de estacionamentos, para que deem espaço a edificações de uso misto residencial e comercial ou residencial e de serviços com estacionamento rotativo, diversificando e otimizando sua utilização, contemplando uma maior fruição dos usuários sem negligenciar a necessidade de espaço também para os veículos particulares.	Longo
Avenida Goiás	Sistemas e Equipamentos Urbanos	Indicação da nova disposição das estações de BRT (figuras 73, 77 e 80) e sugestão de novo projeto (figura 88).	A proposta de projeto da autora busca integrar sob uma mesma cobertura os fluxos de pedestres e ciclistas, dispor de sanitários para uso de todos os usuários, além dos acessos ao transporte público coletivo. Visando uma maior integração da estrutura com o canteiro central e seu entorno, a junção dessas atividades permite que seu uso se dê em todos os períodos do dia, promovendo maior sensação de segurança e servindo como apoio para as atividades que acontecem no dia a dia.	Estudo de viabilização e aprovação do novo projeto pela Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), órgão municipal responsável pelo planejamento, gerenciamento e controle dos serviços de transporte público coletivo, e execução pelas empresas de construção que compõem o Consórcio BRT Goiânia.	Médio

ABRANGÊNCIA	EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO
Avenida Goiás	Sistemas e Equipamentos Urbanos	Substituição do atual mobiliário urbano e inserção de novos (ver em capítulo 4), levando em consideração as futuras demandas do BRT.	A proposta deste trabalho parte da atualização e unificação da linguagem dos mobiliários dispostos ao longo da Avenida Goiás a fim de torná-los mais convidativos e eficazes enquanto suporte para o uso do espaço não só de passagem, mas garantindo espaços de permanência	Elaboração de cartilha, com participação de profissionais qualificados para tal, contendo instruções sobre os novos modelos, materialidades, dimensões, disposições e justificativas. Dessa forma a prefeitura poderia usá-la como guia para adequação da linguagem de seus mobiliários urbanos.	Médio
Avenida Goiás	Sistemas e Equipamentos Urbanos	Substituição do cabeamento aéreo para cabeamento subterrâneo das fiações elétricas de telefonia, lógica e iluminação.	Desobstrução das vistas da Avenida Goiás e de suas edificações, fazendo a transição da infraestrutura atual para uma nova.	A mudança na infraestrutura poderá ser feita a partir de uma parceria público privada. O financiamento da nova instalação poderá ser estudado e executado pela Equatorial Energia, responsável pela atuação na geração e distribuição de eletricidade para o município, financiado pela iniciativa privada e mantido pela prefeitura.	Longo
Avenida Goiás	Conservação do Patrimônio e Memória Urbana	Conservação do patrimônio edificado.	O levantamento fotográfico atual realizado dentro do eixo de estudo mostra a má conservação de grande parte dos patrimônios edificados que pela legislação aplicada a cada um, deveria estar sendo protegido e cuidado pelos seus responsáveis. Apesar da conservação ser uma tarefa conjunta que envolve também a comunidade, o aspecto descuidado, com pichações e patologias presente em grande parte do acervo é em parte o que afasta os usuários de uma maior interação. A conservação do patrimônio edificado aliado às melhorias propostas em seu entorno busca reativar sua valorização, despertar maior interesse local e cumprir os deveres impostos pela legislação.	Reiteração do cumprimento das políticas de preservação cultural existentes, além do diálogo e cooperação entre município, estado e união federativa, uma vez que todos esses estão envolvidos na preservação do acervo mencionado no capítulo 2 desse trabalho. Para proprietários privados pode ocorrer apoio técnico, incentivos fiscais e ferramentas urbanísticas como a transferência do direito de construir. Para as edificações públicas de usos institucionais, a promoção de programas de financiamento próprio aliado a diretriz de valorização do art déco.	Longo

Tabela 4: Diretrizes e ações para a Avenida Goiás.

Fonte: elaborado pela autora.

4.1.1 Proposta cicloviária

Como já exposto na análise do mapa de corredores viários (figura 12), o percurso cicloviário existente no Setor Central é descontínuo e pouco aproveita o potencial da região. As ciclovias bidirecionais estão alocadas no canteiro central das ruas 10 e Dona Gercina Borges Teixeira. Tendo em vista a intenção de uma aproximação entre usuário, bens tombados e seu entorno de forma qualitativa e ampliando possibilidades de acessos, foram elaborados no mapa a seguir uma proposta de trajetos mais coesos e que permeiam as vias de grande relevância, sobretudo comercial e cultural.

A Avenida Goiás, eixo estruturante do trabalho, receberá em seu canteiro central uma ciclovia bidirecional que conectará desde a Rua 82 até a Avenida Independência. Dada a existência da outra ciclovia citada anteriormente, a Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira atua como espaço ciclável e de uso para pedestres, uma vez que não é permitida a circulação de automóveis dentro dessa, além de conectar esses dois eixos. Nas avenidas Araguaia, Paranaíba e Tocantins são propostas ciclofaixas unidirecionais com zona de amortecimento e nas ruas 3 e 4 ciclorrotas unidirecionais, respeitando o sentido da circulação dos automóveis. Dentro desse perímetro será oferecida infraestrutura para viabilizar e incentivar esse uso, tais como bicicletários, sinalizações adequadas e iluminação de qualidade.

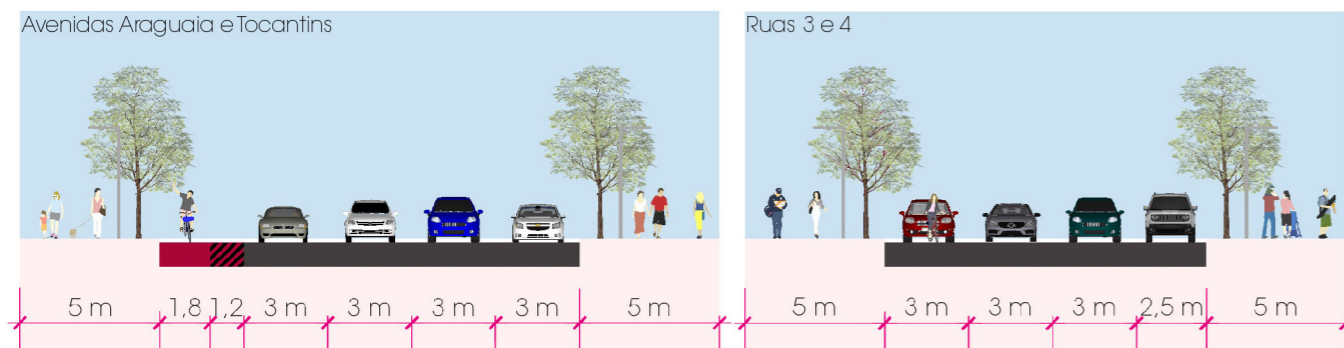


Figura 61: seção da via com proposta de ciclofaixa com faixa de amortecimento.

Fonte: elaborado pela autora com base no levantamento feito no local.

Figura 62: seção da via com proposta de ciclorrota.

Fonte: elaborado pela autora com base no levantamento feito no local.

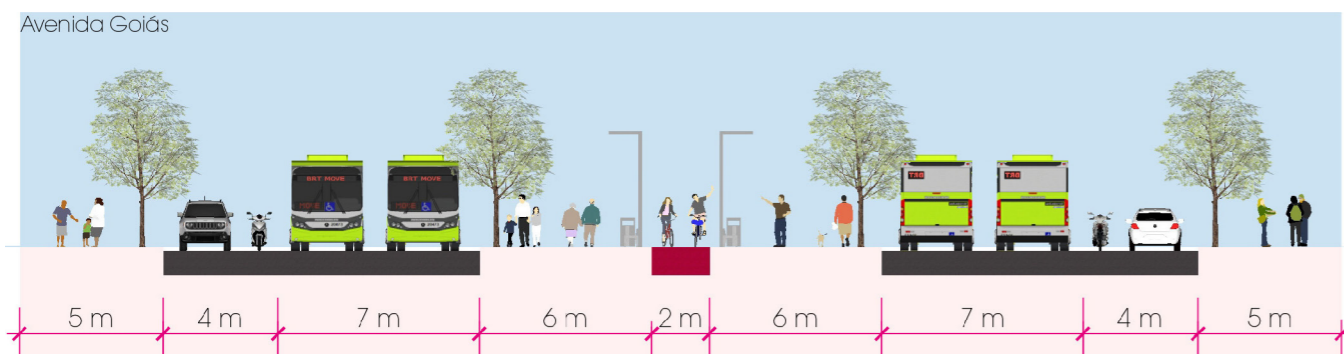
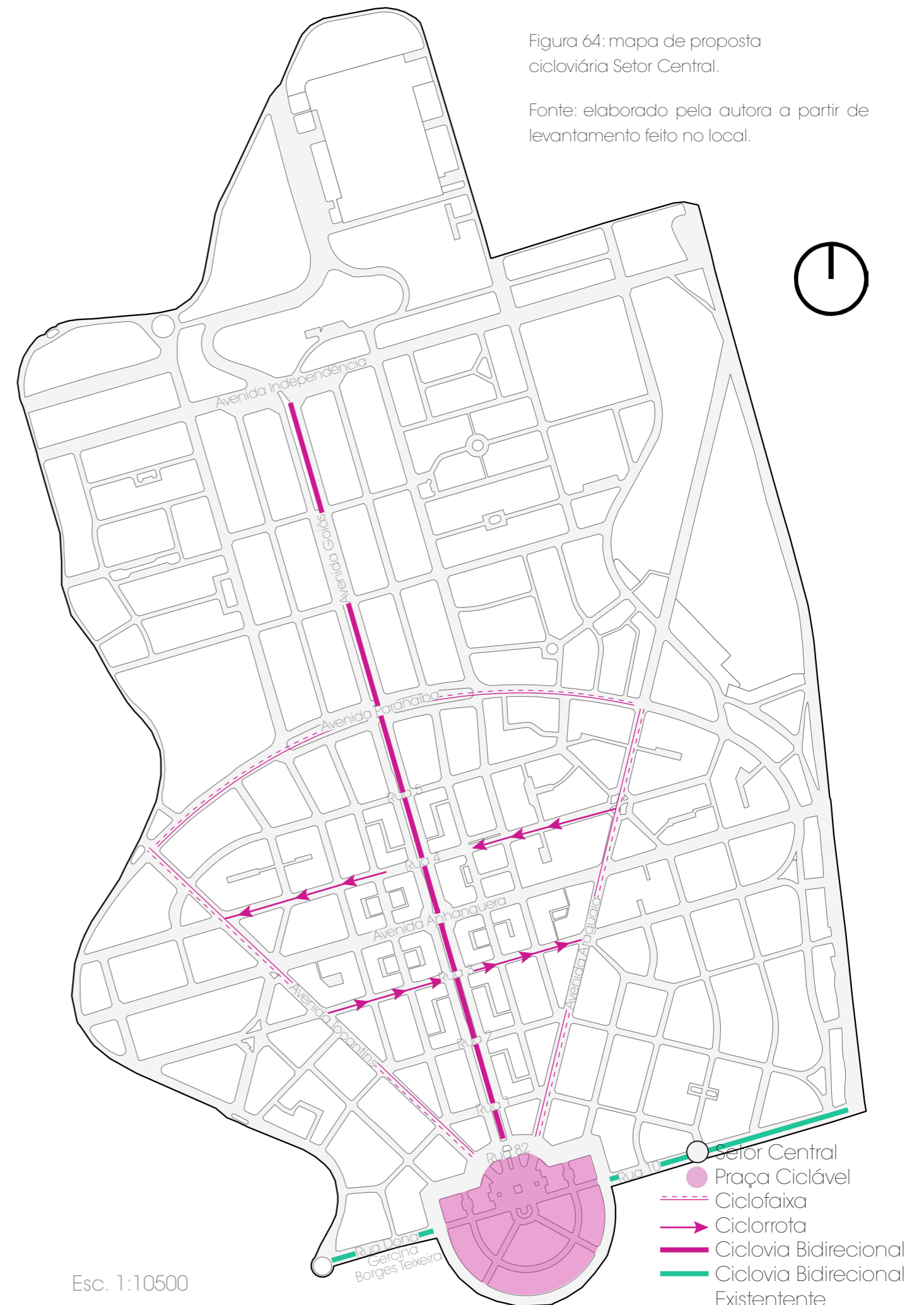


Figura 63: seção da via com proposta de ciclovia.

Fonte: elaborado pela autora com base no levantamento feito no local.

Figura 64: mapa de proposta cicloviária Setor Central.

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.



4.1.3 Proposta padronização letreiros

Por reconhecer que a Lei Complementar nº 326/2020, que dispõe sobre o Programa de Ordenação dos Engenheiros Publicitários nos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia e dá outras providências (BRASIL, 2020) é atual e que os critérios utilizados no cálculo da dimensão máxima, local de instalação e quantidade permitida dispostos nos artigos 11 e 13 de sua seção II vai ao encontro das intenções da autora ao propor a diretriz de recuperação das fachadas que compõem o conjunto arquitetônico da Avenida Goiás, optou-se por manter o cumprimento da Lei aprovada no que tange essas questões.

Pelo forte caráter comercial do bairro e por entender que a identidade visual de uma marca é fundamental, optou-se por não descaracterizá-las, podendo os letreiros apresentarem cores e tipografias da preferência do estabelecimento, desde que feitas em letra caixa (figura 66) e sem placa de fundo, como apresentam-se atualmente a grande maioria dos engenheiros publicitários e de identificação. Com essa alteração a testada das edificações ficarão a mostra o máximo possível, valorizando a exposição de seus elementos construtivos e compondo uma leitura arquitetônica mais fiel à história do eixo de estudo ao longo do tempo, como é possível observar na simulação elaborada pela autora na figura 72.

Em casos de edificações como a antiga sede do jornal O Popular (figura 70), cujo letreiro faça parte da caracterização arquitetônica da sua época de construção, nesse caso citado em linguagem art decó, serão mantidos a pré-existência desses, podendo ser adicionado letreiro padrão nos locais permitidos pela lei.



Figura 67: letreiro feito com letra caixa.
Fonte: Letreiros Montec, 2023.



Figura 68: fachada INSS (zoom 1).
Fonte: acervo pessoal, 2023.



Figura 69: fachada farmácia (zoom 2).
Fonte: acervo pessoal, 2023.



Figura 70: fachada edifício O Popular.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

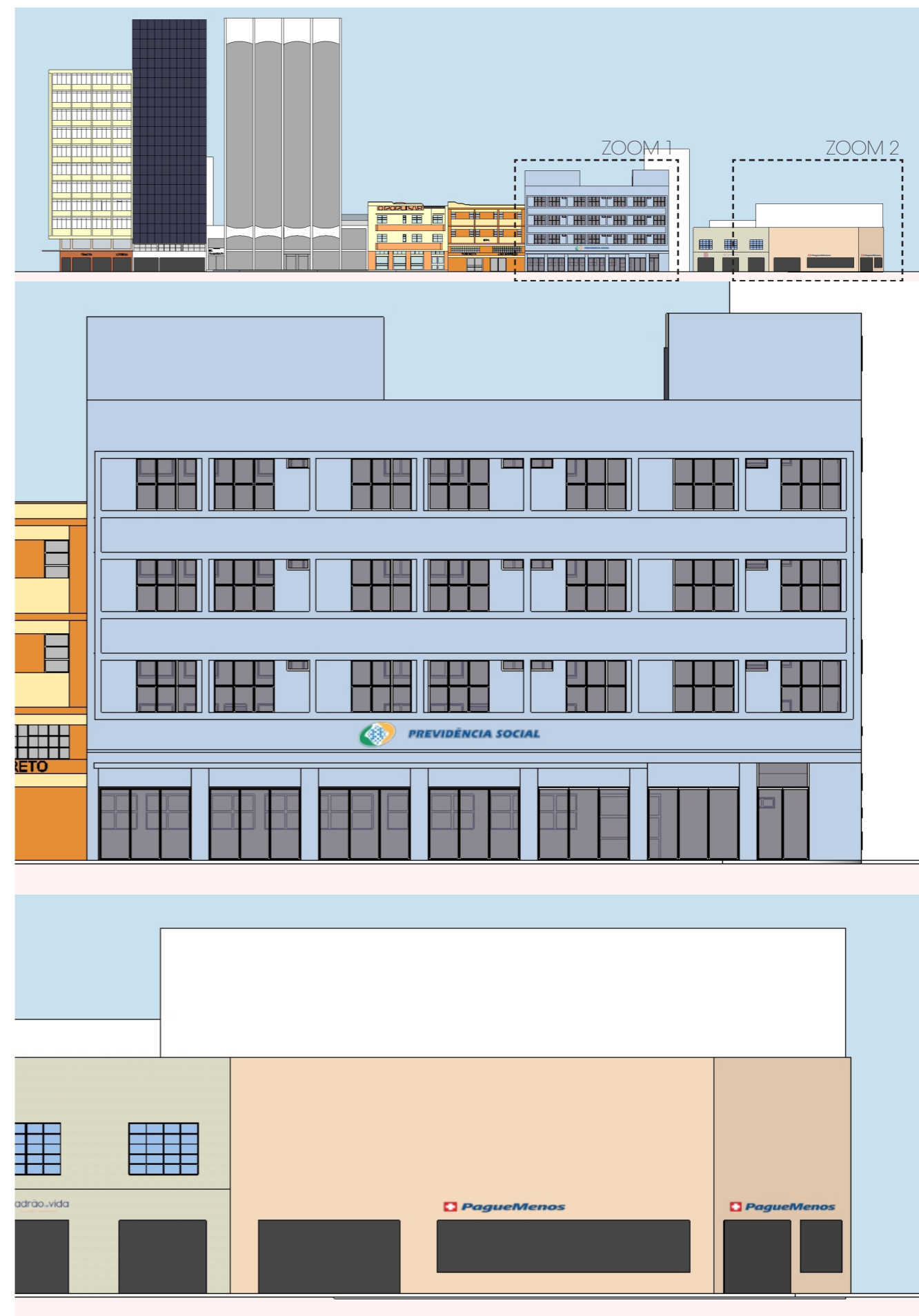


Figura 72: elevação quadra 5 com fachadas voltadas para Avenida Goiás e com projeção pós limpeza das fachadas e adequação dos letreiros.
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

4.1.4 Proposta urbanidades

Urbanidade 1

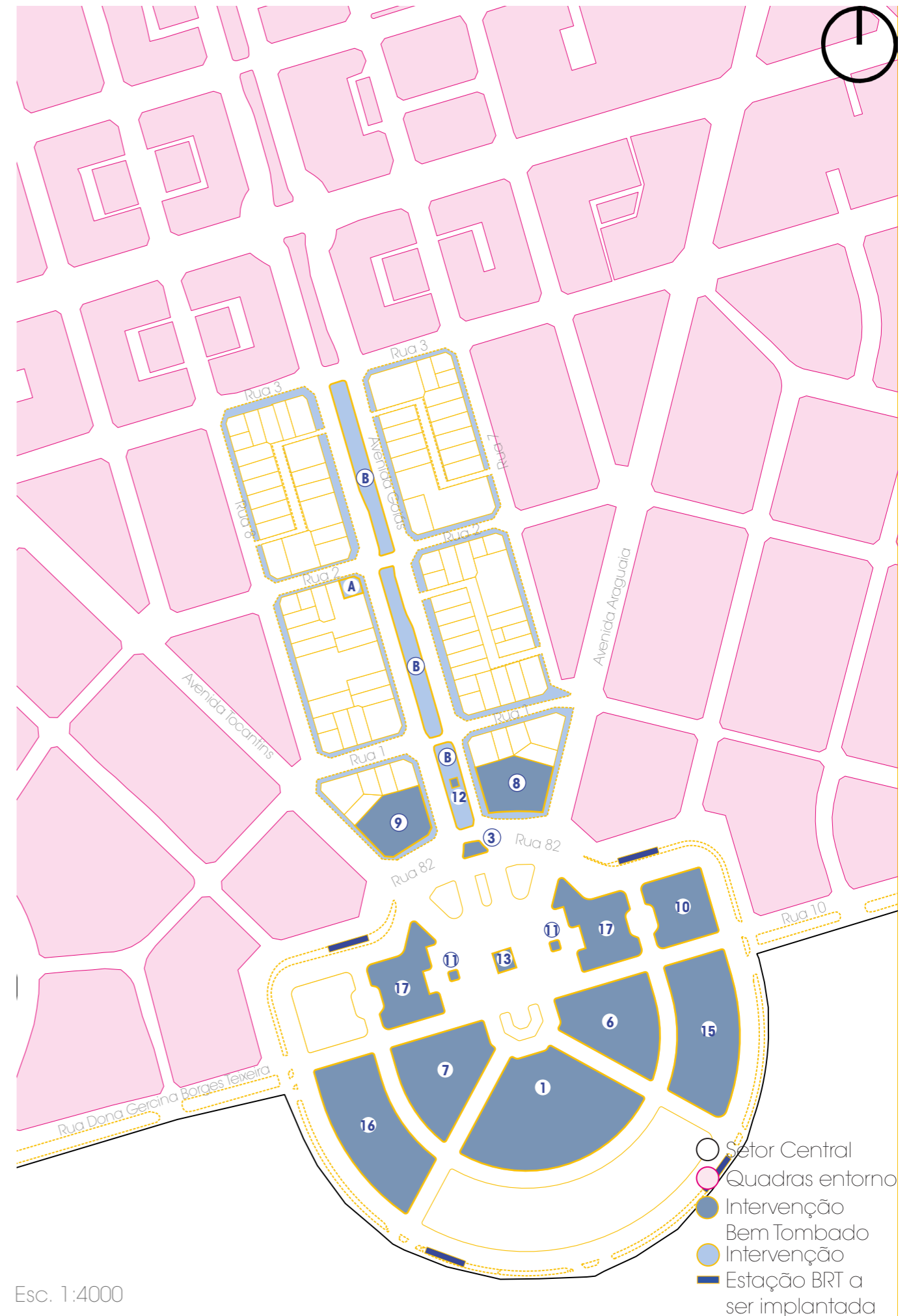
PONTOS DE INTERESSE	AÇÕES E OBSERVAÇÕES
Palácio do Governo (1), Coreto (3), Secretaria Geral (6), Fórum e Tribunal de Justiça (7), Departamento Estadual de Informação (10), Obeliscos com Luminárias (11), Torre do Relógio (12), Monumento às Três Raças (13), Tribunal de Contas (15), Chefatura de Polícia (16), Fontes Luminosas (17)	Mobiliários como poste de iluminação, banco, lixeira e totem informativo serão distribuídos nas imediações dos bens arquitetônicos tombados (figura 74).
Canteiro Central (12)	Mobiliários como poste de iluminação, banco e lixeira serão distribuídos homoganeamente ao longo do canteiro central. A ciclovia proposta também passará pelo centro desse canteiro, fazendo desvios somente quando necessário, como por exemplo no trecho em que está situado a Torre do Relógio (12) (figura 73).
Prédio particular subutilizado (13)	Esse imóvel está subutilizado há anos, assim como tantos outros no Setor Central, tendo grande potencial para ser utilizado como habitação de interesse social. Dessa forma colaboraria para a redução do esvaziamento do eixo de estudo fora do horário comercial, podendo ter uso misto com térreo comercial.
Calçadas das quadras do entorno	Nas calçadas do entorno imediato da Avenida Goiás, serão substituídas as fiações elétricas aparentes, seguindo a diretriz que indica torná-las subterrâneas. Além disso, mobiliários como poste de iluminação, lixeira e quiosque serão distribuídos homoganeamente pelo seu perímetro, qualificando o espaço e as atividades que ali se dão.
Rua 3	Essa via passará a funcionar como espaço ciclável (figura 62), compondo a ampliação da proposta cicloviária elaborada pela autora (figura 64).

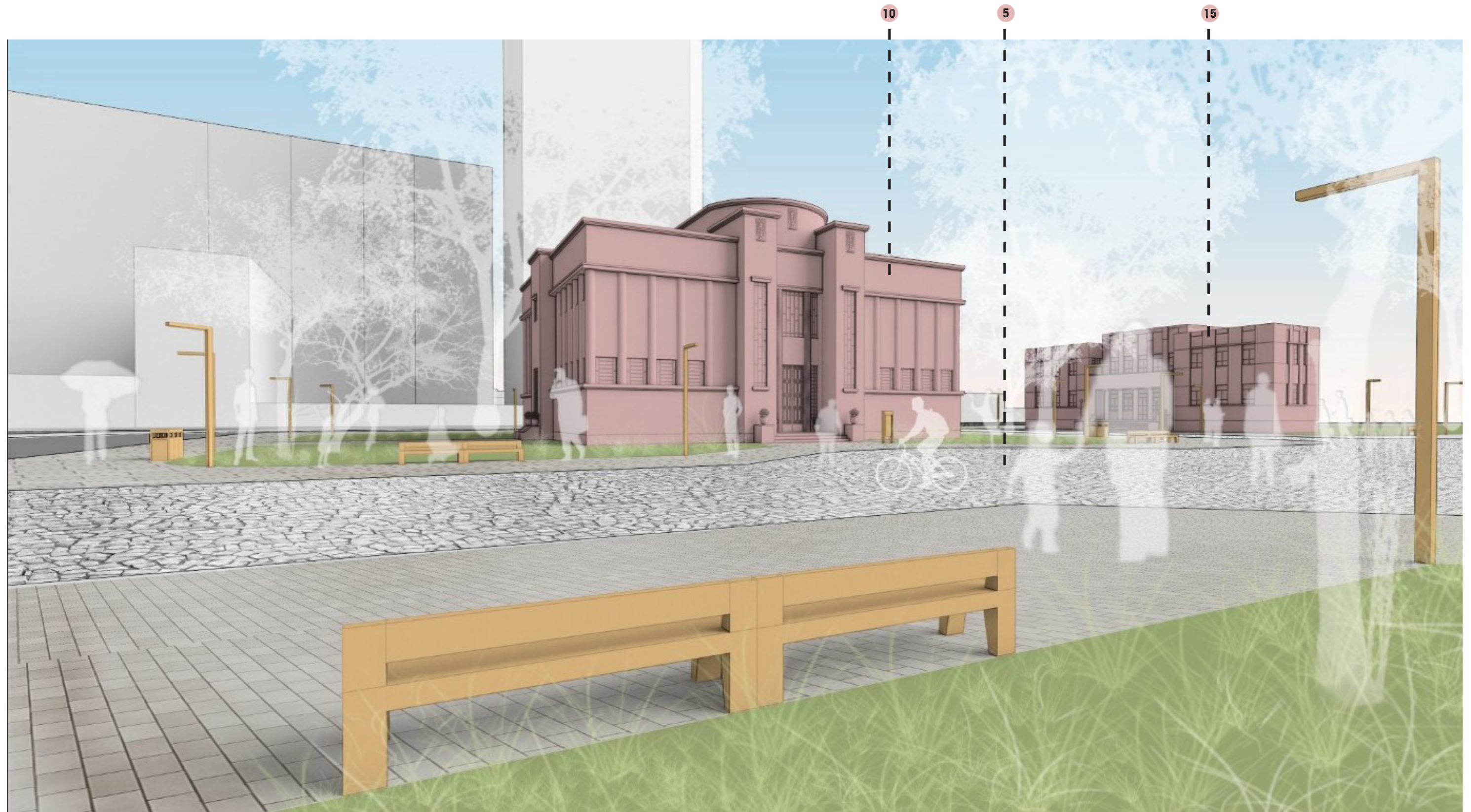
Tabela 5: ampliação de diretrizes e ações para urbanidade 1.

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 73: mapa intervenção urbanidade 1

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.

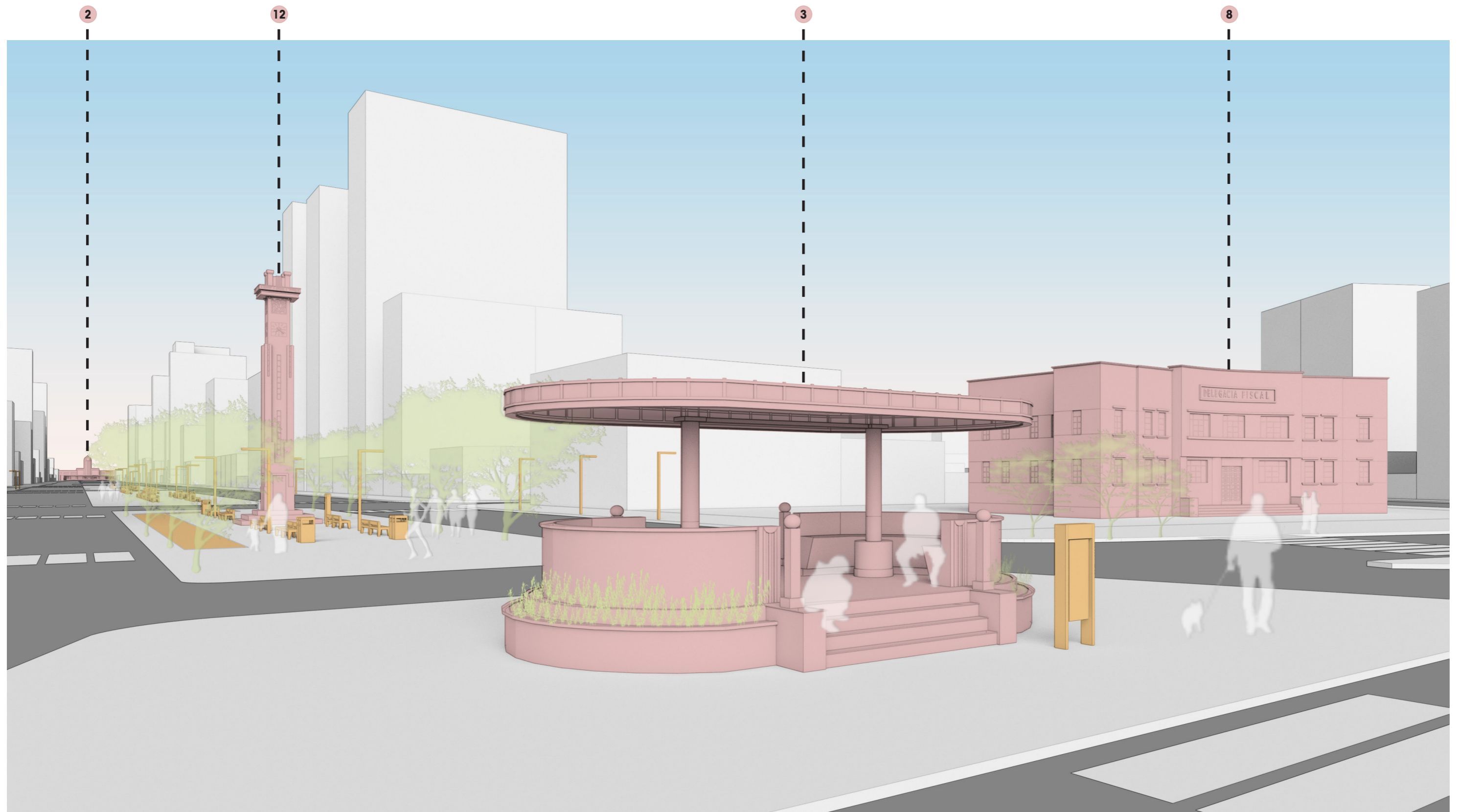




- Patrimônio tombado
- Intervenção
- 10 Departamento Estadual de Informação/Museu Zoroastro Artiaga
- 15 Tribunal de Contas / Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás
- 5 Praça Cívica / Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira

Figura 74: ilustração Praça Dr. Pedro Ludovico

Fonte: elaborado pela autora.



- Patrimônio tombado
- Intervenção
- 2 Estação Ferroviária / Museu Frei Confaloni
- 3 Coreto
- 12 Torre do Relógio
- 8 Delegacia Fiscal / IPHAN

Figura 75: ilustração cruzamento Rua 82 com Avenida Goiás

Fonte: elaborado pela autora.



- Patrimônio tombado
- Intervenção
- 1 Palácio do Governo / Palácio das Esmeraldas
- 7 Fórum e Tribunal de Justiça / -
- 12 Torre do Relógio
- Edifício subutilizado com potencial para uso de habitação de interesse social

Figura 76: ilustração cruzamento Rua 2 com Avenida Goiás

Fonte: elaborado pela autora.

Urbanidade 2

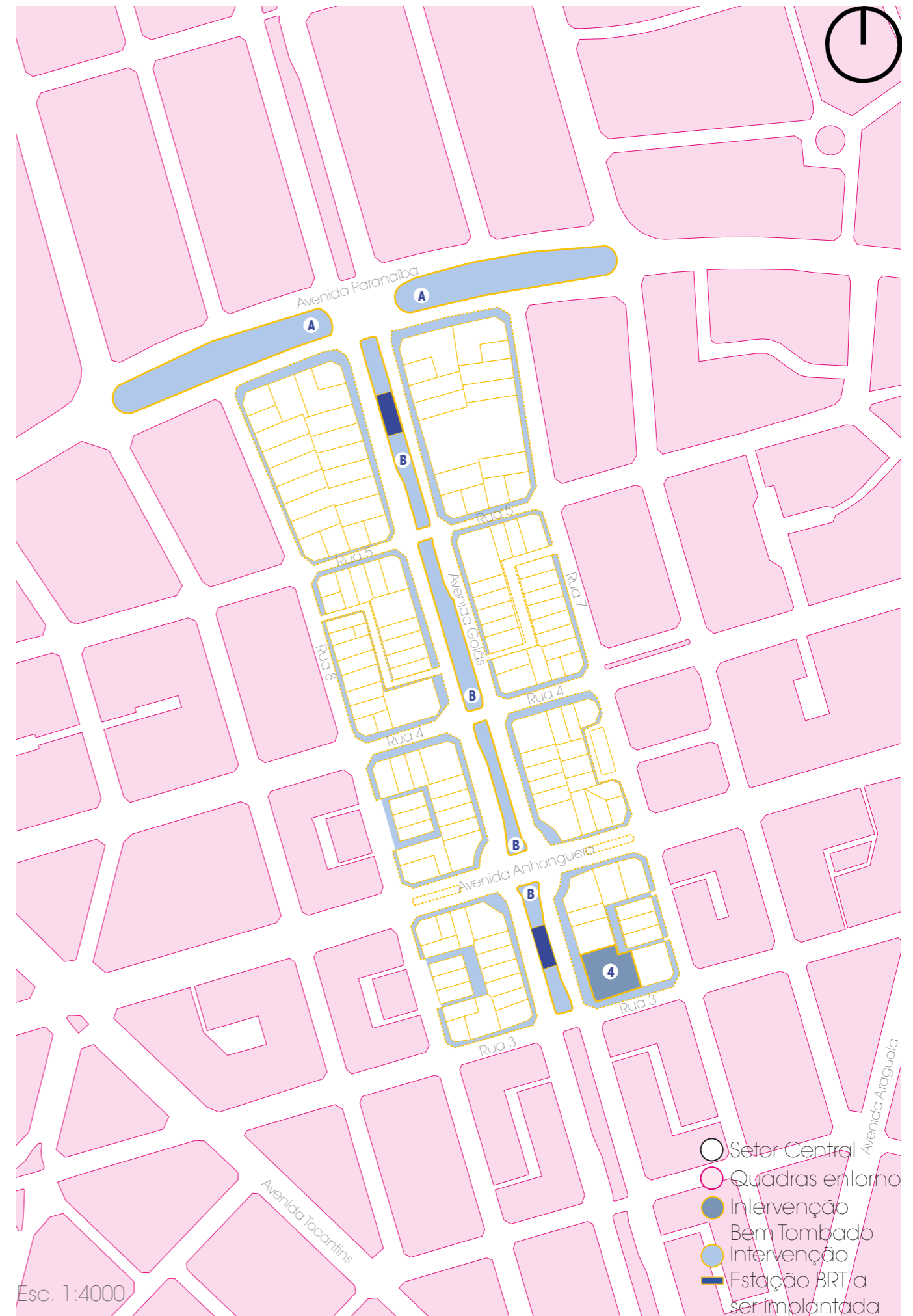
PONTOS DE INTERESSE	AÇÕES E OBSERVAÇÕES
Grande Hotel (4)	Mobiliários como poste de iluminação, banco, lixeira e totem informativo serão distribuídos nas imediações do bem arquitetônico tombado (figura 78).
Canteiro Central (B)	Mobiliários como poste de iluminação, banco e lixeira serão distribuídos homogeneamente ao longo do canteiro central. A ciclovia proposta também passará pelo centro desse canteiro, assim como a instalação da estação de BRT proposta pela autora.
Mercado Aberto (A)	Conforme aponta a diretriz de melhoria da estrutura do Mercado Aberto da Paranaíba, a execução dessa cumprirá resultará em um resultado esteticamente melhor, com maior conforto e espaço adequado para comportar mais comerciantes informais.
Calçadas das quadras do entorno	Nas calçadas do entorno imediato da Avenida Goiás, serão substituídas as fiações elétricas aparentes, seguindo a diretriz que indica torná-las subterrâneas. Além disso, mobiliários como poste de iluminação, lixeira e quiosque serão distribuídos homogeneamente pelo seu perímetro, qualificando o espaço e as atividades que ali se dão.
Avenida Paranaíba e rua 4	Essas vias passarão a funcionar como espaços cicláveis (figura 62), compondo a ampliação da proposta cicloviária elaborada pela autora (figura 64).

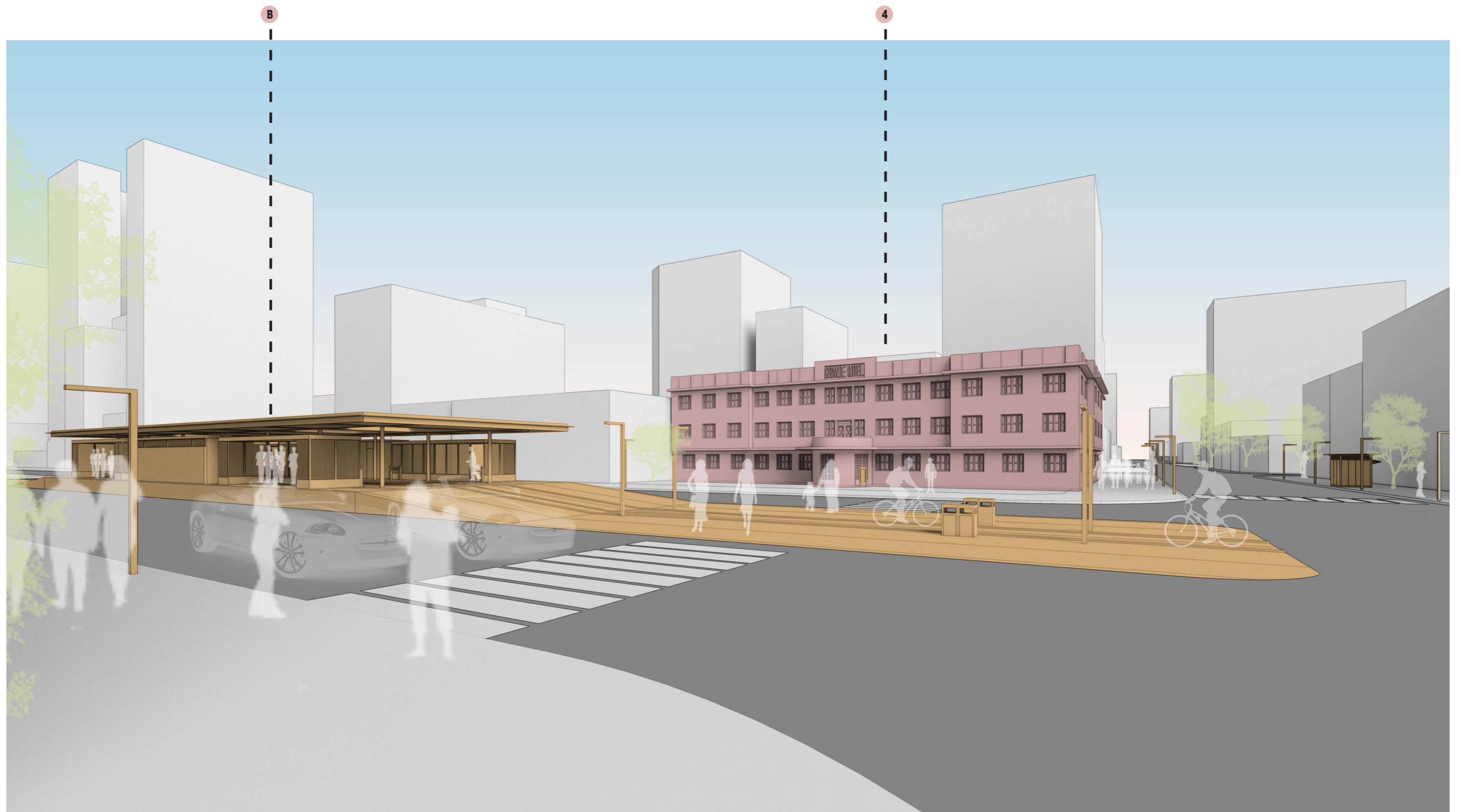
Tabela 6: ampliação de diretrizes e ações para urbanidade 2.

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 77: mapa intervenção urbanidade 2

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.





- Intervenção
- 4 Grande Hotel
- BRT

Figura 78: cena cruzamento Rua 3 com Avenida Goiás

Fonte: elaborado pela autora.



- Intervenção
- B BRT
- C Quiosque

Figura 79: ilustração quiosque

Fonte: elaborado pela autora.

Urbanidade 3

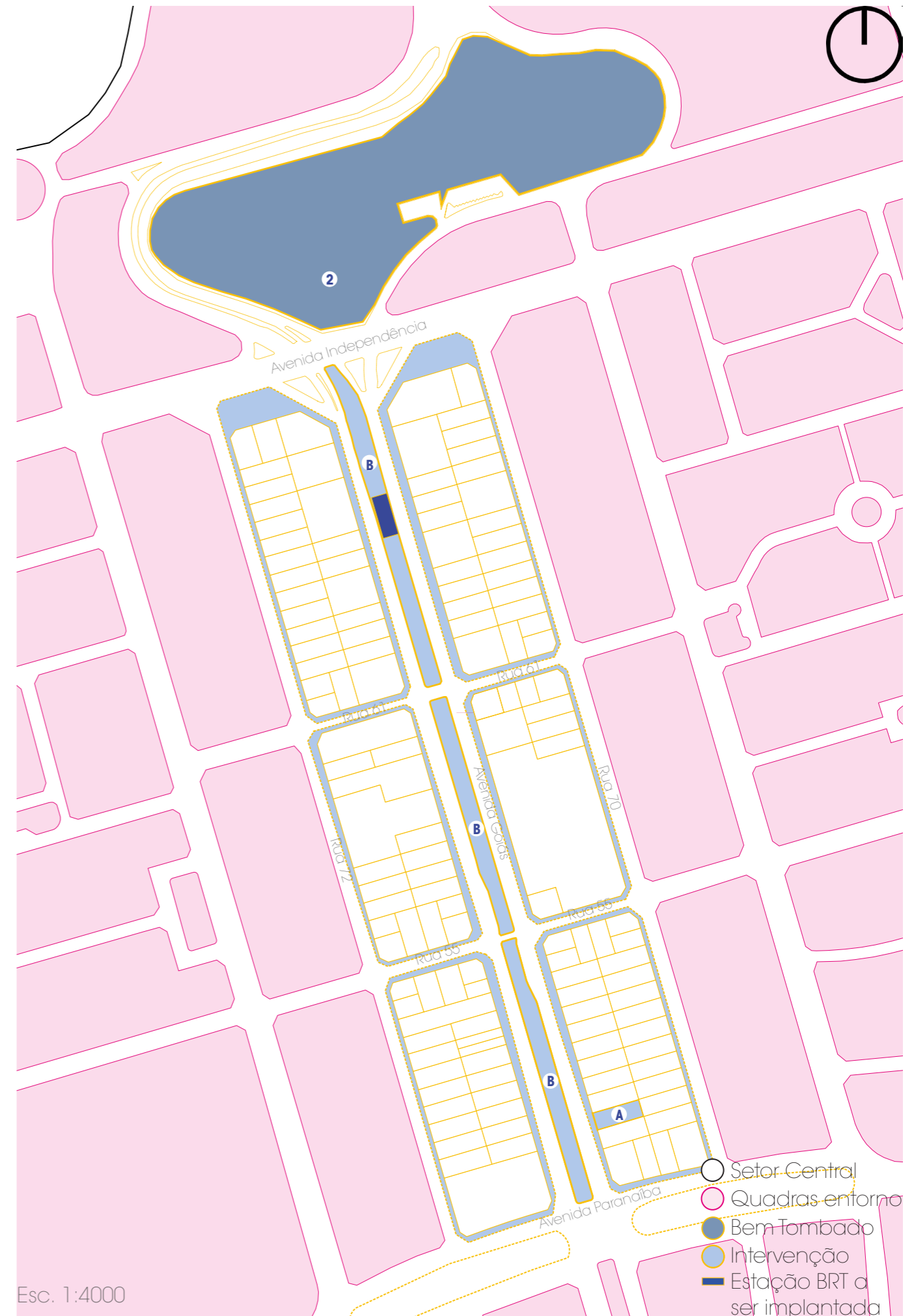
PONTOS DE INTERESSE	AÇÕES E OBSERVAÇÕES
Restaurante do Bem (A)	A melhora do mobiliário urbano permitirá que esse, disposto na parte externa do restaurante sirva como apoio para espera do horário de abertura. Além disso, a implantação de uma das estações do BRT facilita o acesso por meio de transporte público coletivo.
Canteiro Central (B)	Mobiliários como poste de iluminação, banco e lixeira serão distribuídos homogeneamente ao longo do canteiro central. A ciclovia proposta também passará pelo centro desse canteiro, assim como a instalação da estação de BRT proposta pela autora.
Antiga Estação Ferroviária (2)	Mobiliários como poste de iluminação, banco, lixeira e totem informativo serão distribuídos nas imediações do bem arquitetônico tombado. Somado a promoção de atividades culturais e de lazer na Praça do Trabalhador, sobre a qual está a antiga Estação Ferroviária, oferecerão os ambientes internos e externos recursos que diminuam a sensação de insegurança e aumentem a permanência do usuário.
Calçadas das quadras do entorno	Nas calçadas do entorno imediato da Avenida Goiás, serão substituídas as fiações elétricas aparentes, seguindo a diretriz que indica torná-las subterrâneas. Além disso, mobiliários como poste de iluminação, lixeira e quiosque serão distribuídos homogeneamente pelo seu perímetro, qualificando o espaço e as atividades que ali se dão.

Tabela 7: ampliação de diretrizes e ações para urbanidade 3.

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 80: mapa intervenção urbanidade 3

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento feito no local.





- Patrimônio tombado
- Intervenção
- 2 Estação Ferroviária / Museu Frei Confaloni
- A Estação BRT

Figura 81: cena interior estação BRT com vista para a antiga Estação Ferroviária

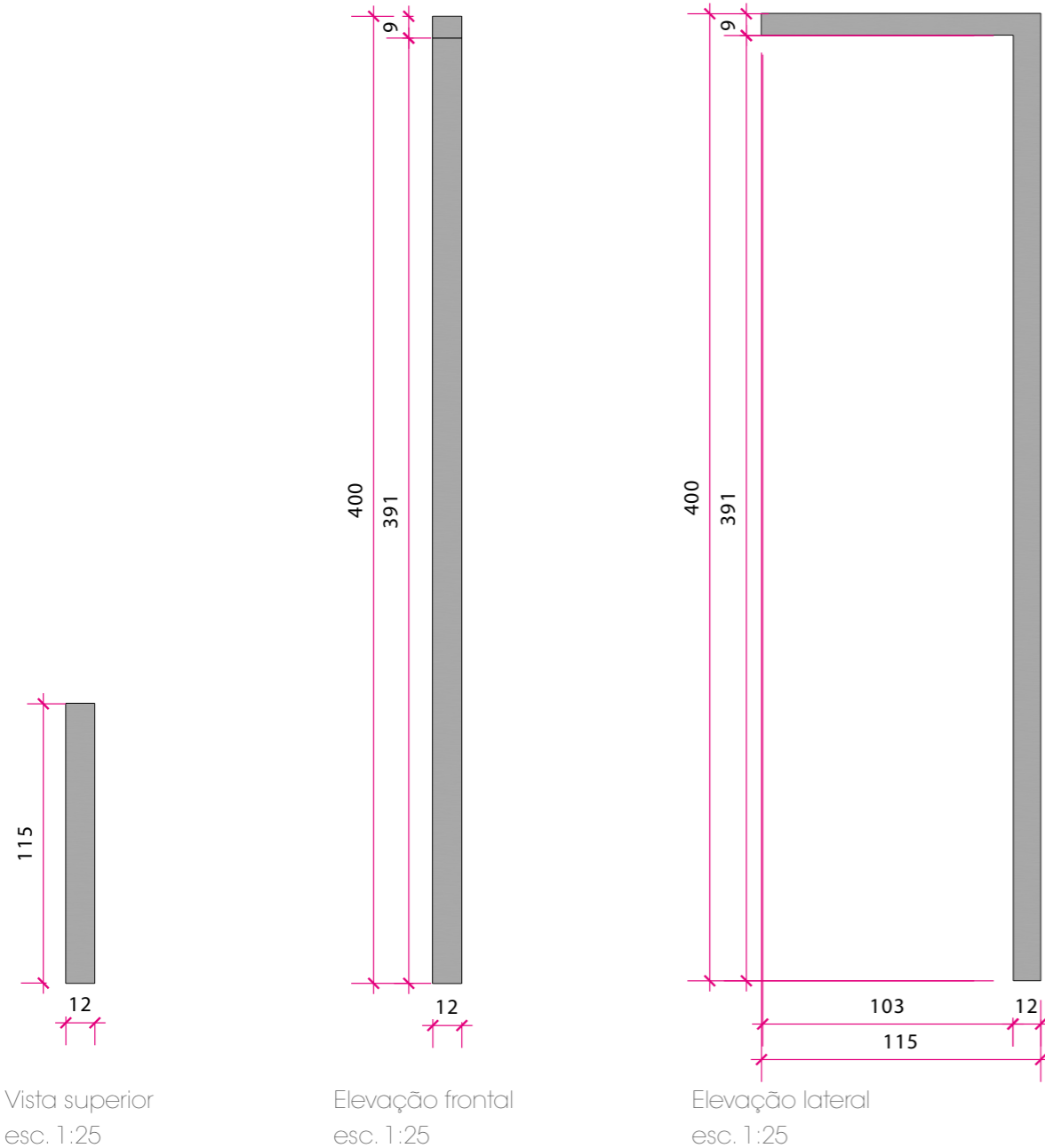
Fonte: elaborado pela autora.

4.2 Sugestão de mobiliário e equipamento urbano

Ao propor como diretriz a atualização e unificação da linguagem dos mobiliários urbanos dispostos por toda extensão do recorte de estudo, a autora optou por apresentar em caráter preliminar alguns dos itens projetados. Esses não totalizam as soluções possíveis, mas colaboram para visualização e compreensão do potencial dessas intervenções públicas na consolidação de um ambiente mais eficiente. Algumas imagens de mobiliários hoje existentes na área estudada foram registrados pela autora e podem ser vistos no anexo 2 deste caderno.

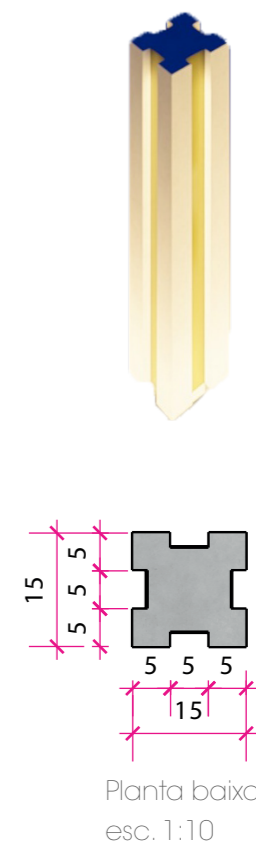
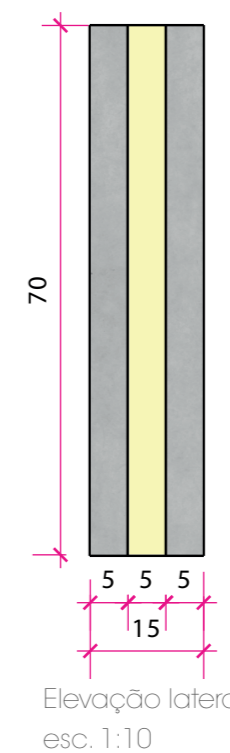
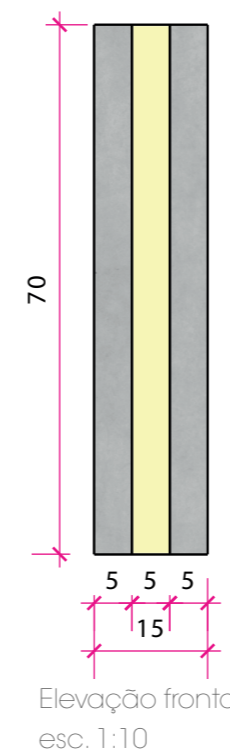
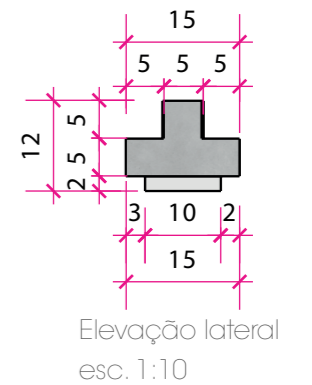
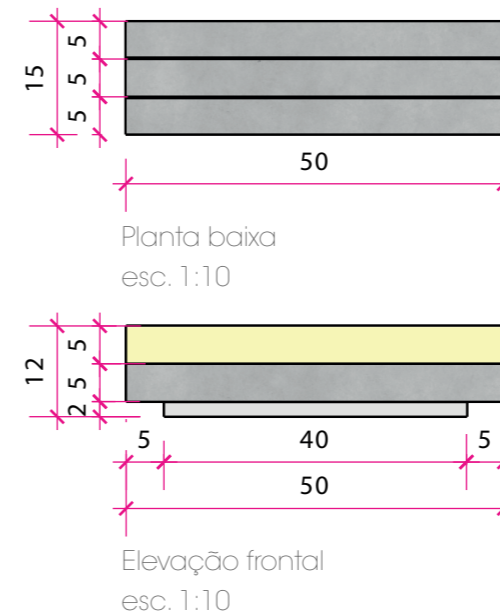
Poste Iluminação

Produzido em aço com acabamento em pintura eletrostática na cor cinza e luz de led, o novo poste será posicionado virado para a calçada, e não para a via. Essa é uma tentativa de priorizar a qualidade do passeio dos usuários, oferecendo mais conforto e segurança nas atividades de fim do dia e durante a noite.



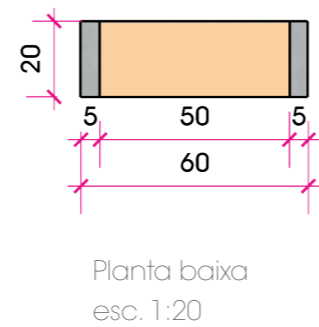
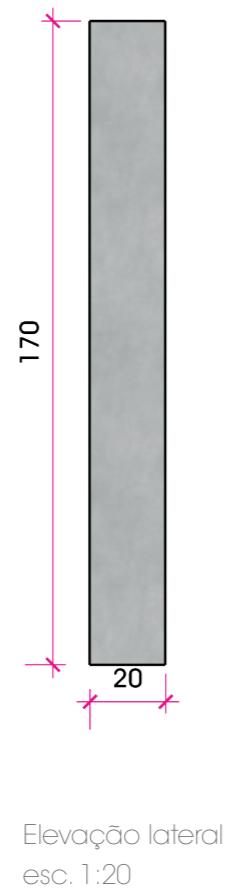
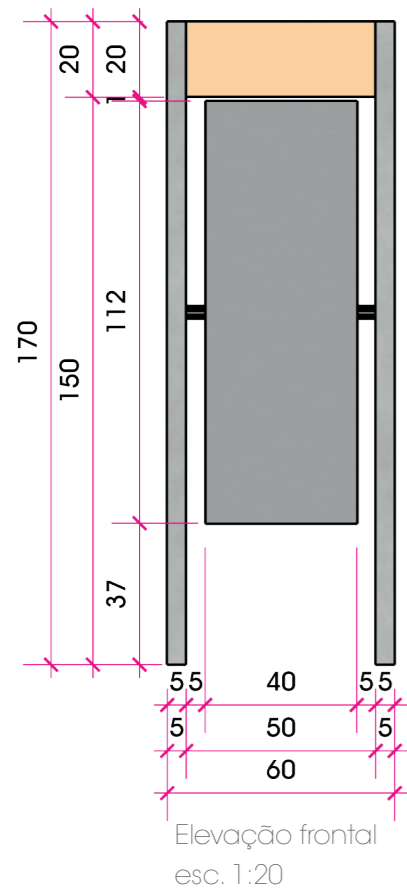
Balizadores

Produzido em concreto com acabamento polido e luminária de led em algumas de suas faces, os balizadores horizontais e verticais têm funções como evitar circulação de veículos e dar suporte a iluminação vinda dos postes que muitas vezes são sombreadas pelas árvores.



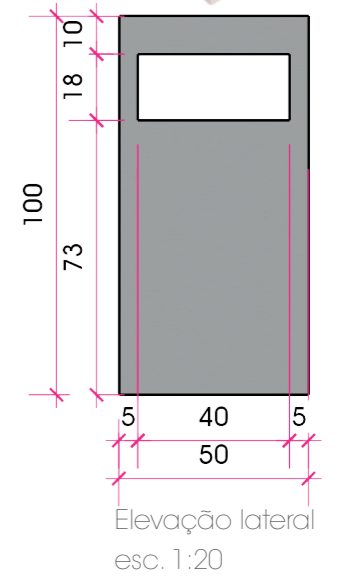
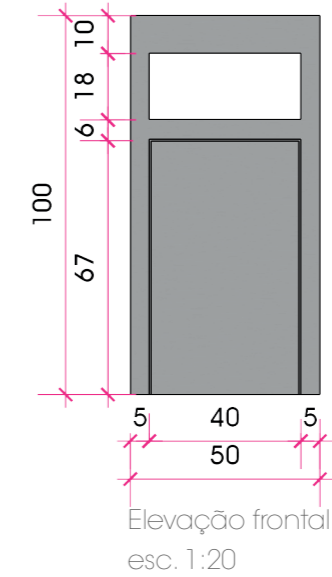
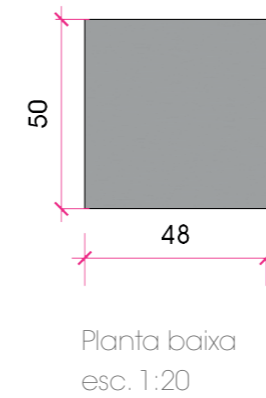
Totem Informativo

Pórtico produzido em concreto com acabamento polido, luminária de led revestida com material leitoso e placa metálica de aço galvanizado com informações gravadas. O totem ficará disposto perto dos bens patrimoniais tombados. Seu modelo busca solucionar a exposição das informações às intempéries que as desgastam e sua iluminação destacar os bens, além de convidar à leitura das informações.



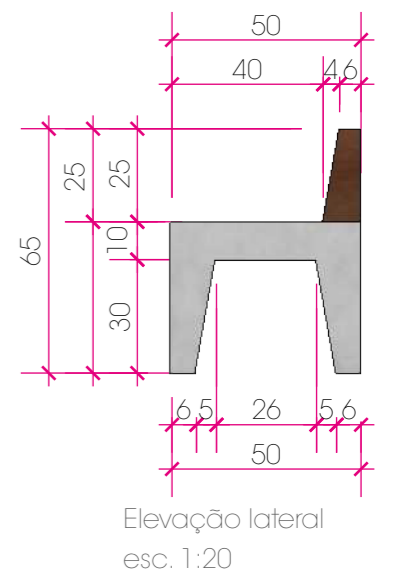
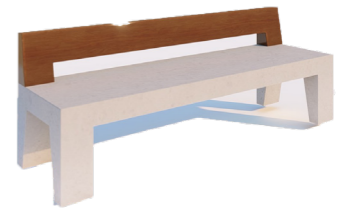
Coletor de Resíduos

Produzido em aço pré-galvanizado com acabamento em pintura eletrostática, o recipiente metálico contém uma porta afixada para facilitar a retirada dos resíduos. Podem ser dispostos de forma unitária ou em conjunto para estimular a separação dos resíduos.



Banco

Produzido em concreto com acabamento polido e encosto em madeira, o módulo compartilhado conta com encosto para melhor conforto dos usuários de todas as faixas etárias.



Quiosque Multiuso

Os quiosques alocados no Setor Central atualmente abarcam usos como os de revistaria e lanchonete, não possuindo um padrão de tamanho e linguagem arquitetônica. Ao propor um novo módulo de 3x2 m para ambas atividades, foi levado em consideração as dimensões necessárias para que o funcionamento interno e a interação com o público fossem funcionais.

O módulo é feito em estrutura metálica com perfis metálicos de sessão 130x100mm, fechamento externo em alumínio composto cinza e revestimento interno em placas de OSB. Em seu interior, a possibilidade de layouts altera conforme o uso que será dado para cada atividade, conforme citado acima, porém ambos consideram até 2 pessoas em seu interior com uma circulação confortável para atendimento. As aberturas do equipamento também são feitas em alumínio composto cinza, mantendo uma materialidade única, e compreendem ao acesso do atendente que se dá por uma das laterais através de uma porta camarão e a uma janela articulada localizada na frente do mobiliário permitindo o atendimento dos usuários.



Figura 82: perspectiva acesso quiosque lanchonete.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Figura 83: perspectiva acesso quiosque revistaria.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Figura 84: perspectiva quiosque lanchonete em funcionamento.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Figura 85: perspectiva quiosque revistaria em funcionamento.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.



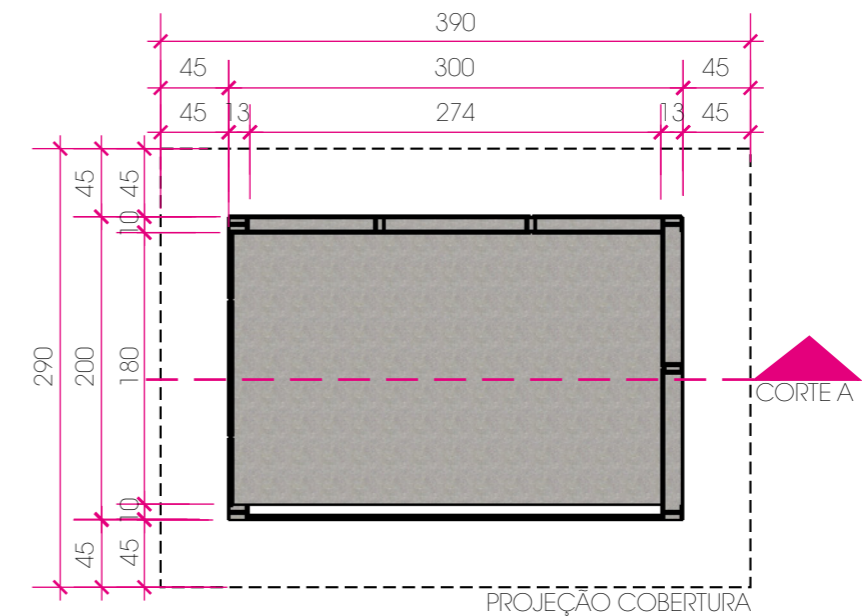
Figura 86: perspectiva interior quiosque lanchonete.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

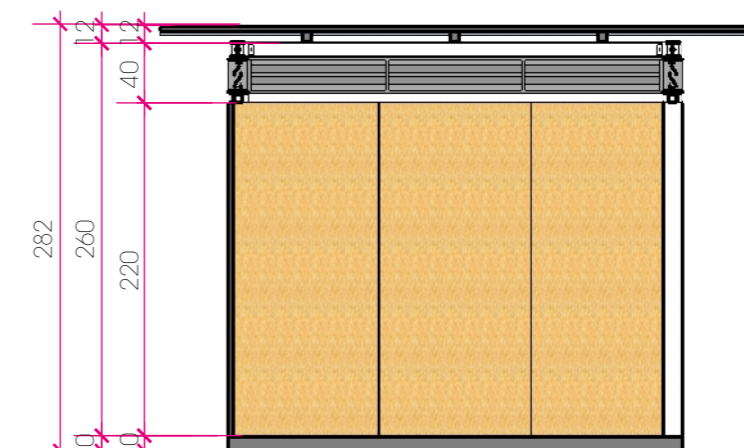


Figura 87: perspectiva interior quiosque revistaria.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Planta baixa
esc. 1:50



Corte A
esc. 1:50

Estação Parada BRT

A estação de BRT proposta une sob uma mesma cobertura os fluxos dos pedestres e ciclistas ao acessos que dão uso ao transporte público coletivo, dispondo também de sanitários para uso de todos os usuários. Visando uma maior integração da estrutura com o canteiro central e seu entorno, a junção dessas atividades permite um maior aproveitamento em todos os períodos do dia, promovendo maior sensação de segurança e servindo como apoio para as atividades que acontecem no dia-a-dia. O equipamento é pensado de maneira a facilitar o embarque dos passageiros ao BRT, e aproveitando a elevação necessária, são projetados reservatórios de água para atender a necessidade de cada estação, bem como respiros com vegetação. O acesso para pedestres na mesma é feito através de rampa com inclinação adequada que vence o desnível entre o canteiro central e as estações. A estação é feita em estrutura metálica com pilares em tubo estrutural circular, vigas em perfil W e a laje alveolar. Os acabamentos das cabines de embarque e desembarque compreendem forro de madeira, fechamento em vidro e bancos em compensado naval. Os banheiros, por sua vez têm paredes de alvenaria e laje plana de concreto.



Figura 88: perspectiva acesso estação
Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Figura 89: perspectiva interna estação
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

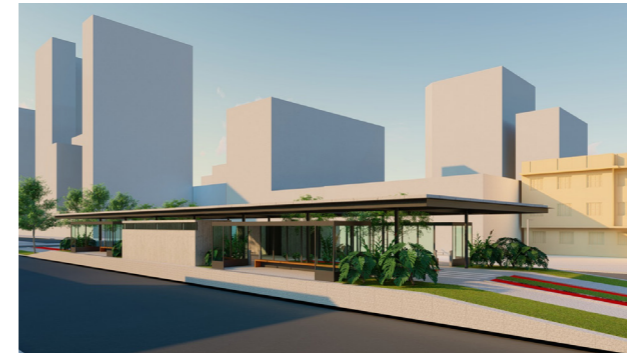
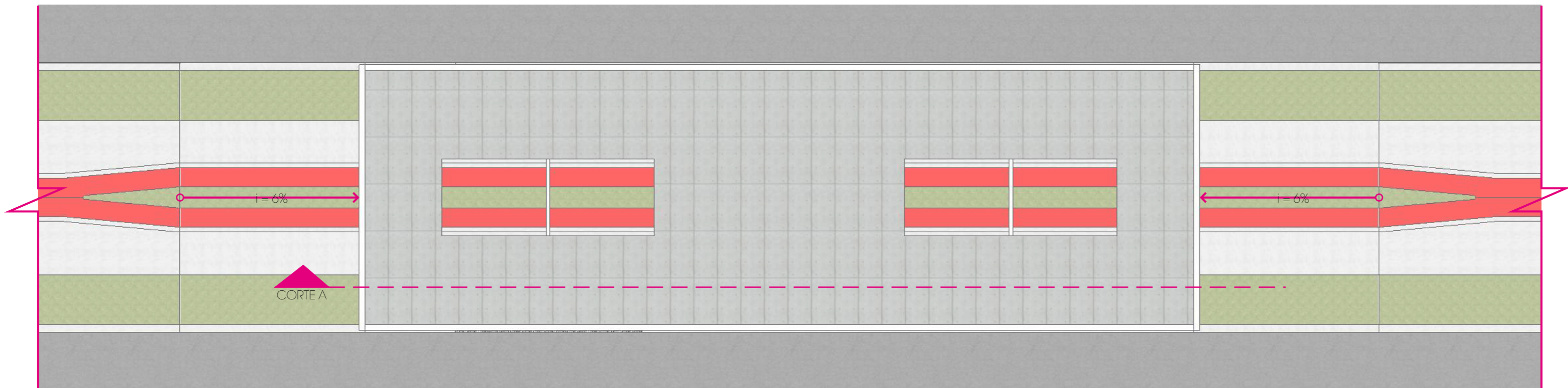


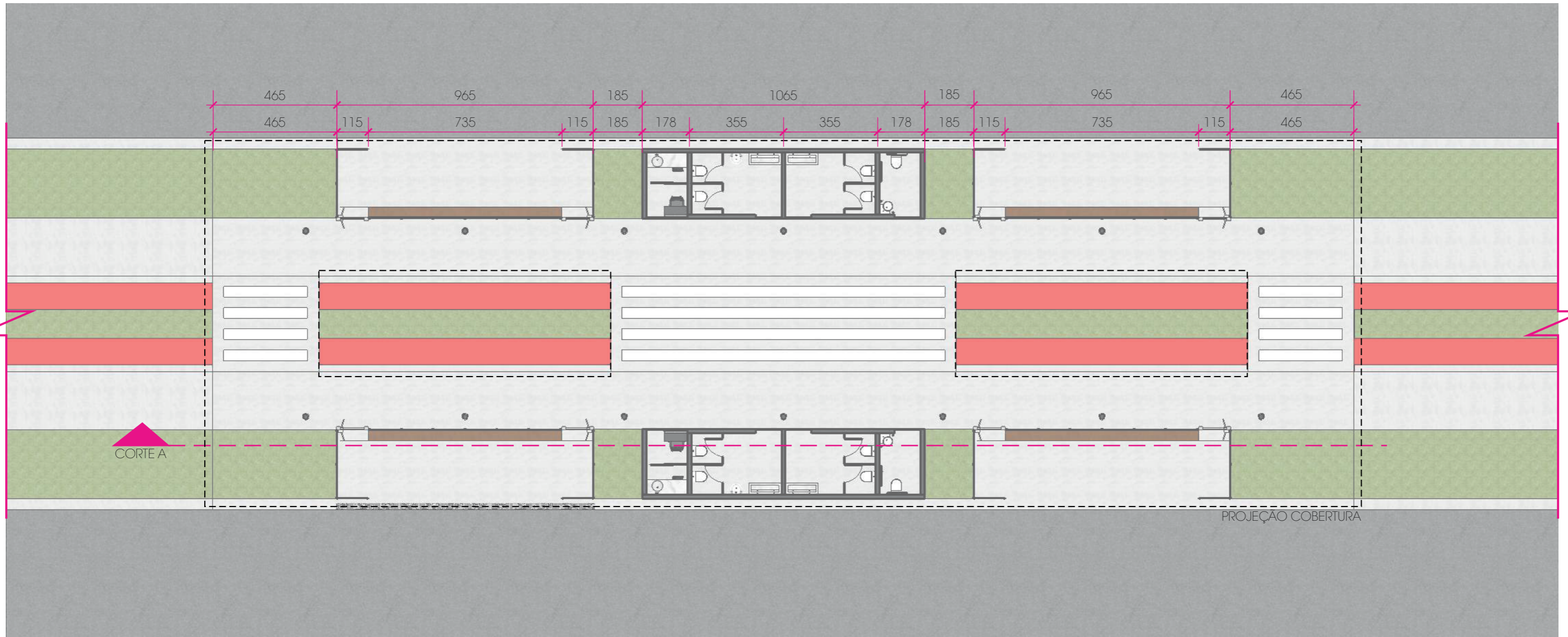
Figura 90: perspectiva externa ponto de espera BRT
Fonte: elaborado pela autora, 2023.



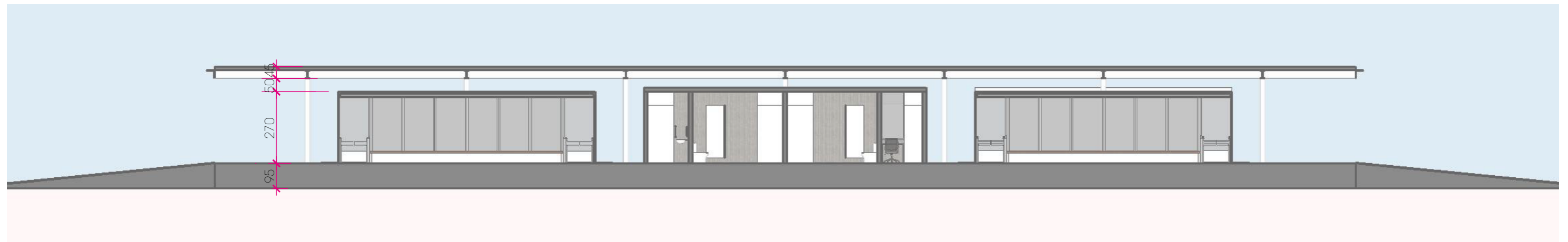
Figura 91: perspectiva interna ponto de espera BRT
Fonte: elaborado pela autora, 2023.



Implantação
esc. 1:200



Planta baixa
esc. 1:150



Corte A
esc. 1:200

Considerações Finais

O trabalho até aqui desenvolvido teve como objetivo inicial investigar a relação entre sujeito e patrimônio institucionalmente preservado, sendo necessário para tal fazer uma leitura que levasse em consideração as intenções em que se apoiaram o planejamento da capital Goiânia, especificamente o Setor Central, e sua situação. Posteriormente, a produção de cartografias possibilitou elaborar uma análise urbanística atualizada da área de estudo e deu pistas sobre algumas justificativas para o enfraquecimento dessa relação, o que se confirmou após a coleta de dados e impressões de uma amostra de usuários da área. A partir daí, foram propostas diretrizes com potencial de reduzir a distância entre as práticas sociais que se dão no espaço e o patrimônio existente.

O eixo da Avenida Goiás e seu entorno imediato, sobre o qual o trabalho se desdobra, é de extrema relevância histórica, comercial, institucional e cultural, podendo ser compreendido como uma área importante dentre tantas que compõem o centro do município e agregam valor a esse. Apesar de concentrar um grande acervo patrimonial cujos órgãos municipais, estaduais e federais legislam sobre, os bens analisados ao longo do trabalho remontam a narração de uma cidade planejada e executada há 89 anos, e que apesar de jovem quando comparada a outras grandes capitais, hoje já opera sob uma lógica distinta de outrora, como exposto no contexto da cidade no segundo capítulo. Esses bens são o elo concreto entre as épocas e é a partir da fruição do usuário e de seu reconhecimento que a memória se renova e segue fazendo sentido para a história de um povo. Contudo, é notável o enfraquecimento da relação do sujeito para com esses bens.

Ao investigar as respostas que buscavam compreender as percepções da amostra de usuários envolvidas no questionário de pesquisa e agregá-las a um olhar mais técnico, foram desenvolvidas diretrizes de intervenção cuja aplicação possa se dar sobre o eixo de estudo e também sobre o bairro. Foi possível atestar que apesar de não serem totalmente desconhecidos pelos usuários, não se destacam pelo fato de apresentarem linguagem art déco, característica que cidade afora é pelo qual o grande acervo mostra-se relevante. Apesar de preservados institucionalmente e terem em sua maioria atividades operantes dentro desses espaços, estampam pichações e patologias em suas fachadas, além de não se tornarem tão atrativos por estarem inseridos em uma região dada como “abandonada”, “descuidada”, mesmo com todo seu potencial. Nesse sentido, o apelo comercial deste grande centro o torna um ambiente de uso pontual, quando tem potencial para uma fruição mais qualitativa, de permanência e com diversidade de usos e turnos.

A importância de questionar os usuários sobre alguns dos vieses que costuram sua relação com o espaço, direciona o debate acerca dessas questões e convida a uma nova chance para o Centro, unindo ações da sociedade civil e política, na busca por viabilizar as diretrizes. Ao reunir informações que antes encontravam-se dispersas, produzir levantamentos atualizados ao longo dessa grande extensão identificando pontos críticos e, espera-se que esse material sirva como instrumento de estudo facilitador para a comunidade não só acadêmica. Afinal, é no dia-a-dia e por meio dos usuários recorrentes do espaço que as dinâmicas sociais mais marcantes são consolidadas, passando também por esses a força motriz para a manutenção da memória.

Referências

ALARCÓN, Leyla Elena Láscar; HOLANDA, Frederico de. Mobilidade e permanência nos centros intra-urbanos de Goiânia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais** [...] . Salvador: Enanpur, 2005. p. 1-19. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/413.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ARRAIS, Juliana de Souza e Silva. **Os espaços públicos em áreas centrais: configuração, vitalidade e infraestrutura ociosa no centro antigo de Goiânia**. 2015. 191 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ARTIAGA, Larissa. **Secretaria Cidadã conclui mudança para a Praça Cívica**. 13 de agosto de 2018. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/secretaria-cidada-conclui-mudanca-para-a-praca-civica/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BIAPÓ. **Estação Ferroviária de Goiânia**. Disponível em: <https://biapo.institutobiapo.com.br/portfolio-item/estacao-ferroviaria-de-goiania/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL (Município). **Lei Complementar nº 326, de 03 de janeiro de 2020**. Goiânia, GO, Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2020/lc_20200103_000000326.html. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOIÂNIA (Município). **Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022**. Goiânia, GO, Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2022/lc_20220304_000000349.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

CAIXETA, E. M. M. P.; REZENDE, M. M. Coreto art Déco em Goiânia: vicissitudes de um patrimônio reconhecido. **Labor e Engenho**, Campinas, SP, v. 15, n. 00, p. e021008, 2021. DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665729. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8665729>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CIAM. **Carta de Atenas**. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

CULTURA, Secretaria de Estado da. **Museu Zoroastro Artiaga**. Coordenado pelo Governo do Estado de Goiás. 13 de março de 2019. Disponível em: <https://www.cultura.go.gov.br/centros-culturais/todas-as-unidades/2261-museu-zoroastro-artiaga.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GOIÂNIA. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>. Acesso em: 01 mar. 2023.

GOIÁS. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO. **Totalmente restaurada, antiga sede da Chefatura de Polícia vai abrigar hub de inovação do Governo de Goiás**. 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: [https://www.governo.go.gov.br/governador/747-totalmente-restaurada,-antiga-sede-da-chefatura-de-pol%C3%ADcia-vai-abrigar-hub-de-inova%C3%A7%C3%A3o-do-governo-de-goi%C3%A1s#:~:text=Governo%20de%20Goi%C3%A1s-,Totalmente%20restaurada%2C%20antiga%20sede%20da%20Chefatura%20de%20Pol%C3%ADcia%20vai%20abrigar,inova%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo%20de%20Goi%C3%A1s&text=O%20restaurado%20do%20pr%C3%A9dio%20da,feira%20\(16%2F02\)](https://www.governo.go.gov.br/governador/747-totalmente-restaurada,-antiga-sede-da-chefatura-de-pol%C3%ADcia-vai-abrigar-hub-de-inova%C3%A7%C3%A3o-do-governo-de-goi%C3%A1s#:~:text=Governo%20de%20Goi%C3%A1s-,Totalmente%20restaurada%2C%20antiga%20sede%20da%20Chefatura%20de%20Pol%C3%ADcia%20vai%20abrigar,inova%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo%20de%20Goi%C3%A1s&text=O%20restaurado%20do%20pr%C3%A9dio%20da,feira%20(16%2F02)). Acesso em: 10 jul. 2022.

Referências

ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

IPHAN. **Conferência de Nara**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf> >. Acesso em 23 de abril de 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010. 127p. ISBN 9788511000467.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar**. Edição do Autor, Goiânia, 2001. ISBN: 85-902277-1-5

MANSO, Celina Fernandes Almeida; NUNES, Wolney Alfredo. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010. 190 p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural - desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.

MERCIER, Daniela. **Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas**. El País: Brasil, São Paulo, 24 de jul. de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS (Goiânia) (org.). **Restaurante do Bem**. 2022. Edição 010 - Atualizada em Dezembro de 2022. Disponível em: https://www.ovg.org.br/site/wp-content/uploads/2023/02/Carta-de-Servicos_Dezembro_2022_VF.1.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

PESSONI, Carolina. Antiga Delegacia Fiscal abriga sede do Iphan no Centro de Goiânia. 2021. **A redação**, 06 de agosto de 2021a. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/154576/antiga-delegacia-fiscal-abriga-sede-do-iphan-no-centro-de-goiania>. Acesso em: 06 jul. 2022.

PESSONI, Carolina. Monumento às Três Raças é símbolo da história de Goiânia. **A redação**, 04 de junho de 2021b. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/151806/monumento-as-tres-racas-e-simbolo-da-historia-de-goiania>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PESSONI, Carolina. Palácio das Esmeraldas: residência oficial do poder no coração de Goiânia. **A redação**, 24 de outubro de 2021c. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/158055/palacio-das-esmeraldas-residencia-oficial-do-poder-no-coracao-de-goiania>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PESSONI, Carolina. Sede do TRE-GO carrega história de Goiânia e da Justiça Eleitoral do Estado. **A redação**, 26 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/colunas/173466/sede-do-tre-go-carrega-historia-de-goiania-e-da-justica-eleitoral-do-estado>. Acesso em: 30 ago. 2022.

REDAÇÃO. Prefeitura entrega fontes luminosas da Praça Cívica. **A redação**, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/74536/prefeitura-entrega-fontes-luminosas-da->. Acesso em: 01 jul. 2022.

REDAÇÃO. Restauro da Antiga Chefatura de Polícia é inaugurado pelo Iphan em Goiânia. **A redação**, 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/cultura/163722/restauro-da-antiga-chefatura-de-policia-e-inaugurado-pelo-iphan-em-goiania>. Acesso em: 10 jul. 2022.

TORRE do Relógio em Goiânia (GO) é restaurada e volta a operar. **Revista Museu**. Distrito Federal: Brasília; 16 jun. 2021. O escriba. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/o-escriba/11585-17-06-2021-torre-do-relogio-em-goiania-go-e-restaurada-e-volta-a-operar.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SEPLAM. **Relatório diagnóstico preliminar e levantamento de dados do patrimônio cultural** - bens culturais tombados e/ou protegidos na capital/município de Goiânia - Estado de Goiás-Brasil. Goiânia: SEPLAM, 2009. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/patrimonio%20historico/Diagn%C3%B3stico_Final%20PACH%20Goi%C3%A2nia%202009.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

SILVA, Clarinda Aparecida da. **Goiânia(s): representações sociais e identidades**. 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed.UCG, 2004.

VEIGA FILHO, Ary Alencastro. **Avenida Goiás: dinâmica de ocupação**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SABOYA, Renato. **O conceito de urbanidade**. In: Urbanidades. Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores. 25 set. 2011. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2011/09/25/o-conceito-de-urbanidade/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. **Revitalização Urbana em algumas cidades brasileiras**. Goiânia. 2000. 211p. Monografia. (Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Católica de Goiás e Associação para Recuperação de Conservação do Meio Ambiente- ARCA.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. **Revitalização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do centro de Goiânia**. 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial** (Convenção do Patrimônio Mundial). Paris, 1972.

Anexos

Anexo 1

Palácio do Governo (1)

1938

Atualmente denominado como Palácio das Esmeraldas, o edifício sedo do Governo de Goiás e residência do governador é de propriedade estadual. Projetado por Atílio Corrêa Lima, é caracterizado por sua fachada com linhas estilizadas próprias do art déco, vitrais ornamentais jateados de autoria do russo Conrado Sorgenitch, cujos desenhos remetem à história econômica, social e cultural da região. Para o revestimento da parte externa da edificação, foi utilizado pó de pedra verde, cuja cor faz referência as gemas que lhe dão o nome, além dos jardins que remetem aos franceses.



Figura 92: fachada noroeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

A distribuição do Palácio se dá em três pavimentos, sendo um desses reservado às funções administrativas e os demais reservados à moradia do governador e de sua família.

No ano de 2005 foram restaurados pisos, assoalhos, revestimentos, sanitários, fachada, painéis e vitrais. Alguns anos depois, entre 2013 e 2016, foram restauradas segundo diretrizes do IPHAN suas instalações (PESSONI, 2021c)



Figura 93: galeria coberta lateral.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 94: vitral jateado. Fonte:
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 95: portão com vidro jateado.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Estação Ferroviária (2)

1950

Tendo sido desativada sua função original por volta de 1980, o edifício de propriedade estadual atendeu desde então as demandas do Restaurante do Centro de Cultura e Tradições Goianas, do Centro Estadual de Artesanato de Goiás e da Banda Marcial da Prefeitura de Goiânia. Hoje abriga o Museu Frei Confaloni, com artes originais do artista que dá nome ao museu, a terceira unidade da central de atendimento de pendências Atende Fácil da prefeitura de Goiânia, e também um posto da Guarda Civil Metropolitana.

Entre dezembro de 2017 e maio de 2019 passaram por intervenções de restauro a edificação como um todo, o relógio e os afrescos pintados por Frei Nazareno Confaloni e reconstituição dos azulejos da fachada. Na parte externa foi restaurada a locomotiva nº 11, popularmente chamada de Maria Fumaça, e reproduzida parte da linha férrea. Além disso, foi requalificada a Praça do Trabalhador, com intervenções paisagísticas, de pavimentação, iluminação e inserção de mobiliário (BIAPÓ, 2022)



Figura 96: Antiga Estação Ferroviária.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 97: Bilheteria e recepção.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 98: Escada de acesso ao relógio.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 99: Vagão Maria Fumaça.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Coreto (3)

1942

Projeto de Jorge Felix de Souza, o monumento, por ser elemento característico de cidades tradicionais, reproduz a influência dessas na concepção de Goiânia, apesar de possuir traços característicos do estilo Art Déco (CAIXETA; REZENDE, 2021).

Esse, foi inaugurado em Goiânia, no mesmo contexto da década de 1940, em que os coretos em outras cidades já não tinham mais papel significativo para ser palco de ocupação popular. Dessa forma, nas próximas duas décadas, o Coreto passou por processo de abandono, e como forma de conter o problema, em 1970, recebeu

sua primeira reforma e intervenção, na qual perdeu sua identidade original, mantendo apenas sua forma elíptica através da estrutura. A grande transformação não teve boa recepção dos usuários e em 1979 o projeto foi reconstruído conforme desenhos iniciais da década de 40.

Nos próximos anos, as modificações no Coreto passaram a ser majoritariamente no paisagismo em sua proximidade. Em 2019, foi inserido no programa “Adote uma Praça”, da Prefeitura de Goiânia, que promoveu a manutenção e a restauração do ponto.



Figura 100: fachada sudeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 101: banco interno pichado.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 102: depósito de resíduos no interior. Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 103: pichagem no pilar de sustentação.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Grande Hotel (4)

1937

Projetado por Attilio Corrêa Lima e executado com alterações pela firma Coimbra Bueno, o edifício de propriedade federal foi a primeira construção da capital. O hotel de luxo tem suas acomodações dispostas em 3 pavimentos e costumava servir para além da função de hospedagem, sendo um ponto de encontro da alta sociedade da época.

Por questão de dívida pendente o prédio foi usado como pagamento pelo município e ficou sob propriedade federal. Hoje está sob propriedade do município novamente,

mas segue sem utilizar todo o seu potencial construtivo.

Funcionam hoje no local atendimentos do INSS e uma pequena biblioteca. Contudo, a prefeitura vem tentando atribuir um uso cultural mais permanente, além de projetos realizados na área externa do hotel.



Figura 104: fachadas noroeste e nordeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 105: esquadrias originais.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 106: entrada principal.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 107: fachada nordeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Praça Cívica (5)

1937

Projetada por Atílio Corrêa Lima, a Praça Cívica tem seu conjunto arquitetônico e passeio público tombados. De propriedade municipal, é considerada o marco inicial da construção da cidade por ter sido sede do Centro Administrativo e local da pedra fundamental. O complexo de obras da praça concluiu-se em 1937 e dela irradiam-se as três principais avenidas de Goiânia: Goiás, Araguaia e a Tocantins. Ao longo dos anos o espaço passou por uma série de reformas. Iniciada em 2015, a reforma fechou o estacionamento existente e buscou restaurar as características da época da inauguração nos estilos Barroco

e Art Decó. Inaugurada em 2016, ainda com a obra inacabada, a praça passou pela troca de todo o piso asfáltico por pedra portuguesa e, também, a restauração das fontes luminosas, instalação e reparação de monumentos. A acessibilidade foi um dos principais pontos da reforma com a instalação de pisos adequados para circulação de deficientes visuais e cadeirantes (REDAÇÃO, 2016). Em 2021 o anel interno da Praça Cívica foi interditado para a execução das obras do BRT Norte Sul da cidade de Goiânia. A obra contou com a supervisão do IPHAN e houve atrasos durante a realização.



Figura 108: praça cívica.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 109: praça cívica.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 110: praça cívica.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 111: praça cívica.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Secretaria Geral (6)

1936

Projetado por Atílio Corrêa Lima, o prédio de propriedade estadual recebeu os órgãos que vieram da antiga capital enquanto Secretaria Geral. Depois disso foi sede do Fórum e da Secretaria da Fazenda.

A partir de 1988 o prédio passou por reformas, mantendo a construção original do prédio da frente e adicionando anexos que viriam a ser utilizados para o funcionamento da administração algumas unidades e setores da Secretaria de Estado da Cultura (Secult Goiás), sendo essas a Biblioteca Estadual Pio Vargas, Biblioteca

Braille, Gibiteca Jorge Braga, o Cine Cultura e Museu da Imagem e do Som (MIS).

Recentemente foi aprovado pelo Estado o projeto de restauro do edifício, sendo a próxima fase o processo de licitação. Dentro dos limites arquitetônicos atuais do restauro, será feita a tentativa de trazer de volta o estilo original e uma requalificação com manutenção de segurança da alvenaria e redes hidráulica e elétrica.



Figura 112: fachadas nordeste e sudeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 113: acesso ao hall de entrada.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 114: patologias do concreto.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 115: pátio interno.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Fórum e Tribunal de Justiça (7)

1942

Projetado por Atílio Corrêa Lima e executado com alterações pela firma Coimbra Bueno, o edifício está sob propriedade estadual e teve mais de um uso ao longo dos anos. O acesso a informações sobre o atual uso e se passou por intervenções ao longo dos anos foi praticamente inexistente.



Figura 116: fachadas leste e norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 117: fachada leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 118: galeria lateral coberta.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 119: fachada norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Delegacia Fiscal (8)

1936

Compondo um dos primeiros edifícios construídos em Goiânia, foi inaugurado como Delegacia Fiscal e mais tarde o edifício de propriedade federal foi também sede do Ministério da Fazenda. Marcante pelos gradis de ferro na porta de entrada e por sua volumetria, recebeu intervenções para ampliação de área.

Em 2014 passou a ser sede da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN-GO), mas essa começou a funcionar no local apenas em 2019, após 4

anos de obras. Os anexos construídos nas primeiras intervenções foram demolidos, cobertura e alvenaria passaram por reforço estrutural, valorização dos pisos iniciais, das esquadrias e resgate do paisagismo situado no pátio interno. Por fim, foi construído um novo anexo que atende hoje o auditório, exposição e eventos (PESSONI, 2021a).



Figura 120: fachadas leste e norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 121: fachada norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 122: acesso hall de entrada.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 123: pátio interno.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Tribunal Regional Eleitoral (9)

1937

De propriedade federal, o edifício tem suas funções distribuídas em dois pavimentos e supriu as demandas até 1990. Nesse ano teve início a construção do anexo que não entra no tombamento aqui levantado e também a reforma do prédio original. Algumas adaptações foram feitas visando ser mais acessível para pessoas de mobilidade reduzida. Com a finalização do anexo, a parte administrativa e áreas de apoio foram transferidas, passando a funcionar ali uma biblioteca e o Memorial da Justiça Eleitoral, abertos para uso e visitação do público (PESSONI, 2022).



Figura 124: contraste entre o trinunal novo e o antigo.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 126: esquadria original.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 125: acesso lado leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 127: fachada leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Departamento Estadual de Informação (10)

1942

Construído no ano de 1942 para abrigar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o edifício dá lugar ao museu apenas no ano de 1946. Considerado referência histórica na transmissão da memória cultural de Goiás, foi fundado por Zoroastro Artiaga, grande pesquisador da historiografia goiana.

O espaço se divide em dois pavimentos e conta com auditório, laboratório, salas especiais e biblioteca. Entre os anos de 1999 e 2003 teve suas fachadas, cobertura e instalações hidráulicas restauradas,

visando melhorar a ventilação e controlar a luminosidade. Além disso, foi catalogado digitalmente pela equipe técnica os itens que compõem os acervos do museu (CULTURA, 2022).



Figura 128: fachada oeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 129: patologia do concreto.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 130: portão com gradis metálicos.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 131: fachada sul.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Obeliscos com Luminárias (11)

1937

O conjunto inicial era formado por 3 obeliscos e teve o central demolido para dar lugar ao Monumento às Três Raças. Quando o fato aconteceu já estava protegido por legislação municipal. Não foi encontrada documentação dando mais detalhes sobre justificativa de demolição.

Os 2 obeliscos restantes estão dispostos de maneira simétrica e passaram por intervenções de restauro na obra de requalificação financiada pelo PAC Cidades Históricas, devido a rachaduras e quinas quebradas.



Figura 132: obelisco lado leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 133: pichação no monumento.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 134: obelisco lado oeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Torre do Relógio (12)

1942

Projetada por Américo Vespúcio Pontes, a torre com mais de 16m de altura é de propriedade municipal e é um dos elementos referenciais da Avenida Goiás. Passou por intervenções em 1998, recebendo pintura esmaltada nas ferragens, recuperação da iluminação e do funcionamento do relógio (REVISTA MUSEU, 2021)

Recentemente foi comprovada a necessidade de reforçar a estrutura, recuperar o revestimento do piso, pintura e da ornamentação que compõe o bem. Além disso, o maquinário responsável pelo funcionamento do relógio foi reativado.



Figura 135: torre do relógio.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 137: torre do relógio.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 136: mostrador do relógio.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 138: base geométrica.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Monumento às Três Raças (13)

1967

Criado em 1968, pela artista plástica Neusa Moraes, a estrutura esculpida em bronze e granito simboliza a miscigenação das três raças - negro, branco e indígena- que houve na formação das características culturais e genéticas do povo goiano. A escultura está localizada no centro da Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, também chamada de Praça Cívica, substituindo o Obelisco central, o qual estava antes ali localizado e foi demolido para dar lugar à obra.

Em 1997, o monumento foi retirado do local e passou por uma restauração e no mesmo

ano foi reinstalada no local, apresentando uma camada de pátina no bronze e revestimento de granitina na coluna. Além disso, o pedestal recebeu uma iluminação especial (PESSONI, 2021b).



Figura 139: vista norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 140: vista sul.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 141: pichação no monumento.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

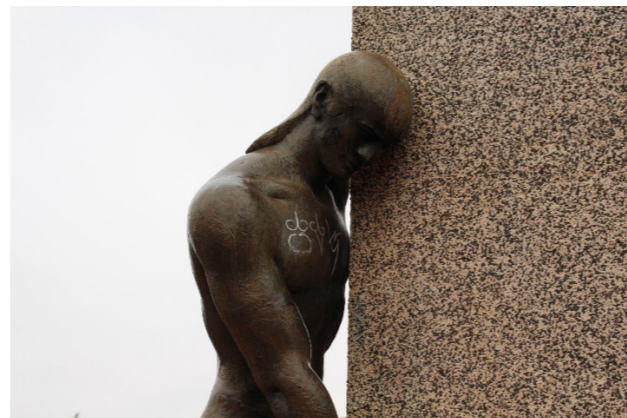


Figura 142: pichação no monumento.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (14)

1942

De autoria do artista plástico Armando Zago e de propriedade municipal, a escultura feita em bronze marca o cruzamento das Avenidas Anhanguera e Goiás. Nela está representado o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, segurando uma bacia e uma arma de fogo.

A estátua de 3,5m ocupa um local de destaque e é tema de proposta de lei para retirada da mesma. Autor da proposta, o vereador Rusembergue acredita que é preciso desmistificar o homenageado como herói, uma vez que a figura do bandeirante

está associada à exploração de riquezas por via da mineração e escravização de indígenas. Contudo, não tem unanimidade na câmara municipal e enfrenta opiniões divergentes.



Figura 143: Avenida Goiás.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 144: Avenida Anhanguera.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 145: estátua Bartolomeu Bueno da Silva.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 146: estátua Bartolomeu Bueno da Silva.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Tribunal de Contas (15)

1937

O antigo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, quando criado em 1947 ficou sem instalações físicas por um período, até bater uma meta de arrecadação. Em fevereiro de 1953, as atividades do mesmo se iniciaram no prédio situado na Praça Cívica.

Desde sua inauguração, a edificação passou por reformas internas para atender novas demandas e necessidades. Na década de 70, o prédio passou por reformas na fachada e a década de 90 foi marcada pela construção de um novo anexo e pela ampliação de um dos blocos.



Figura 147: fachada norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 149: rampa de acesso.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Nos últimos anos, com a mudança da sede do TCE/GO, o edifício abrigou temporariamente a Secretaria Cidadã e fez parte do projeto de requalificação das edificações da Praça Cívica.



Figura 148: fachada norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 150: aplicação do novo letreiro.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Chefatura de Polícia (16)

1937

O edifício conhecido pela fachada quase clássica, com ornamentação nas janelas, capitéis quadrados nas colunas da fachada frontal e desenhos florais nas esquadrias da porta, é de propriedade estadual e além de ter abrigado a Chefatura de Polícia, foi também espaço para outros usos. Dentre esses estão a Cadeia Pública, Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado, Secretaria de Cultura e Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Fechada desde 2015 e após mais de 2 anos passando por obras de restauro, o espaço interno foi requalificado para melhor atender as futuras atividades no prédio a partir de novas instalações hidrossanitárias e elétricas, garantindo fluidez interna, ambientes arejados, iluminados e com resgate das características art déco originais. Além disso, foi adequado para visitantes com mobilidade reduzida. Já no espaço externo, foi adicionado projeto paisagístico, reforço estrutural na cobertura, restauro das paredes e esquadrias deterioradas (A REDAÇÃO, 2022).

O espaço passará a abrigar a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG), jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI); o Instituto Mauro Borges (IMB), referência em pesquisas e estatísticas nas áreas de economia, geoprocessamento, geografia e ciências sociais de Goiás; o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA), que desenvolve soluções tecnológicas inovadoras com foco principal para o setor de saúde, logística, segurança, energia e cidades inteligentes envolvendo empresas, startups do ecossistema e instituições de ensino e pesquisa; parte da Secretaria Geral de Governo, além de um espaço apto a receber um coworking de startups (GOIÁS, 2022).



Figura 151: fachada oeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 152: fachada norte.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 153: esquadria original.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Fontes Luminosas (17)

1937

Previstas inicialmente no projeto da Praça Cívica, as 2 fontes estão dispostas simetricamente e estão sob propriedade municipal. Ficaram sem funcionamento por alguns anos e em 2016 foi incluída na obra de requalificação da praça em que está situada.

Em formato retangular, as fontes contam com 96 jatos de água e tem funcionamento programado. As lâmpadas coloridas de led complementam o atrativo que pode ser observado pelo pedestre que ali circula (REDAÇÃO, 2016).



Figura 154: fonte luminosa lado oeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 155: fonte luminosa lado oeste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 156: fonte luminosa lado leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 157: fonte luminosa lado leste.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Traçado Viário e Núcleo Pioneiro de Goiânia (18)

1937

Planejado por Attilio Corrêa Lima, o traçado foi estruturado entre os eixos norte, sul, leste, oeste e com conformação radial, partindo da Praça Cívica. Essas escolhas refletem a intenção daquele primeiro momento, uma cidade planejada nascendo a partir de seu centro administrativo, onde se concentram os prédios institucionais.

Apesar da proteção e tombamento terem sido reconhecidos apenas pela esfera federal e de na época terem sido feitas já algumas alterações, hoje ainda transmite o pensamento e a lógica urbanística daquele que o planejou.

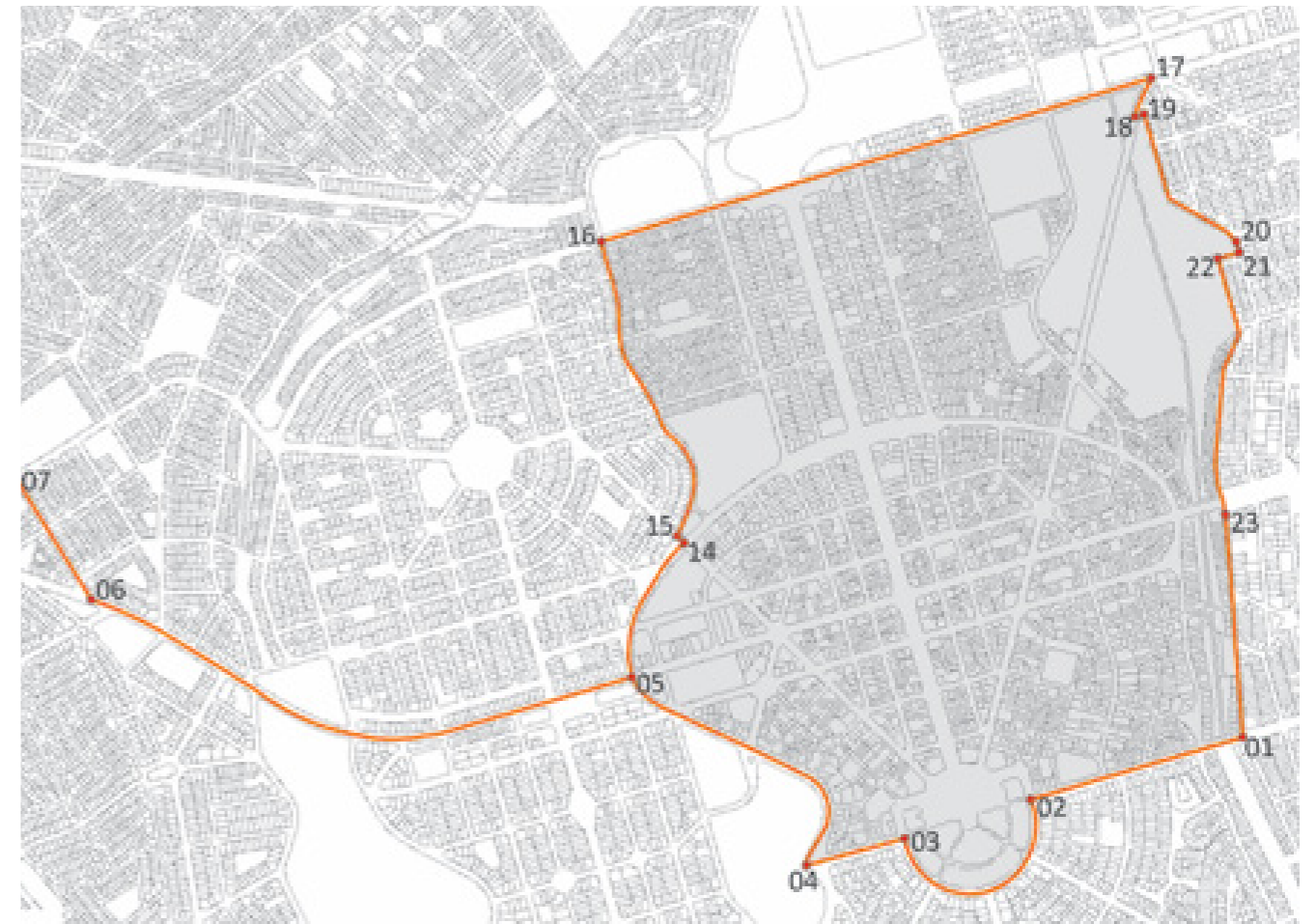


Figura 158: traçado viário pioneiro de Goiânia.
Fonte: IPHAN-GO, 2022.

Anexo 2



Figura 159: bancos, lixeiras e postes de iluminação.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 160: totem informativo sobre patrimônio.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 161: quiosque lanchonete.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 162: quiosque revistaria.
Fonte: acervo pessoal, 2022.



Figura 163: quiosque revistaria, lixeira e poste iluminação.
Fonte: acervo pessoal, 2022.

Anexo 3

ANEXO XIV MODELO ESPACIAL

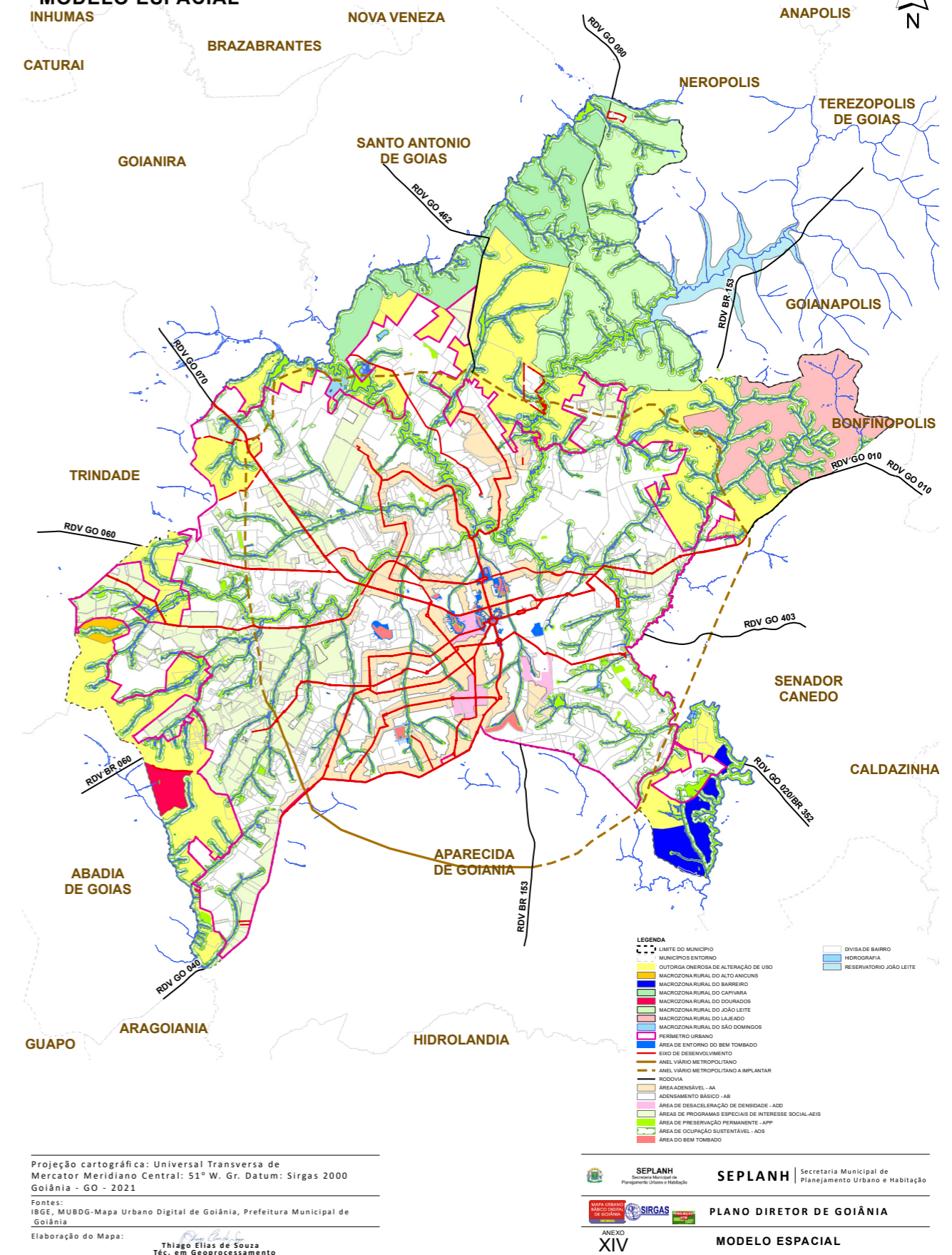


Figura 164: modelo espacial
Fonte: elaborado pela SEPLANH, disponível no Plano Diretor, 2022.

Anexo 4

ANEXO XVII MAPA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

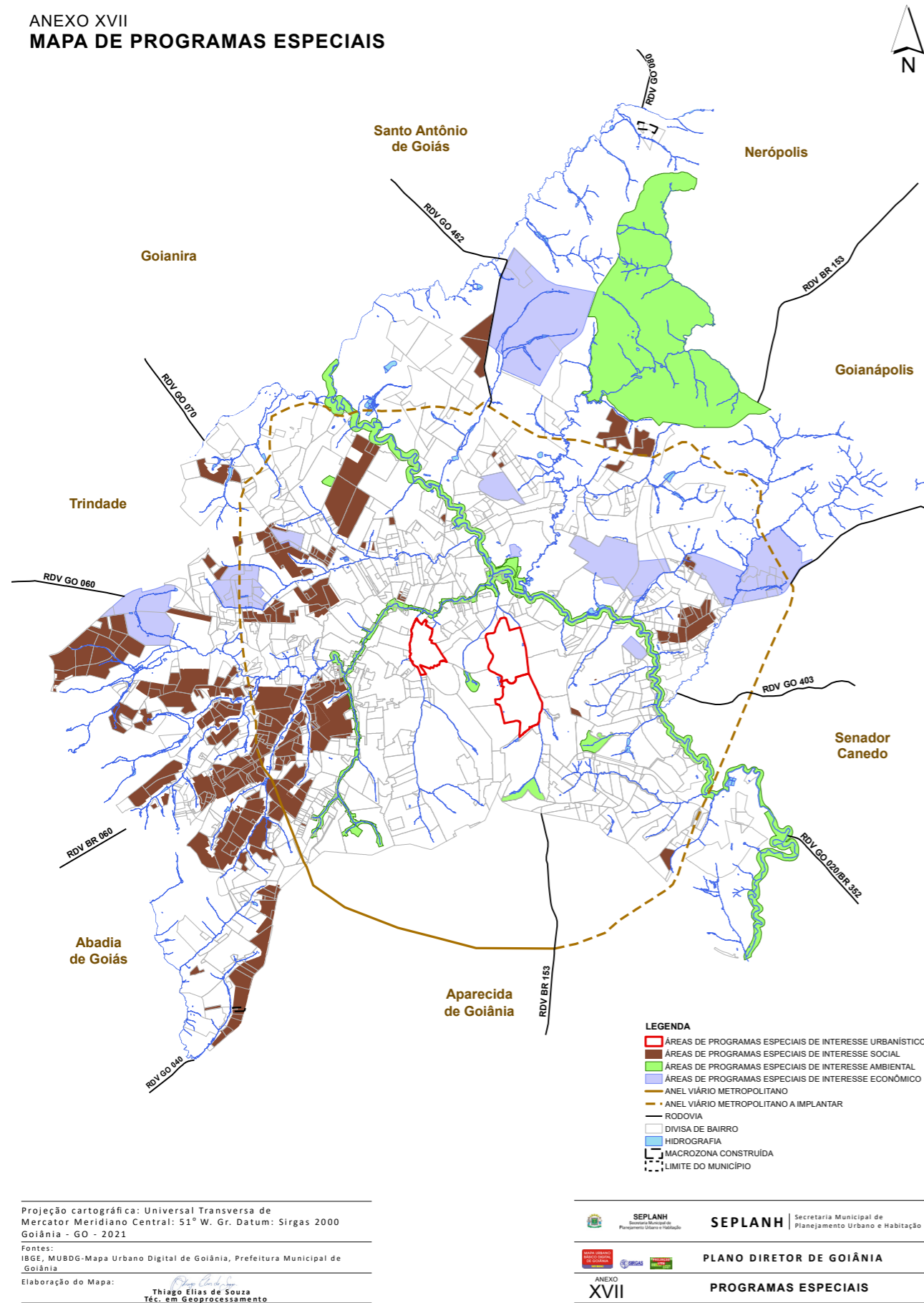


Figura 165: programas especiais

Fonte: elaborado pela SEPLANH, disponível no Plano Diretor, 2022.